



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPG)  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (CCE)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (PPGCOM)

THALITA ALBANO DUARTE MOURA

**DESINFORMAÇÃO E MISOGINIA: ATAQUES DO EX-PRESIDENTE JAIR  
BOLSONARO A MULHERES JORNALISTAS**

Teresina – PI  
2023

THALITA ALBANO DUARTE MOURA

**DESINFORMAÇÃO E MISOGINIA: ATAQUES DO EX-PRESIDENTE JAIR  
BOLSONARO A MULHERES JORNALISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado) da Universidade Federal do Piauí como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Processos e Práticas em Jornalismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Regina Barros Rêgo Leal.

THALITA ALBANO DUARTE MOURA

**DESINFORMAÇÃO E MISOGINIA: ATAQUES DO EX-PRESIDENTE JAIR  
BOLSONARO A MULHERES JORNALISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado) da Universidade Federal do Piauí como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Dissertação aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Regina Barros Rêgo Leal (Presidente)  
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Fernandes Teixeira (Examinadora Interna)  
Universidade federal do Piauí (UFPI)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Weber (Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

*Aos meus avós maternos, Waldemar e Aldery (in memoriam), por me ensinarem sobre amor, respeito e força. A trajetória de vida de vocês e a maneira como amaram aos seus fazem desse mundo um lugar melhor.*

*Ao tio Alfredo Albano, pela oportunidade concedida em um momento difícil. Essa dissertação, sem dúvidas, é fruto da minha gratidão e uma forma de poder retribuir, através dos estudos, a chance que a mim foi dada.*

## AGRADECIMENTOS

Não tenho dúvidas de que, de toda a dissertação construída ao longo desses dois anos, essas foram as páginas mais difíceis de serem escritas. Difíceis sim, porque foram nelas que me peguei revivendo todo o caminho trilhado até aqui (que não foi fácil), mas prazerosas também, pois a cada momento revivido, a lembrança cheia de gratidão das pessoas que estiveram comigo e jamais soltaram a minha mão. Por isso mesmo, não posso deixar de agradecer a cada um e a cada uma que, direta ou indiretamente, me acompanharam nessa jornada e contribuíram para o resultado final dessa pesquisa.

E eu não poderia deixar de começar agradecendo a Deus, força maior que me rege e me sustenta, para quem dirigi minhas preces nos tantos momentos de aflição no decorrer de minha vida e dessa caminhada também. Obrigada por em meio a tantas lágrimas derramadas, tomar-me em teu colo, escutar a minha oração que pedia força, sabedoria e inspiração, e acalmar o meu coração. Obrigada ainda por abençoar os meus passos, os encontros que tive e as escolhas que fiz nesse percurso. Se cheguei até aqui, foi pela tua misericórdia, senhor.

Minha família merece o maior dos agradecimentos, pela importância que tem em minha vida e por tudo que representam para mim. Dessa forma, não poderia deixar de agradecer e começo aqui pelos meus avós maternos, responsáveis pela pessoa que sou hoje e pela que busco ser todos os dias. A minha avó Aldery (*in memoriam*), mulher sábia, forte e de fé, que me inspira e por vezes me ensinou sobre resiliência, agradeço o convívio, a criação e o empenho na minha formação. Os seus ensinamentos e as boas lembranças que ficaram da senhora, amenizam a saudade que, por vezes, insiste em fazer morada. Ao meu avô Waldemar, com quem ainda tenho o prazer e a alegria de conviver, e nutro total admiração pela pessoa responsável, honesta e íntegra que sempre foi, a minha gratidão. Seus ensinamentos de pai me conduziram pelo melhor dos caminhos: o do bem.

A minha mãe, dona Ivana, que eu carinhosamente chamo de ‘Nety’, agradeço os tantos momentos em que, ao telefone, escutou meus desabafos e no fim, mesmo que sem compreender muito bem, fazia questão de dizer que ia dar tudo certo. Obrigada pelo amor incondicional. Seu incentivo diário, o desejo constante de me ver crescer e as tantas orações feitas em meu favor, me trouxeram até aqui.

Ao meu filho/minha filha, que mesmo em meu ventre, pôde vivenciar comigo alguns altos e baixos dessa jornada. Obrigada por ser companhia nessa reta final. Você foi, é e sempre será o motivo das minhas lutas e de seguir buscando evoluir pessoal, profissional e espiritualmente.

Ao meu esposo Joeder pela parceria nessa jornada. Obrigada pelo incentivo diário, por comemorar comigo as vitórias conquistadas e entender quando nem sempre as coisas davam certo. Obrigada ainda por compreender as ausências que por vezes se fizeram necessárias. Sua compreensão e apoio foram fundamentais para que eu não pensasse em desistir.

A minha irmã Theresa, meu anjo aqui na terra, que mesmo tão diferente de mim, me completa e me entende como ninguém. Obrigada por dividir comigo o sonho do mestrado, por aguentar os surtos e choros diários e por segurar a minha mão, mostrando que eu não estava só. Você é inspiração e fonte inesgotável de amor e companheirismo.

Aos tios e tias, agradeço as conversas, a torcida, o incentivo e a felicidade em ver um dos seus crescendo. De maneira especial, agradeço a Tia Mônica em nome de todos e todas, que foi e é muito mais que uma tia, mas uma terceira mãe. Obrigada pela preocupação diária e pelo apoio nos dias difíceis, manifestado nas tantas ‘marmitas’ que fazia questão de mandar para mim, sempre acompanhadas de um “já deu tudo certo”. As demonstrações de afeto acalentavam o meu coração e me faziam lembrar de que, não importa aonde eu vá, sempre terei para onde voltar.

Aos meus primos e primas, que deram leveza a caminhada, sobretudo, nos dias difíceis, onde se faziam presentes nem que fosse para jogar “conversa fora”, o meu muito obrigada pelo companheirismo. Meu agradecimento especial a Luís Carlos que, mesmo vivenciando um programa de pós-graduação diferente do meu, por tantas vezes escutou meus desabafos, dando a força necessária e compartilhando comigo os prazeres e as dificuldades da vida acadêmica.

A professora Ana Regina, minha gratidão especial por me aceitar como orientanda e por acolher minha pesquisa. O sonho dos tempos da graduação tornou-se realidade! Obrigada pela segurança transmitida através de um “vai dar tudo certo”, pelos conhecimentos repassados tão sabiamente, pelos conselhos em forma de mensagem e até mesmo pelos puxões de orelha, sempre dados de forma leve e descontraída. Essa pesquisa é nossa!

As boas e sinceras amizades, em especial as minhas amigas do coração, que se fizeram presentes do início ao fim dessa jornada e, a cada passo dado, torceram e vibraram por mim, o meu muito obrigada. Com vocês o caminho ficou mais leve!

O meu agradecimento especial aos professores da UESPI – minha segunda casa por mais de cinco anos e instituição que mudou para sempre minha vida – nas pessoas das professoras Daiane Rufino e Jaqueline Torres, que me apresentaram o mundo da pesquisa, vivenciaram o desabrochar de um sonho e muito contribuíram para a minha formação.

Aos professores do PPGCOM da UFPI, que ajudaram na realização desse sonho e me proporcionaram o contato com temas tão importantes e pertinentes, gratidão. Meu

agradecimento também as professoras Juliana Teixeira (UFPI) e Maria Helena Weber (UFRGS), por aceitarem prontamente participar da minha banca, proporcionando uma discussão rica em conhecimentos e aprendizados que ficarão para sempre! A educação não só transforma vidas, como transforma a maneira de olhar a vida. E transformou a minha!

Esse título acadêmico que recebo é consequência do meu desejo pessoal de deixar a minha contribuição junto a comunicação. Desejo que no exercício da profissão que escolhemos, nós, mulheres, sejamos mais respeitadas e reconhecidas pelo que fazemos e pelo que podemos fazer pelo jornalismo.

*“Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre”.*

*Simone de Beauvoir.*

## RESUMO

Ataques e agressões contra mulheres jornalistas no exercício da profissão tornaram-se cada vez mais frequentes e apontam perigos não só para essas profissionais, como para a profissão em si e, principalmente, para a manutenção do regime democrático. A potencialização de um ambiente hostil a essas profissionais da imprensa acontece simultaneamente ao aumento da desinformação nas redes sociais virtuais, fenômeno social que tem afetado diretamente o jornalismo enquanto instituição social referência para a sociedade. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar como a desinformação presente nas narrativas do ex-presidente Jair Bolsonaro corroboraram para promover ataques e agressões contra mulheres jornalistas no exercício da profissão. Bem como os objetivos específicos que visaram: identificar a desinformação por trás das principais narrativas discursivas do ex-presidente Jair Bolsonaro, que culminaram nas agressões as profissionais; compreender a desinformação enquanto fenômeno social, sua atuação neste início de século facilitada pelas novas tecnologias e pelo uso em larga escala das redes sociais virtuais, e suas consequências para a sociedade, sobretudo, para o jornalismo que tem sua credibilidade afetada e investigar como os ataques as mulheres jornalistas e a imprensa como um todo afeta a profissão e compromete a prática democrática de fazer jornalismo. A análise dessas narrativas previamente selecionadas foi feita de modo interpretativo e com caráter qualitativo, tomando como base a Hermenêutica da Consciência Histórica proposta por Paul Ricoeur (2010), em sua obra *Tempo e Narrativa*. Uma amostra de três casos envolvendo três jornalistas diferentes foi analisada, sendo que uma dessas profissionais foi atacada e agredida duas vezes, em anos diferentes. Ao final do trabalho, os resultados obtidos apontaram que os ataques e as agressões verbais direcionadas as essas profissionais, reproduzem narrativas falsas ao mesmo tempo em que se baseiam em atributos de gênero para desqualificá-las. São ataques violentos que configuram agressão verbal, repletos de falas machistas, sexistas e misóginas, sugerindo a manipulação das informações por parte da imprensa e o uso de atributos diversos, como o corpo, por exemplo, no dia a dia da profissão. Em um cenário de pós-verdade, a desinformação encontra na internet, sobretudo, nas redes sociais virtuais, um espaço fértil e propício a sua ampla e vertiginosa disseminação em larga escala, de modo que se torna urgente e necessário adotar mecanismos de prevenção e enfrentamento a essa prática que tem gerado consequências drásticas e, em muitos casos, irreversíveis.

**Palavras-chave:** Ataques. Agressões. Mulheres Jornalistas. Jair Messias Bolsonaro. Desinformação. Hermenêutica da Consciência Histórica.

## ABSTRACT

Attacks and aggressions against women journalists in the course of their duties have become ever more common and indicate dangers not only for these professionals, but also the profession itself and, mainly, for the maintenance of the democratic system. The reinforcement of a hostile environment for these press professions occurs simultaneously with the increase of disinformation on virtual social networks, a social phenomenon which has directly affected journalism as a social institution that is a reference for society. In this way, this work had as general objective to analyze how disinformation present in the narratives of the former president Jair Bolsonaro corroborated to promote attacks and aggressions against women journalists in the course of their duties. As well as the specific objectives which aimed: to identify disinformation behind the main narratives of the former president Jair Bolsonaro, which culminated aggressions on the professionals; understand disinformation as a social phenomenon, its performance in the beginning of this century facilitated by new technologies and the large-scale use of virtual social networks, and its consequences for society, especially for journalism that has been affected and investigate how the attacks on women journalists and the press as a whole affect the profession and compromises the democratic practice of journalism. The analysis of previously selected narratives was conducted in an interpretative and qualitative way, based on Hermeneutics of Historical Consciousness proposed by Paul Ricoeur (2010), in his work *Time and Narrative*. A sample of three cases involving three different journalists was analyzed, and one of these professionals was attacked and assaulted twice, in different years. At the end of the work, the results obtained indicated that the attacks and verbal aggressions directed to these professionals reproduce false narratives whereas they are based on gender attributes to disqualify them. These are violent attacks that constitute verbal aggression filled with male chauvinism, sexist and misogynist speech, suggesting the manipulation of information by the press and the use of different attributes, such as body, for example, in the everyday life of the profession. In a post-truth scenario, disinformation locates the internet, especially on virtual social networks, as a fertile and propitious to its wide and vertiginous dissemination on a large scale, so that it becomes urgent and necessary to adopt mechanisms of prevent and responding to this practice that has generated drastic and in many instances, irreversible consequences.

**Keywords:** Attacks. Aggressions. Women Journalists. Jair Messias Bolsonaro. Disinformation. Hermeneutics of Historical Consciousness.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Amostra dos jornais selecionados .....	111
---	-----

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> – Imagem do <i>tweet</i> postado por Jair Bolsonaro sobre Constança Rezende.....	112
<b>Figura 02</b> – Imagem recortada de um vídeo disponível no Youtube sobre o insulto de Jair Bolsonaro a jornalista Patrícia Campos Mello.....	117
<b>Figura 03</b> – Imagem retirada do vídeo onde Bolsonaro ataca Vera Magalhães em Debate na TV Band.....	123

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	4
<b>2. SOB O DOMÍNIO DA PÓS-VERDADE: DESINFORMAÇÃO, <i>FAKE NEWS</i> E DISCURSO DE ÓDIO</b>	8
<b>2.1 Pós-verdade: conceitos, causas e consequências na sociedade atual</b>	8
2.1.1 O cenário da pós-verdade	9
2.1.2 “Quando a verdade perde o valor”: crises, abalos e falta de confiança na política e na ciência	13
2.1.3 Pós-Verdade: impactos na sociedade e no jornalismo	18
<b>2.2 O fenômeno da desinformação</b>	22
2.2.1 Desinformação: conceitos, definições e níveis	23
2.2.2 A desinformação perpassa os caminhos da história	27
2.2.3 Desinformação e a crise da democracia no Brasil	32
2.2.4 Redes sociais virtuais e a propagação da desinformação: desafios para o jornalismo	35
<b>2.3 A era das <i>fake news</i></b>	39
2.3.1 “O que são notícias falsas”? Conceitos, definições e classificação das <i>fake news</i>	40
2.3.2 Jair Bolsonaro: um propagador de <i>fake news</i>	46
2.3.3 <i>Fact-checking</i> : um caminho viável no combate as <i>fake news</i>	48
<b>2.4 “O discurso que mata”: apontamentos sobre o Discurso de Ódio:</b>	51
2.4.1 Discurso de ódio ou liberdade de expressão? Conceitos, definições e diferenciação	53
2.4.2 Bolsonaro e o discurso de ódio no cenário brasileiro	56
<b>3. “É MELHOR ‘JAIR’ SE ACOSTUMANDO”: OS CAMINHOS QUE LEVARAM BOLSONARO A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</b>	61
3.1 De Lula a Bolsonaro: a mudança do eleitorado e a ascensão da direita	61
3.2 Jair Messias Bolsonaro: de capitão reformado do Exército a presidente da República	66
3.3 A eleição do WhatsApp e as <i>fake news</i>	69
<b>4. GÊNERO, MACHISMO, PATRIARCADO E MISOGINIA: A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES JORNALISTAS</b>	74
4.1 O feminino nas questões de gênero	74
4.2 A violência como expressão do patriarcado e do machismo	79
4.3 Misoginia e a violência praticada contra mulheres jornalistas	84
<b>5. POR UMA HERMENÊUTICA DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: CONTRIBUIÇÕES DE PAUL RICOEUR (2010)</b>	91
5.1 Tempo e Narrativa: conceitos e considerações de Ricoeur (2010)	91
5.2 As narrativas histórica, literária e jornalística e os caminhos da interpretação	97
5.3 O ciclo hermenêutico de Ricoeur (2010)	102
<b>6. ATINGIDAS PELA DESINFORMAÇÃO: TRÊS CASOS DIFERENTES E UM MESMO ATAQUE</b>	110
6.1 Caso 1 – Jornalista Constança Rezende	111
6.2 Caso 2 – Jornalista Patrícia Campos Mello	116
6.3 Caso 3 – Jornalista Vera Magalhães	120
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	126
<b>REFERÊNCIAS</b>	130

## 1. INTRODUÇÃO

A desinformação não é uma novidade do século XXI, nem tampouco pode ser considerada consequência do advento e do uso frequente das redes sociais. Desde muito antes do surgimento da internet, ela já estampava as páginas do tempo e circulava pela sociedade mascarada de informação, manipulada, muitas vezes, por governos e pelos meios de comunicação de massa que, a serviço de interesses escusos e diversos, (des)construíam a “verdade” que se queria (re)inventar.

No entanto, com o desenvolvimento de novas tecnologias, a desinformação ganhou um destaque ainda maior e tem se tornado objeto de estudo de pesquisadores que se propõem a conhecer e procuram entender mais sobre esse fenômeno social. Isso porque ela encontra nas redes sociais, o lugar perfeito para a sua ampla divulgação em virtude do alto número de usuários conectados diariamente.

Um dos objetivos principais da desinformação é se apresentar como verdade e fazer com que as pessoas a compreendam conforme é apresentada. Para isso, criam um fato qualquer e como forma de dar ainda mais credibilidade a ele, fazem uso de imagens, áudios e vídeos mesmo que com imagens e/ou falas falsas ou em um contexto distorcido.

O excesso de informações a que estamos expostos todos os dias têm feito com que mais e mais informações falsas circulem por aí disfarçadas de notícias verdadeiras. Elas são constantemente recebidas, lidas, compreendidas e repassadas como verdade graças não só ao trabalho de diagramação feito por trás, mas ao leitor que as recebe e as divulga, muitas vezes, sem checar sua veracidade. Em outros casos, se prende apenas ao título da notícia.

A propagação sem controle e sem precedentes da desinformação neste começo de século, tem levado a situações extremas. Os meios de comunicação, assim como outras instituições, tem sido alvos de ataques constantes e de deslegitimação também.

O jornalismo que em outrora ocupou lugar de referência na sociedade, hoje encontra-se à prova, tendo sua credibilidade contestada diariamente. Esses ataques e essa deslegitimação enfraquecem os pilares da democracia, e no caso do jornalismo, termina muitas vezes, levando a violência contra profissionais responsáveis pela informação. Em contrapartida a isso, em 2020, ano em que a COVID-19 teve seu primeiro caso registrado no Brasil, e nos anos seguintes e difíceis da pandemia, o jornalismo, que via sua credibilidade contestada diariamente, fez-se extremamente necessário e teve a oportunidade de “reconstruir” um contrato de credibilidade com a sociedade, graças ao Consórcio de Veículos de Imprensa que, dia a dia, passou a noticiar o número de contaminados e mortos pela doença. A iniciativa buscava informar dados da

pandemia da COVID-19 no Brasil, recebidos das secretarias estaduais de saúde, devido a restrição que o Ministério da Saúde promovera na época sobre a divulgação desses dados decorrentes da doença.

O governo do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) é considerado um exemplo perfeito desses ataques. Não bastasse ser um propagador ativo de desinformação desde a sua campanha, em 2018, e durante os quatro anos em que esteve à frente do poder, Bolsonaro, juntamente com seus apoiadores, atacaram veementemente o jornalismo, contestando por diversas vezes sua credibilidade e seu local de referência na sociedade, como também a credibilidade dos profissionais que exercem a profissão.

Dentre as inúmeras vítimas do ex-presidente, mulheres jornalistas que todos os dias, além de lidar com os ataques e com as diferentes agressões provocadas por ele e por seus aliados, eram vítimas ainda de ofensas de cunho machista, sexista e misógino com o claro intuito de ferir a honra, a reputação e a credibilidade dessas profissionais, além de intimidar as jornalistas também. Dentre os alvos prioritários, profissionais que se destacavam por investigar e revelar aspectos nebulosos sobre a vida política da família Bolsonaro.

A maioria dos ataques são consequência de informações falsas, distorcidas e mentirosas propagadas diariamente pelo ex-presidente. Quando questionado sobre a desinformação veiculada, Bolsonaro ofendia e agredia verbalmente essas profissionais. Em outras situações, quando questionado sobre assuntos polêmicos, distorcia a história ou inventava alguma a seu favor, com o claro objetivo de desacreditar e atacar.

Posto isso, buscamos responder a seguinte indagação: como a desinformação proferida por Jair Bolsonaro sobre as mulheres jornalistas potencializou a violência de gênero nos casos aqui observados?

Diante do cenário em que vivemos, com a propagação sem controle de desinformação, e dos constantes episódios de ataques e agressões a mulheres jornalistas no âmbito da profissão, é nosso objetivo: analisar como a desinformação presente nas narrativas do ex-presidente Jair Bolsonaro corroboraram para promover ataques e agressões contra mulheres jornalistas no exercício da profissão.

São também objetivos desse trabalho: identificar a desinformação por trás das principais narrativas discursivas do ex-presidente Jair Bolsonaro, que culminaram nas agressões as profissionais; compreender a desinformação enquanto fenômeno social, sua atuação neste início de século facilitada pelas novas tecnologias e pelo uso em larga escala das redes sociais virtuais, e suas consequências para a sociedade, sobretudo, para o jornalismo que tem sua credibilidade

afetada e investigar como os ataques as mulheres jornalistas e a imprensa como um todo afeta a profissão e compromete a prática democrática de fazer jornalismo.

Preliminarmente, é possível considerar algumas hipóteses: acredita-se que neste começo de século, a desinformação enquanto fenômeno social, tem encontrado nas redes sociais o local propício para a sua ampla e vertiginosa divulgação sem controles ou precedentes, gerando com isso, consequências drásticas para a sociedade como a perda de credibilidade de instituições sociais que outrora, foram referência para a sociedade, como o jornalismo; os ataques em questão se valem de atributos de gênero para atingir mulheres jornalistas, promovendo a manutenção de uma estrutura hierárquica de poder que contribui para alimentar um processo em ascensão de descredibilização da imprensa; e por fim, Jair Bolsonaro se elegeu presidente da República com uma campanha direcionada às redes sociais, marcada pela propagação de desinformação. Suas narrativas falsas, quando questionadas ou desmascaradas pela imprensa, resultavam em casos de ataques e agressões, principalmente contra mulheres jornalistas que diariamente, eram vítimas de xingamentos e ofensas de cunho machista, sexista e misógino.

Para atingir os objetivos geral e específicos, a análise das narrativas foi feita de modo interpretativo tendo como guia a Hermenêutica da Consciência Histórica proposta por Paul Ricoeur, em sua obra Tempo e Narrativa (2010).

Diante dessa perspectiva, o recorte temporal deste trabalho compreende os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, período em que Bolsonaro esteve à frente da presidência. Sobre o ano de 2021, destacamos aqui que, dentro do que nos propomos analisar, tendo a desinformação como principal causa desses ataques, nada foi encontrado, não tendo assim, nenhum caso a ser analisado. Sobre o de 2022, ressaltamos que, por se tratar justamente do período de escrita da dissertação, somente fará parte do recorte os oito primeiros meses do citado ano.

A pesquisa se justifica considerando a necessidade de adoção de uma transversalidade nos estudos concernentes à desinformação considerando que as narrativas que procuram desinformar são comumente atravessadas por questões de gênero e raça e quase sempre tem o intuito de despertar o ódio, o medo e a angústia.

Quanto a estrutura desse trabalho, procuramos organizá-lo em seis capítulos, trazendo no primeiro capítulo, a introdução que objetivou contextualizar e justificar melhor a escolha do nosso objeto de pesquisa, resumindo o aporte-teórico escolhido e identificando o referencial teórico abordado.

No segundo capítulo, falamos sobre pós-verdade, desinformação, *fake News* e discurso de ódio, trazendo um pouco sobre a história de cada um, conceitos, definições, níveis, tipos e

procurando sempre relacionar cada um ao momento atual em que vivemos, com o advento da internet e o surgimento e uso frequente das redes sociais.

Já no terceiro, apresentamos os caminhos que levaram Jair Bolsonaro a presidência da República. Procuramos contextualizar a ascensão da direita e a “queda” da esquerda, através do Partido dos Trabalhadores (PT), para compreender como Bolsonaro se elegeu em 2018. Além disso, falamos um pouco sobre o ex-presidente, resgatando seu histórico como deputado federal por quase três décadas e os fatores que contribuíram para a sua vitória. Abordamos ainda as eleições de 2018, o uso de aplicativos e redes sociais, e a propagação desenfreada de *fake News*.

No quarto capítulo, trabalhamos o conceito de gênero e suas relações, passando pela questão do machismo enraizado, da sociedade patriarcal, da misoginia e da violência contra a mulher, relacionando todos esses conceitos com a sociedade atual, onde esses termos ainda possuem forte atuação no dia a dia, apesar das tantas lutas travadas e de tantos obstáculos vencidos. Dentro desse capítulo, trazemos a vivência das mulheres no jornalismo e apresentamos também, dados recentes fornecidos pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) sobre os ataques a imprensa como um todo, incluindo essas profissionais, no exercício da profissão.

O quinto capítulo, por sua vez, se debruça sobre o aporte teórico-metodológico e introduz a perspectiva da Hermenêutica da Consciência Histórica de Paul Ricoeur (2010), que nos ajudou a compreender e interpretar os casos escolhidos interpretação.

Por fim, o sexto e último capítulo apresenta os casos escolhidos que trazem as narrativas de Jair Bolsonaro em contexto de desinformação, e que resultaram nos ataques e agressões a mulheres jornalistas, selecionadas por meio de amostra intencional.

Ao final, as considerações finais nos permitem recapitular os pontos abordados anteriormente, e sintetizar os principais resultados obtidos, sinalizando futuros passos para o desdobramento de novas pesquisas.

## 2. SOB O DOMÍNIO DA PÓS-VERDADE: DESINFORMAÇÃO, *FAKE NEWS* E DISCURSO DE ÓDIO

Neste capítulo, iniciamos fazendo um “passeio” pelo cenário da pós-verdade a fim de compreender melhor seu conceito, causas e consequências na sociedade atual. Além disso, buscamos analisar o cenário da pós-verdade neste início de século e como ele tem contribuído para a formação de crises, resultando na falta de confiança nas instituições sociais que outrora, foram referência para a sociedade, como a política, a ciência e o jornalismo, por exemplo.

Não obstante, falamos também sobre desinformação, um fenômeno social que tem se alastrado rapidamente na atualidade e preocupado o mundo em virtude de suas causas e consequências, muitas vezes, irreversíveis. Dessa forma, buscamos compreender seus conceitos, definições e níveis, refazendo os passos desse fenômeno desde tempos passados até o momento atual, que tem contribuído significativamente para a crise da democracia que temos hoje no Brasil, *locus* da nossa pesquisa. Por fim, abordamos os desafios para o jornalismo contemporâneo em virtude das redes sociais virtuais, espaço propício a disseminação sem precedentes da desinformação.

Dentro desse contexto, falamos ainda sobre *fake news* e a relação do ex-presidente da República Jair Bolsonaro com essa prática, e sobre o *fact-checking*, através das agências de checagem espalhadas no Brasil e no mundo, como um caminho viável de combate a esse mal.

Por fim, no cenário digital, com o uso de novas tecnologias, redes sociais virtuais e aplicativos de troca de mensagens, falamos sobre o discurso de ódio que, quando não mata, fere, e que tem ascendido um alerta em virtude de sua prática, que ficou mais evidente com a ascensão da extrema direita ao poder e das consequências que tem gerado na sociedade.

### 2.1 Pós verdade: conceitos, causas e consequências na sociedade atual

É fato que neste início de século, o acesso à internet, cada vez mais maior, ampliou a possibilidade de participação das pessoas. Isso porque antes, essas mesmas pessoas apresentavam-se apenas como receptoras dos conteúdos que chegavam até elas pelos meios de comunicação de massa e, agora, diante do fácil acesso à rede, elas deixam o lugar de receptoras e passam a ser produtoras de seus próprios conteúdos, passando, com isso, a participar ativamente da sociedade em rede.

Essa participação sem regras ou controle acaba fazendo com que conteúdos de uma forma geral, como conteúdos maliciosos, por exemplo, sejam disseminados em diversos

ambientes, de forma fácil, sobretudo, nas redes sociais, em virtude do grande acesso de pessoas, propagando-se rapidamente e gerando consequências drásticas para a vida em sociedade.

A desinformação é um exemplo dessas consequências e cada vez mais, torna-se evidente nos dias atuais, sobretudo, de 2016 para cá, quando o mundo parou para assistir a dois importantes momentos, considerados marcos relevantes para o fenômeno da desinformação neste início de século XXI: as eleições presidenciais norte-americanas de 2016, que elegeram Donald Trump, do Partido Republicano, presidente dos Estados Unidos; e o processo de saída da Grã-Bretanha da União Europeia, conhecido como “Brexit” (D’ANCONA, 2018).

Para D’Ancona (2018), os dois eventos acima não são a causa, mas uma consequência preocupante do valor declinante da verdade, onde fatos comprovadamente verídicos são passados para trás e substituídos por expressões como “fatos alternativos” (expressão utilizada pelo próprio presidente Donald Trump), constituindo assim, um cenário de pós-verdade repleto de *fake News*.

Esses dois momentos importantes para a história abriram espaço para que, logo em seguida no Brasil, as eleições presidenciais de 2018 seguissem o mesmo caminho: a divulgação desenfreada de desinformação através de uma fábrica de *fake News* que circularam livremente pelas redes sociais, sobretudo, pelos grupos de WhatsApp das famílias brasileiras (RÊGO; BARBOSA, 2020). Mesmo após eleito, Jair Messias Bolsonaro e seus apoiadores mantiveram a prática de divulgação de desinformação por diversos canais e plataformas de comunicação, além de seguir atentando contra a verdade, a ciência e contra as instituições sociais referência para a sociedade.

As eleições presidenciais de Trump e Bolsonaro, e o Brexit, que foram palcos para a disseminação de desinformação, ajudaram a criar um cenário de pós-verdade que, segundo D’Ancona (2018, p.09), “enquanto fenômeno sociológico, parece destinado a perdurar por muitos carnavais”. Mais à frente, compreenderemos melhor tal cenário, sua conceituação, principais sintomas e o que pode ser feito a respeito para evitar que a verdade cada vez mais entre em declínio.

### 2.1.1 O cenário da Pós-verdade

Os acontecimentos de 2016, citados recentemente, e toda a carga de informações falsas existentes e divulgadas no momento exato em que aconteciam, resultaram no surgimento de um cenário de pós-verdade que colocou em xeque a verdade e contribuiu para o declínio da mesma como moeda de reserva da sociedade.

Mas há quem conteste sua etimologia exata e afirme que esse cenário de pós-verdade existe há algum tempo, apesar de somente agora ter ficado explícito. Em 1992, a “síndrome de Watergate” já assombrava o escritor sérvio-norte-americano Steve Tesich que, em artigo à revista *The Nation*, compartilhou sua tristeza ao perceber que após as revelações dos fatos que levaram Richard Nixon ao *impeachment*, os americanos começaram a evitar verdades desconfortáveis e passaram a viver em uma espécie de mundo da pós verdade (SPINELLI; SANTOS, 2018).

Para o escritor, além de Watergate, os norte-americanos estavam traumatizados ainda com o caso Irã-Contras e outros escândalos. Esses traumas fizeram com que as pessoas começassem a dar as costas para a verdade e conspirar exaustivamente por sua supressão:

[...] Todos os ditadores até agora tiveram de trabalhar duro para suprimir a verdade. Por meio de nossas ações, estamos dizendo que isso não é mais necessário, que adquirimos um mecanismo espiritual capaz de despojar a verdade de qualquer significado. De uma maneira bastante radical, como povo livre, decidimos livremente que queremos viver em um mundo da pós verdade (D’ANCONA, 2018, p.21).

A fala e a preocupação de Steve Tesich se consolidaram de fato em 2016, com a vitória de Trump como quadragésimo quinto presidente dos Estados Unidos e a saída da Grã-Bretanha do Reino Unido, marcando assim, um levante contra a ordem estabelecida e uma demanda por uma mudança mal definida (D’ANCONA, 2018, p.21).

Em contrapartida a isso, Feitosa (2017, p.98) critica a nomenclatura de pós-verdade. Segundo o autor, diante da situação e do que vivemos hoje, o termo não é mais adequado e por isso mesmo, deveria ser substituído por hiper ou ultra-verdade pois, para ele, “vivemos em uma época em que todos se sentem no direito de dizer qualquer coisa, seja nos discursos políticos ou nas redes sociais, embasados em dados fictícios ou não [...]”.

Mas apesar da existência de todo um cenário de desinformação, é preciso deixar claro que pós-verdade não é a mesma coisa que mentira. E isso é comprovado pelo simples fato de que a mentira existe desde o começo dos tempos e que todos os políticos mentem, por exemplo. Diante disso, D’Ancona (2018) levanta o seguinte questionamento: se a mentira existe e se os políticos assim fazem, porque só agora vivemos este cenário de pós-verdade?

O cenário de pós-verdade abordado por D’Ancona (2018) é criticado por Burke (2018) que também critica o questionamento do autor. Segundo Burke (2018), para começar, a ideia de ‘pós-verdade’ não foi inventada em 2017, como o próprio D’Ancona (2018) admite. Um livro sobre ‘A era pós-verdade’ já havia sido publicado em 2004, enquanto a frase parece ter

sido cunhada doze anos antes, em 1992, como já destacado aqui. Segundo Burke (2018), as considerações e as reivindicações das novidades feitas por grupos de estudiosos e teóricos que estudam a pós-verdade são exageradas, às vezes de maneira bastante descontrolada.

Além disso, questionar a existência de uma nova era, a era da pós-verdade, segundo o autor, requer distinguir entre novos métodos e objetivos antigos. Para ele, “se, como Marshall McLuhan costumava dizer: 'o meio é a mensagem', estamos vivendo um tempo de revolução em que o *Facebook* está transformando a esfera pública e a privada, enquanto os pesquisadores on-line são manipulados por mecanismos de busca como o *Google* (HALAVAIS, 2009, s/p)”.

Burke (2018) destaca ainda que embora seja difícil medir, é provável que a quantidade de notícias falsas ou informações públicas mentirosas que circulam por aí tenha, assim como tem circulado a uma velocidade maior do que no passado (embora a rapidez do boato antiquado não deva ser subestimada). Porém, a boa notícia, segundo ele, é que uma consciência crescente de notícias falsas, incentivado pela discussão do tópico na mídia, incentiva atitudes críticas em relação textos. Todavia, é necessário treinar esse tipo de crítica em nível escolar, por exemplo.

Pós-verdade – eleita pelo Dicionário de Oxford a palavra do ano de 2016 – pode ser aqui descrita como “circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que emoções e crenças pessoais (ENGLISH OXFORD, 2016). Resumidamente, na pós-verdade, aquilo que você acredita e julga ser verdadeiro, baseado em “achismos” ou crenças pessoais se torna mais importante que fatos comprovados por instituições sociais respaldadas.

Mas, existe uma explicação para a escolha da palavra pelo Dicionário de Oxford. E essa se deu em razão de um aumento de 2.000% (dois mil por cento) nas buscas na internet pela palavra no ano de 2016, sobretudo, nos meses em que ocorreram os dois importantes momentos já destacados aqui: a votação do referendo no Reino Unido pela saída da União Europeia, o Brexit; e a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais norte-americanas.

O termo pós-verdade se encaixa no mundo em que vivemos atualmente, onde mentiras, rumores e fofocas se espalham velozmente, alcançando um número significativo de pessoas e formando um cenário propício para a construção de redes cujos integrantes confiam mais uns nos outros e em suas próprias concepções, que em qualquer órgão tradicional da imprensa (SPINELLI; SANTOS, 2018).

A construção dessas redes e a confiança em pessoas que façam parte delas é melhor explicada aqui através do pensamento de Farhad Manjoo (2008) que, por meio da teoria da exposição seletiva, comprova que a mente humana tende a escolher informações que estejam alinhadas às suas crenças, atitudes e comportamentos, rejeitando o que é contraditório. Em

outras palavras, na pós-verdade, pessoas que possuem pensamentos, gostos e ideias semelhantes tendem a fazer parte do mesmo grupo e a compartilhar a mesma opinião, seja ela verdadeira ou não.

A pós-verdade de acordo com Castilho (2016) está totalmente relacionada à internet e ao que essa pode fazer. O autor credita o fenômeno a um processo provocado principalmente pelo volume inédito de informações produzidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação, as chamadas TICs. Essas informações, muitas vezes produzidas sem qualquer controle, permitem que as pessoas passem a criar seus próprios conteúdos e que possam ir em busca de ambientes de mídia pessoal, atrás de outros conteúdos que sejam compatíveis com os seus, formando, dessa maneira, redes de conexão como as citadas no parágrafo acima.

Essas redes, por sua vez, permitem a geração, o processamento e a distribuição também de informações, muitas vezes falsas, conectando usuários em escala mundial, que são agentes ativos no ambiente virtual.

Essas redes de conexão alinhadas a disseminação de desinformação e a crença em concepções próprias ou no que desejar, tem provocado um desmoronamento do valor da verdade que, segundo especialistas, pode ser comparado ao colapso de uma moeda, por exemplo.

Dáí a necessidade urgente de refletir em que medida esses conteúdos falsos disseminados influenciam na mentalidade dos indivíduos que estão suscetíveis a eles e como proceder diante do problema, neste cenário de pós-verdade. A urgência se dá em virtude dos prejuízos causados na atualidade pela desinformação circulante na sociedade.

Na era da pós-verdade, entramos em uma nova fase de combate político e intelectual, em que D'Ancona (2018, p.19) destaca:

Ortodoxias e instituições democráticas estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador. A racionalidade está ameaçada pela emoção; a diversidade, pelo nativismo; a liberdade, por um movimento rumo à autocracia. Mais do que nunca, a prática de política é percebida como um jogo de soma zero, em vez de uma disputa entre ideias. A ciência é tratada com suspeição e, às vezes, franco desprezo.

Tudo isso tem feito com que, em muitas ocasiões, as pessoas desistam de tentar discernir aquilo que é falso daquilo que é verdadeiro, passando apenas a aceitar sem consciência plena ou sem questionar. No meio de tantas informações que chegam diariamente, a opção que resta é escolher entre versões e narrativas, aquela que aparentemente mais se adequa a verdade e lhe traz segurança emocional.

Como destaca D’Ancona (2018, p. 41), “a verdade, assim, perde a primazia epistemológica nas discussões políticas e passa a ser apenas um valor entre outros, relativo e negociável, ao passo que as emoções, por outro lado, assumem renovada importância”.

Na base do fenômeno da pós-verdade, está o colapso da confiança nas instituições tradicionais, pois “todas as sociedades bem-sucedidas dependem de um grau relativamente alto de honestidade para preservar a ordem, defender a lei, punir os poderosos e gerar prosperidade” (D’ANCONA, 2018, p.42), como veremos na próxima seção.

### 2.1.2 “Quando a verdade perde o valor”: crises, abalos e falta de confiança na política e na ciência

“Quanto mais a verdade se desvaloriza no mundo, é provável que a confiança nas instituições caia, e as pessoas se tornem cada vez mais alienadas”. Essa foi a resposta de Damian Ruck, cientista social britânico, após ser questionado sobre a falta de confiança nas instituições e sobre os comentários de Donald Trump no *twitter* e as ações do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em entrevista concedida a DW Brasil, em 2019.

Ruck estava com a razão. No cenário da pós-verdade, onde a desinformação tem carta branca e opera a passos largos, envolvendo cada vez mais um número maior de indivíduos, instituições sociais anteriormente detentoras da verdade e consideradas referências começam a entrar em declínio. A verdade é aqui questionada e por vezes, indivíduos rejeitam informações verdadeiras validadas, se apegando as suas crenças, tentando legitimá-las a qualquer custo.

Essas instituições são frutos de uma herança deixada pelo século XX, baseadas em regras e em evolução gradual, como destaca D’Ancona (2018). Para o autor, além do sistema de instituições, uma hierarquia de conhecimento e autoridade, em que entidades representativas interagem com o Estado de acordo com protocolos comprovados, são também heranças deste século.

Mas hoje, tanto esse sistema como essa hierarquia encontram-se ameaçados e essa ameaça deve-se, principalmente, às redes sociais virtuais que, com sua velocidade e poder de alcance, é a ferramenta perfeita para a divulgação de desinformação. Como ressalta D’Ancona (2018, p. 63), “hoje, essa estrutura está sendo desafiada por uma malha de redes vinculadas não por laços institucionais, mas pelo poder viral da mídia social, do ciberespaço e dos sites, que se deleitam em sua repugnância em relação à grande mídia (MSM)”.

A crise de confiança nas instituições democráticas não é uma realidade apenas dos Estados Unidos, com as sequelas deixadas após a passagem de Trump pela presidência do país;

ou do Brasil, com Jair Bolsonaro no comando. Quem nos dera! Essa crise é possível de ser observada além, em distintos lugares do globo, atingindo diferentes sociedades, culturas e sistemas políticos. Dentre as diferentes razões para a sua chegada, pode-se destacar inicialmente, o descontentamento evidenciado em diversos países com os sistemas de partidos políticos e com as ações executadas pelos representantes.

No tocante a essa crise de legitimidade institucional e de representação política como uma das bases da pós-verdade, Castells (2018) destaca que entendê-la passa pela compreensão entre o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem, e as ações daqueles que foram eleitos, ou seja, seus representantes. Em outras palavras, quando esse vínculo deixa de existir ou quando eleitores e eleitos não se entendem mais, é gerado o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não representam mais a população (CASTELLS, 2018, p.10).

Mas nem sempre esse sentimento de insatisfação fica evidente, e em casos onde o vínculo deixa de existir, mas não existe também contestação por parte do povo, o perigo é ainda maior. Isso porque em diversos países com diferentes contextos políticos, o silêncio, aliado a outros fatores como a desinformação e a falta de credibilidade na política, por exemplo, favorece a tomada de poder por líderes populistas – seja eles de direita ou de esquerda – que contestam a legitimidade das instituições, a liberdade de imprensa e dirigem ataques a todos os que questionem a veracidade de suas afirmações, uma vez que estes se postam como representantes da voz do povo (MOUNK, 2018, p.42).

Esses líderes têm contado com uma ferramenta essencial quando o assunto é contestar a legitimidade das instituições sociais. Na era da (des)informação, a tecnologia tem desempenhado papel importante na sociedade, mudando a maneira de fazer política e influenciando diretamente na percepção comum da política democrática e de seus atores, uma vez que há, segundo Prior (2019, p.92):

[...] uma descentralização dos processos comunicacionais, permitindo que os atores políticos dispensem a mediação dos agentes do campo do jornalismo na interação com os cidadãos, erigindo um novo modelo comunicacional assente nos processos horizontais da comunicação em rede.

Com essa descentralização, tornou-se possível o contato direto entre representantes e representados (eleitores), sem freios e contrapesos, feitos através dos meios tradicionais de comunicação (PRIOR, 2019, p.92) e do sistema político como um todo. O que antes só era possível graças aos meios de comunicação de massa, hoje, acontece com a ajuda das redes sociais virtuais e das plataformas de comunicação.

Com isso, informações compartilhadas entre grupos de interesses políticos semelhantes e com forte descrença nos meios políticos tradicionais tendem a circular sem controle ou contestação alguma, sendo um campo fértil ao desenvolvimento de desinformação e incentivo à pós-verdade.

No Brasil, Bolsonaro é um claro exemplo dessa descentralização destacada por Prior (2019). Eleito em 2018 presidente do país, sua campanha foi marcada pelo uso de redes sociais e ferramentas de comunicação que promoviam não apenas o candidato, mas traziam consigo, uma carga de desinformação, através das *fake News*, disseminadas, sobretudo, por grupos de *WhatsApp*. Esses grupos eram compartilhados por pessoas com pensamentos, gostos e ideias semelhantes, que se encarregavam de passar adiante mentiras, rumores, boatos, fofocas, informações falsas e tudo mais que pudesse promover o candidato.

Jair Messias Bolsonaro foi eleito em um cenário de pós-verdade, onde a falta de credibilidade na política era algo explícito e a “mudança” se fazia urgente e necessária. Contou com o apoio da bancada religiosa, em nome da moral e dos bons costumes; de grandes empresários que enxergavam no candidato, uma saída para a economia arrasada; da tradicional família brasileira que buscava a preservação daquilo que julgavam “certo” e de tantos outros que simpatizavam com o “mito” e viam nele a salvação.

No meio de tudo isso, prevaleceu a euforia com o novo, com a possibilidade de mudança, com aquele que poderia salvar o Brasil do abismo em que se encontrava naquele momento, em detrimento do possivelmente certo, da razão, do que era devidamente comprovado. Como bem destaca D’Ancona (2018), no mundo da pós-verdade, a prioridade é concedida à emoção e não a evidência.

Mas o apoio a Bolsonaro trouxe consigo muito mais que a divulgação de desinformação ou *fake News*. Na verdade, evidenciou ainda mais a falta de credibilidade na política brasileira; a falta de credibilidade em instituições sociais que por tempos foram referências na sociedade, como o jornalismo e o poder judiciário, por exemplo; a negação à ciência e todos os riscos corridos quando a crença em pensamentos e ideias próprias é maior do que a crença no que é devidamente estudado e comprovado; e o preconceito por raça, cor e etnia, a misoginia, o machismo e a homofobia que há tempos, circulavam silenciosamente na sociedade, esperando apenas uma oportunidade de erguer a voz.

Em se tratando de ciência, a crença em teorias e experimentos próprios ao invés da crença naquilo que é certamente comprovado após anos de testes e estudos, tem ganhado força e exposto a sociedade ao risco. Isso porque, na era da pós-verdade, tem predominado um negacionismo científico que, segundo D’Ancona (2018, p.68), para as pessoas nada mais é do

que a “crescente convicção de que os cientistas, em comum acordo com o governo e as corporações farmacêuticas (“Big Pharma”), estão em guerra contra a natureza e os melhores interesses da humanidade”.

Esse pensamento tem feito com que as pessoas, baseadas em crenças reguladas muitas vezes pela exaltação de experiências, deixem de acreditar no que a ciência comprova e passem a valorizar um tipo de autoridade experiencial (SACRAMENTO, 2018) que possui um forte caráter testemunhal. Essa autoridade fortalece a opinião de que a verdade sobre determinado tema não necessariamente precisa vir da ciência, mas pode ser obtida por meio de experiências subjetivas e dogmas compartilhados em certos grupos, sejam eles religiosos, políticos ou baseados em estilos de vida. Nesse caso, o recuo em relação a ciência, segundo D’Ancona (2018), se torna perigoso quando ameaça a saúde pública ou a segurança dos outros.

Sobre o negacionismo à ciência, não há exemplo melhor, segundo o autor, do que a moderna e prolongada campanha contra a vacinação. D’Ancona (2018) cita que essa forma grave de negacionismo – um estudo de caso da pós-verdade – foi desencadeada por um único estudo, publicado na revista científica *Lancet*, em 1998. Com base em seus resultados, o dr. Andrew Wakefield, um dos autores do artigo, afirmou em uma entrevista coletiva que havia um possível vínculo entre a vacina contra sarampo, caxumba e rubéola, introduzida dez anos antes no Reino Unido, e a crescente incidência de diagnósticos de autismo (D’ANCONA, 2018, p.68).

Quando a imprensa investigou o estudo original, descobriu que os métodos de Wakefield eram insatisfatórios e revelavam conflitos de interesse. Com isso, o artigo foi desmentido, alguns autores retiraram suas contribuições e Andrew Wakefield teve sua licença para exercer a medicina revogada. Mas o prejuízo maior já existia e o processo de verificação do artigo nem se comparava aos estragos que o mesmo havia causado, provocando dúvidas e medo na população, que se esquivava da vacina.

Contudo, esse negacionismo em torno da eficácia das vacinas não é característico do final do século XX. Registros sobre grupos que questionam medidas sanitárias em torno das vacinas são datados desde a metade do século XIX (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL; GRIEP, 2015) mas, atualmente, em virtude das possibilidades que a internet nos proporciona e do advento das redes sociais, onde o usuário torna-se produtor e disseminador de conteúdo, esses registros estão aumentando vertiginosamente. Pessoas contrárias a imunização se segregam em bolhas, compartilhando pensamentos, gostos e ideias, e fortalecendo crenças pré-existentes quanto ao assunto das vacinas.

No Brasil, esse negacionismo em torno da ciência não é novidade. A revolta da vacina em 1904, levou a população brasileira às ruas para protestarem contra a vacinação obrigatória contra a varíola. Mesmo nessa época, começo do século XX, a desinformação se fazia presente, visto que pôr a vacina consistir no líquido de pústulas de vacas doentes, corria boatos de que quem se vacinava, ficava com feições bovinas (FIOCRUZ, 2005), o que prejudicava ainda mais o processo de imunização.

Recentemente, a vacinação contra a COVID-19 no Brasil fez brilhar novamente a luz do negacionismo. O único meio comprovadamente eficaz para se proteger da doença foi recusado por centenas de brasileiros. No lugar da ciência, a desinformação alimentou as dúvidas existentes sobre a vacina contra o novo coronavírus, ameaçando a saúde pública brasileira.

O presidente do país, Jair Bolsonaro, que deveria ser o principal incentivador da imunização como forma de deter o avanço da doença que matou milhares de pessoas no Brasil, ao contrário, duvidou da eficácia do imunizante, chegando a fazer piadas com o mesmo, afirmando que não poderia garantir que quem tomasse a vacina não viraria jacaré; além de recusar por diversas vezes, a oferta da vacina, oferecida por empresas farmacêuticas, atrasando, com isso, o início da vacinação no Brasil.

Em pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios<sup>1</sup> (CNM) em 2021, 2.097 cidades relataram a recusa da vacina contra a Covid-19 por parte da população. O número corresponde a 74,2% das 2.826 prefeituras ouvidas na 17ª edição da pesquisa. O levantamento também detectou pessoas tentando escolher vacinas. Segundo a pesquisa, 2.109 (74,6%) cidades constataram esse tipo de postura. Também foram reportados casos de pessoas que se recusaram a tomar determinados imunizantes. As vacinas mais recusadas foram a CoronaVac (50,6%), a Oxford/AstraZeneca (93,3%) e, em menor proporção, a Jansen (3,1%).

É necessário ressaltar aqui que, as vacinas, como qualquer outro fármaco, não são completamente isentas de riscos (WALDMAN *et al.*, 2011), entretanto, sua adoção enquanto medida de imunização em massa baseia-se em segurança, efetividade e equidade no acesso, muito mais do que nos riscos dos eventos adversos pós-vacinação, que são comumente maximizados pelos movimentos antivacinação para basear os conteúdos falaciosos que propagam.

A “ciência, ancorada em inúmeras evidências, já comprovou a segurança e a eficácia das vacinas adotadas como parte principal dos programas de saúde pública” (VIEIRA, 2020,

---

<sup>1</sup>Informações retiradas do site Agência Brasil.

Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-07/cresce-recusa-de-vacina-contracovid-19-relato-e-de-2.097-cidades>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

p.31), mas, a sua credibilidade é posta à prova quando movimentos antivacinas se utilizam das redes sociais virtuais e das plataformas de comunicação para propagarem discursos falsos e inverídicos sobre a eficácia dos imunizantes, gerando, com isso, um cenário de desinformação e de risco, à medida que expõe pessoas às doenças.

Nessa era de pós-verdade, para que os efeitos desinformativos sejam ao menos minimizados e a falta de credibilidade na ciência não dê lugar ao negacionismo, é necessário pensar com urgência processos comunicacionais efetivos no combate às crenças conspiracionistas e a desinformação emergente que se alastra rapidamente pela internet.

### 2.1.3 A Pós-verdade e seus impactos na sociedade e no jornalismo

Na era da pós-verdade, o jornalismo enquanto instituição social também teve sua credibilidade colocada à prova. Mas mais do que isso, sua funcionalidade também foi posta à prova à medida que as redes sociais virtuais, juntamente com novas plataformas de comunicação, começaram a ganhar espaço e deram as pessoas, a possibilidade de participarem ativamente do ambiente virtual como produtores de seus próprios conteúdos, e não mais como meros telespectadores dos meios de comunicação de massa.

Com a ascensão das novas tecnologias, não foi apenas a forma como a sociedade se comunica que mudou. A maneira como as pessoas se comportam também. Hoje em dia, “cada cidadão torna-se um ‘jornalista’ em potencial” e faz de tudo para que o seu conteúdo chegue em uma velocidade nunca vista antes e seja consumido pelo maior número de pessoas. Delmazo e Valente (2017) destacam que, essa nova relação de consumo de notícias possibilitadas pelos sites e redes sociais resulta em um novo tipo de concorrência entre as mídias.

Na pós-verdade, o papel do jornalista passa a ser questionado, uma vez que a ligação da imprensa com os fatos e o poder de indicar ao público o que acontece por meio deles perde força. Assim, quem ganha campo são as narrativas críveis, produzidas pelo público e sustentadas pela crença, e não mais pela valoração informativa (OXFORD, 2016).

Neste cenário de livre acesso, sem controle ou fiscalização alguma, o grande fluxo de informações na rede, segundo Moraes *et al.* (2013), tenciona para o compartilhamento de notícias falsas, imprecisas e manipuladas.

Isso significa que, quando recebemos uma informação, não sabemos se ela será desmentida dentro de uns dias, pois o excesso informativo produz pouca confiabilidade. Para a maioria das pessoas, uma informação é verdadeira quando todos os meios de comunicação afirmam que ela é; se o rádio, o jornal,

a televisão e a internet divulgam a mesma coisa, nós aceitamos porque, intuitivamente, a repetição serve como prova da veracidade. Mas a repetição não é uma demonstração, ela é uma repetição; e houve muitos casos em que uma informação foi repetida várias vezes sendo que, na verdade, era falsa. Consequentemente, a repetição não faz a informação, mas o conceito que há por trás dela, que é uma das ideias básicas da propaganda, consegue convencer. (MORAES, et al., 2013, p.60).

É aí que a desinformação ganha espaço e compromete o jornalismo. Mentiras, rumores, fofocas, informações inverídicas. Na era da pós-verdade, tudo isso é veiculado todos os dias com estética de fato verdadeiro e consumido pelo público que, cercado pelo excesso de informação e cansado de buscar a agulha da verdade no palheiro da mentira (D'ANCONA, 2018, p.10), perde o crivo do discernimento entre o que é verdade e o que é mentira e acaba por consumir sem questionar aquilo que chega até ele.

Dentre os reflexos da pós-verdade, Uno (2017, p.12) destaca uma preocupação quase convulsiva na sociedade: “a verdade não tem êxito e as descrições que não se ajustam a ela – ou mesmo que nem se aproximam – sim, vencem e, além disso, terminam impunes”. As redes sociais são exemplos claros disso. Mais importante que o fato que é veiculado e a verdade que esse deveria carregar consigo, é o alcance por parte do público e as interações através de *likes* (curtidas) que determinada publicação recebe.

No caso do jornalismo, para não ser deixado para trás na disputa com as redes sociais, a verdade é deixada de lado e a prioridade é dar a notícia primeiro, mesmo que essa notícia venha carregada de erros ou trate-se de uma notícia falsa.

Nessa competição, o jornalismo se torna protagonista no processo de criações da pós-verdade, por meio da insistência e repetição; e acaba, com isso, transformando mentiras ou meias verdades em fatos socialmente aceitos (CAIXETA, 2021, p.13).

No jornalismo, é sabido que só vai “ao ar” aquilo que é previamente analisado e permitido pelos editores das redações dos jornais. Em outras palavras e na maioria dos casos, aquilo que tenha visibilidade e gere audiência e lucro para os donos dos veículos de comunicação. Esses editores atuam como uma espécie de filtro que regula o que deve ou não ser de conhecimento público. Mas é sabido também que nas redes sociais, não existe controle ou fiscalização. Como já citado, cada cidadão é um jornalista em potencial, criador do próprio conteúdo. E se assim o é, quem filtra o que vai ser noticiado por esse cidadão? Todo conteúdo vira notícia nesse caso?

Esses questionamentos representam alertas inquietantes próprios do fenômeno da pós-verdade: nas chamadas mídias sociais, falta uma instância que estabeleça filtros antes desempenhados pelo jornalista – ou, como se diz, separar o joio do trigo – além de pôr em

paralelo visões variadas, criando um quadro “propício para não acreditar em nada do que o outro diz, e se agarrar em sua própria convicção” (UNO, 2017, p.23).

Essa falta de filtros nas redes sociais para dizer o que deve ser noticiado ou não faz com que tudo ao redor vire informação. Essa dinâmica tem facilitado a divulgação de desinformação, através das *fake News* e contribuído para a manipulação e o engano do público que as consome e que, após esse consumo, é levado a acreditar no que é veiculado. Nesse caso, na maioria das vezes, notícias falsas.

Justamente pela falta de filtros e, mais ainda, pelo famoso clichê de que não existem barreiras no mundo virtual, que o uso constante das redes sociais tem interferido intensamente na prática jornalística contemporânea. A partir do momento que a matéria-prima do jornalista é o acontecimento, o fato, e esse mesmo acontecimento/fato é questionado e julgado pelas pessoas como verdadeiro ou não em função da divulgação constante de desinformação, o jornalismo se depara com um novo dilema: além de concorrer com as redes sociais, reafirmar-se enquanto atividade profissional digna de confiança e credibilidade.

Essa falta de confiança e credibilidade no jornalismo tem ascendido um alerta importante. Em artigo intitulado “Confiança no Jornalismo e Consumo de Notícias”, a jornalista, professora e pesquisadora Ana Regina Rêgo traz dados do *Digital News Report 2022*<sup>2</sup> (RELATÓRIO DE NOTÍCIAS DIGITAIS, 2022), elaborado pelo Instituto Reuters em parceria com a Universidade de Oxford, que apresenta resultados preocupantes no que concerne à confiança no jornalismo e quanto ao consumo de notícias. Foram ouvidos 93.000 consumidores de notícias online em 46 mercados que cobrem metade da população mundial.

De acordo com o *Digital News Report*, a confiança nas notícias caiu em quase metade dos países e aumentou em apenas sete, revertendo parcialmente os ganhos obtidos no auge da pandemia do novo Coronavírus. Em média, cerca de quatro em cada dez pessoas da amostra total (42%) dizem que confiam na maioria das notícias na maior parte do tempo. Enquanto um número considerável de pessoas permanece acessando notícias, outros estão se afastando da mídia de notícias e, em alguns casos, desconectando-se completamente das notícias. O interesse em notícias caiu drasticamente em todos os mercados, de 63% em 2017 para 51% em 2022.

Entre os relatórios de 2021 e 2022 há uma diferença em termos de consumo de notícias. Enquanto em 2021 havia um consumo e uma crescente confiança nas notícias em meio à pandemia da COVID-19, beneficiando corporações de notícias tradicionais, inclusive financeiramente, com

---

<sup>2</sup>Disponível em: <https://rncd.org/confianca-no-jornalismo-e-consumo-de-noticias/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

mais pessoas fazendo assinaturas on-line e anunciantes procurando se associar a um conteúdo confiável, em 2022, o cenário se desenhou mais pessimista.

Por um lado, novas empresas de jornalismo, em todo o mundo, relatam números recordes de assinaturas digitais e receitas crescentes. Por outro, o relatório destaca que o interesse em notícias e o consumo geral de informações jornalísticas diminuiu consideravelmente em muitos países, enquanto a confiança caiu em quase todos os lugares – embora permaneça maior do que antes do início da crise do *Coronavírus*. Há ainda uma sinalização para o cansaço das pessoas com as notícias relacionadas à COVID-19, como também em torno dos temas políticos e outros temas – com crescente número de pessoas que passaram a evitar as notícias.

No caso brasileiro é necessário enfatizar que o índice dos que evitavam as notícias em 2017 era de 27%, em 2019, 34% dos entrevistados pelos pesquisadores envolvidos com o DNR afirmavam evitar as notícias e em 2022, 54% afirmam não acessar e/ou evitar as informações jornalísticas.

No tocante a concorrência com as redes sociais, buscando solucionar ou pelo menos amenizar esse dilema, começaram a surgir novas empresas jornalísticas especializadas em checagem de informações. São as agências de *fact-checking*, já citadas neste trabalho, que utilizam métodos de checagem para certificar o grau de confiabilidade das informações divulgadas em sites, blogs, redes sociais, entre outras plataformas de comunicação, sempre observando se os dados apresentados foram apurados e obtidos através de fontes confiáveis.

O Brasil, por exemplo, é o segundo país com maior número de agências de checagem, perdendo apenas para os Estados Unidos. São oito iniciativas brasileiras entre as 15 detectadas na América do Sul, segundo levantamento do *Duke Reporter's Lab*. Essa posição privilegiada pode ser fruto de fatores como oportunidade comercial e preocupação sobre a crescente influência dos robôs propagadores de notícias falsas.

D'Ancona (2018) chama atenção para a necessidade de todos nós nos tornamos editores das informações que recebemos diariamente, em virtude da sobrecarga existente e da divulgação desenfreada de desinformação. Segundo ele, devemos sempre filtrar, checar e avaliar o que lemos como forma de não passar adiante informações que possam ser falsas ou inverídicas, agindo assim, como agências de checagens das próprias informações que recebemos, trabalhando na divulgação de informações verídicas, corretas.

Para o autor, a pós-verdade que estamos vivendo é uma amostra do que acontece quando uma sociedade afrouxa em defesa dos valores que sustentam sua coesão, ordem e progresso: os valores da verdade, honestidade e responsabilização (D'ANCONA, 2018, p.100). Ainda de acordo com o autor, esses valores não são autossustentáveis e por isso mesmo precisam de

manutenção. Essa manutenção é produto da decisão, ação e colaboração do ser humano (D'ANCONA, 2018, p.100).

É preciso concordar com D'Ancona (2018) também, quando ele fala que a pós-verdade é uma tendência, e profundamente alarmante. Mas não é um ponto final (D'ANCONA, 2018, p.100), tem muito caminho ainda pela frente. E apesar de difícil, é preciso coragem para enfrentá-la.

É necessário possuir também as armas certas para contra-atacar, de preferência, inteligência emocional para saber distinguir verdade de mentira; e racionalidade na hora de defender essa verdade contra quem insiste em disseminar essa mentira. Como bem destaca o autor, “o melhor é identificar e adotar aquelas medidas práticas que vão defender a verdade de seus antagonistas, realçar seu valor e assegurar sua centralidade em um contexto social e tecnológico radicalmente transformado” (D'ANCONA, 2018, p.100).

## **2.2 O fenômeno da desinformação**

Embora presente nas sociedades ao longo da história humana, a desinformação, de uns tempos para cá, tem sido vista com uma preocupação maior não apenas por estudiosos e pesquisadores do assunto, mas por governos, empresas jornalísticas e pela população em geral também.

Essa preocupação se deve, sobretudo, ao cenário de pós-verdade em que estamos inseridos, onde a crença em “achismos” e naquilo que se julga correto e verdadeiro, mesmo sem comprovação alguma, passe para trás fatos comprovadamente verídicos, e aos problemas que esse fenômeno tem ocasionado nas sociedades, tendo em vista seu alastramento amplificado após o advento das redes sociais e o acesso dos indivíduos a essas redes, também nesse cenário.

Wardle (2017) define a desinformação como um conteúdo intencionalmente falso, cujo intuito é prejudicar pessoas, grupos ou organizações. Na era das tecnologias, esses conteúdos tem circulado livremente pela internet, levando mentiras através de notícias falsas a quem tira cinco minutos do seu tempo para ler as informações que chegam até si. Muitas vezes por falta de atenção ou senso crítico para discernir o falso do verdadeiro, esses conteúdos acabam passando por verdade e convencendo leitores que os replicam para mais e mais pessoas.

Não obstante, o livre acesso à internet tem feito com que cada vez mais pessoas passem de atores passivos – cenário observado antes do advento da Web 2.0 – a partícipes ativos do processo, ou seja, produtores do próprio conteúdo que deseja noticiar. Para isso, basta um

dispositivo móvel conectado à rede e muita criatividade. Ao final, conteúdos de formatos variados são disseminados no mundo virtual, como vídeos, imagens, memes<sup>3</sup>, entre outros, percorrendo o globo a uma velocidade frenética. Muitos desses sendo falsos, enganosos, imorais.

Além disso, grande parte da desinformação circulante nas redes é composta ainda por “discursos poderosamente influentes que, em virtude da conectividade proporcionada pelo acesso à internet, circulam mundialmente com o objetivo de produzir uma realidade falseada pela obscuridade das informações, na medida em que são intencionalmente enganadores” (VIEIRA, 2020, p.23) e podem definir os rumos de processos eleitorais ou provocar grandes crises nas democracias vigentes, como será visto adiante.

A emergência desse cenário e as consequências drásticas geradas pela livre circulação de desinformação na sociedade atual é um convite a conhecer e compreender melhor esse fenômeno. As subseções abaixo se dedicam a isso e apresentam conceitos, definições e níveis da desinformação, as sociedades anteriores por onde a desinformação passou, a crise e o abalo provocado na democracia, e a relação entre desinformação e jornalismo neste início de século.

### 2.2.1 Desinformação: conceitos, definições e níveis

No final do século XX e início do século XXI, vimos alastrar-se rapidamente na atualidade, um fenômeno denominado desinformação que, cada vez mais tem ganhado espaço nas pautas jornalísticas e pesquisas acadêmicas, sobretudo, na área da comunicação, em virtude de sua propagação amplificada, proporcionada pelo largo acesso dos indivíduos as redes sociais virtuais.

A atenção e a análise dadas a esse fenômeno justificam-se por meio de suas causas e efeitos. Estes, por sua vez, têm se mostrado irredutíveis e incontrolláveis, levando a situações drásticas e muitas vezes, irreversíveis. Com isso, as pesquisas em torno do tema têm despertado não apenas a curiosidade de quem se propõe a estudá-lo, mas também, a preocupação quanto ao que a desinformação pode causar.

Como explicado mais adiante, a desinformação não é um fenômeno novo ou exclusivo das sociedades contemporâneas. Ao contrário do que imaginamos, há muito a desinformação

---

<sup>3</sup>Termo grego que significa imitação. Bastante conhecido e utilizado no "mundo da internet", referindo-se ao fenômeno de "viralização" de uma informação. Disponível em: <[www.significados.com.br](http://www.significados.com.br)>.

já marcava as páginas dos jornais e do tempo. Mas, antes de adentrar na história, nos dedicamos a compreender o que é a desinformação.

Diante de tantos pesquisadores que se propuseram e se propõem a estudar e entender esse fenômeno, alguns conceitos e definições sobre o termo podem ser encontradas, como as listadas abaixo.

Em conceito formulado pela Comissão Europeia, “a desinformação é entendida como informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente o público” (COMISSÃO EUROPEIA, 2018, s/p).

Esta definição tem sido amplamente utilizada nos debates internacionais e define critérios claros que englobam aspectos sociais diversos, como o econômico e o político, não obstante a falta de consenso nessa temática (RODRIGUES; BONONE; MIELLI, 2020, p.31).

Para Rêgo (2021), a desinformação não se apresenta apenas como conceito, mas como um fenômeno social que existe porque, em contrapartida, existe a informação. Logo, para ela, a desinformação se coloca como o outro lado da informação. A autora pontua ainda que a desinformação “é algo que se “vende” como informação. Essa desinformação, que usa uma máscara de informação, é aceita pelos aparatos de receptividade da informação na sociedade” (RÊGO, 2021, p.223).

Quem também comunga do mesmo pensamento e definição de Rêgo é Demo (2000). Para ele, informação e desinformação são o mesmo fenômeno, apenas com sinais reversos. No entanto, segundo o autor, apesar de a desinformação sempre existir no escopo do próprio conceito de informação, ela nem sempre ficou evidente no escopo social.

Fallis (2015) por sua vez, destaca que a desinformação vem a ser um “engano intencional”, isto é, uma informação imprecisa que pode sim enganar as pessoas. Juntamente com Floridi (2010), o autor considera que o objetivo principal da desinformação é induzir o receptor a acreditar que a informação recebida é precisa e confiável, enquanto, na verdade, “trata-se de uma informação imprecisa, tendenciosa ou descontextualizada que busca enganar o destinatário”.

Como nem sempre quem a recebe é um leitor crítico, que se interessa por apurar aquilo que chegou até ele, acaba aceitando a desinformação como notícia credível, como destaca Fallis (2015) ao afirmar que, “a prática do compartilhamento da desinformação pode conter um grande perigo porque, como considera ele, a desinformação como uma informação pode levar o indivíduo que a recebeu a compartilhá-la, caso ele não tenha senso crítico para julgá-la”.

Segundo o autor, a comunicação informal do cotidiano – aquela do dia a dia – é a mais vulnerável ao compartilhamento de desinformação.

Pinheiro e Brito (2014) procuram significar o fenômeno da desinformação referindo-se a ele como a falta de informação sobre determinado tema, por exemplo. Para os autores, a desinformação neste caso, está associada a ignorância sobre esse tema em questão.

Sobre a desinformação, procuramos destacar aqui os níveis em que ela se apresenta, lembrando sempre que há muitas nuances entre o falso e o verdadeiro, sendo elas: *a completa mentira, a meia-verdade, mensagens que são enganosas*, mas não falsas em seu conjunto. Mourão e Robertson (2019, p.4) citam que “os níveis de falsidade podem ser influenciados pelo uso de preconceitos ou sensacionalismo, com recursos que podem ampliar a verdade sem que a desinformação fique aparente”.

Wardle e Derakshan (2017) destacam que a desinformação pode ser dividida em três conceitos distintos, visando abranger as várias possibilidades do fenômeno da desordem informativa, como elas conceituam. Segundo as autoras, os termos são especificados de acordo com sua intencionalidade, sendo eles: a) *Dis-information* – ou desinformação, que faz referência a informação intencionalmente falsa, com o intuito de prejudicar pessoas, grupos ou organizações; b) *Mis-information* – criada sem a intenção de enganar quem a consome; e c) *Mal-information* – ou informação distorcida, que tem como base informações reais utilizadas de maneira distorcida e manipulada, com o intuito de prejudicar pessoas, grupos ou organizações.

As autoras discorrem ainda sobre outras etapas da desinformação, como as três fases do distúrbio da informação: a *criação*, quando a mensagem é idealizada; a *produção*, quando a mensagem é transformada em produto de mídia; e a *distribuição*, quando a mensagem se torna pública. Cada uma dessas fases possui elementos específicos para que possa chegar aos destinatários. Esses elementos são: o *agente*, a *mensagem* e a *interpretação* ou o interprete, ou seja, a pessoa que consome a desinformação recebida e a interpreta de determinado modo, fazendo disso uma ação (WARDLE; DERAKSHAN, 2017, p.22).

Wardle e Derakshan (2017) partem ainda da ideia de que os tipos de desinformação se apoiam nas principais motivações: financeira, política e psicológica. Muitos autores atribuem a elas as intenções para justificar a propagação do fenômeno da desinformação. Enquanto Heller, Jacobi e Borges (2020) atestam que os disseminadores de desinformação se apoiam em três principais fragilidades da sociedade: *crenças pessoais* – ou ideologias pessoais constituídas ao longo do tempo; *ganhos pessoais* – quando um indivíduo cria uma desinformação para lucrar

de alguma maneira; e *fragilidades psicológicas* – constituem-se das emoções e dos sentimentos vinculados à informação.

O fato é que a desinformação encontra como terreno fértil e propício a sua divulgação, as redes sociais virtuais, sobretudo, neste começo de século. Com dinâmicas próprias, essas redes conectam usuário de diferentes lugares do globo, portadores de opiniões semelhantes ou não, e os abastece com notícias personalizadas que acabam por reforçar suas crenças e ideias preconcebidas. Kakutani (2018) destaca que a conexão entre usuários com opiniões semelhantes e a divulgação dessas notícias personalizadas facilita a inserção dos mesmos em ambientes virtuais denominados bolhas, onde conviverão prioritariamente com aqueles que pensam do mesmo modo, em ambientes cada vez mais fechados e sem comunicação com o exterior. Através dessas redes, a desinformação tem se difundido rápida e exponencialmente pela sociedade, em um processo acelerado pela velocidade frenética de compartilhamento de conteúdo.

No entanto, mesmo encontrando hoje na internet um local propício para a sua divulgação, a desinformação sempre existiu. O que a difere atualmente dos tempos passados é o comportamento das pessoas diante da informação recebida, ou seja, como as pessoas recebem e encaram a informação: o manipulado – aquele que recebeu a informação, abdica-se de construir uma posição baseada na razão e nos fatos para corroborar com a intenção do manipulador. D’Ancona (2018) evidencia isso destacando que “[...] as mentiras, as manipulações e as falsidades políticas enfaticamente não são o mesmo que a pós-verdade. A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar a indiferença e, por fim, a convivência (D’ANCONA, 2018, p.34).

Quanto ao comportamento das pessoas diante da informação recebida, Karlova e Fisher (2013) defendem a necessidade de rever os modelos tradicionais de comportamento informacional que, em geral, sugerem uma concepção normativa de informação, como se essa fosse sempre precisa, verdadeira, completa e atualizada, enquanto o que se observa, principalmente nos ambientes online, é uma infinidade de informações com vícios. Com isso, a convivência ou a indiferença ante a desinformação representa uma mudança de comportamento informacional que não deve ser ignorada.

Dentre os tantos casos de desinformação presente na da história, como veremos no subcapítulo 2.1.2, na atualidade, o panorama histórico mais recente da desinformação aponta para dois marcos no mundo, já citados neste trabalho: 1- As eleições norte-americanas de 2016, que consagraram Donald Trump vitorioso em uma disputa pela presidência dos Estados Unidos

contra Hilary Clinton; 2- O processo de saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, em um movimento carregado de informações inverídicas que apelavam para o emocional.

Tanto a eleição de Trump, como as informações falsas relacionadas ao Brexit, como destaca D’Ancona (2018), “não são a causa, mas uma consequência preocupante do valor declinante da verdade”.

No Brasil, *locus* da nossa pesquisa, a desinformação ganhou destaque nas eleições presidenciais de 2018, que levaram à disputa pela presidência da República, Jair Messias Bolsonaro (à época filiado ao PSL) e Fernando Haddad (PT), consagrando Bolsonaro vitorioso no segundo turno, em uma campanha que teve como estratégia, o uso de redes sociais, meio de divulgação de centenas de informações falsas. Prática que o ex-presidente manteve durante seus quatro anos de governo.

É nesse âmbito que, na próxima seção, nos dedicamos a analisar os caminhos por onde a desinformação passou ao longo da história e as consequências por ela geradas e que deveriam ter servido de lição para então compreender a desinformação na atualidade. Para isso, realizaremos uma revisão bibliográfica de autores que podem contribuir na construção de um melhor entendimento em torno dos assuntos aqui abordados.

### 2.2.2 A desinformação perpassa os caminhos da história

Apesar de estar mais evidente nos dias atuais, a desinformação não é uma novidade da sociedade contemporânea, como já falado. Uma história antiga, existente há muito tempo, a desinformação tornou-se ainda mais evidente nos dias atuais em virtude da tecnologia.

Sua origem remonta aos primórdios. Manipular informações era uma particularidade presente na história da imprensa antes mesmo do jornalismo moderno estabelecer padrões, definindo notícias como um gênero (textual) baseado em regras específicas como: neutralidade, imparcialidade e objetividade (ROCHA, 2020).

A desinformação remonta ainda aos processos aparentemente informativos, porém, deliberadamente enganosos, travados nos campos de guerra visando ludibriar o adversário, não ficando circunscrito, entretanto, a este momento histórico, uma vez que acabou por gerar repercussões importantes nos meios de comunicação, aparelhos estatais e privados (BRISOLA; BEZERRA, 2018).

A citação anterior se confirma ao nos permitir regressar ao passado e visitar momentos da história onde a desinformação se fez presente e deixou marcas que até hoje, são visíveis,

apesar de vivermos em uma sociedade onde a inconsciência sobre a história busca lugar a todo momento.

No livro “A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump” a autora, Kakutani (2018, p. 09) cita que:

Dois dos regimes mais abomináveis da história da humanidade chegaram ao poder no século XX, e ambos se estabeleceram com base na violação e no esfacelamento da verdade, cientes de que o cinismo, o cansaço e o medo podem tornar as pessoas suscetíveis a mentiras e falsas promessas de líderes determinados a alcançar o poder incondicional.

O nazismo de Adolf Hitler, na Alemanha, é a prova do que a autora fala. Na segunda guerra mundial, o regime totalitário que levou à morte milhares de pessoas, obteve êxito ao se impor por meio de uma narrativa única e avassaladora, colocando a desinformação acima dos fatos e transformando-se em uma fábrica de mentiras disseminadas diariamente aos alemães.

As notícias falsas propagadas por Hitler e seus aliados se potencializavam em um contexto de baixa condição crítica, e à medida que eram divulgadas, convenciam cada vez mais pessoas. Nas palavras de Teixeira (2018, p.34), “a falsificação da informação há muito tempo determina o percurso da história – ou, por vezes, indica os atalhos, mas na Alemanha Nazista, a falsificação da informação resultou no maior massacre da humanidade já visto”.

Paul Joseph Goebbels, político alemão e Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista entre os anos de 1933 e 1945, citou que “basta repetir uma mentira à exaustão para que ela se torne uma verdade”. A afirmação feita por um dos homens mais fortes de Hitler nos leva a reflexão de que verdade e mentira, em um dado momento, são meros substantivos aparentemente à deriva e se revezam na percepção da realidade (TEIXEIRA, 2018). A falsidade da verdade ou a verdade falsificada opera em uma única direção: convencer pessoas, com uma finalidade política.

Na guerra, Goebbels colocou na linha de frente todo o aparato midiático do Estado Alemão na disputa pela posse e enunciação da verdade com um grande e único objetivo: colocar os alemães contra os judeus e, principalmente, mobilizar a população no apoio a sua guerra de conquistas.

À medida que informações falsas eram divulgadas, menos contraposição aos discursos do Estado Alemão havia. Este, por sua vez, impunha, por meio do domínio dos meios de comunicação da época – rádio, jornais, cinema e teatro – a percepção de uma única realidade: a que eles passavam diariamente com o intuito de fazer ser verdade.

Ao criar uma realidade paralela a fim de convencer a população a colaborar com o que vinha sendo e com o que estava prestes a ser feito, ele também colocou as *fake News*, potente instrumento político, para marchar como suas aliadas contra a vida. A apropriação dos acontecimentos pelo nazismo era nítida.

E com o avançar da guerra, a mentira propagada pelos nazistas era cada vez mais capturada pela população que, cercada por notícias falsas, perdiam a capacidade de questionamento acerca da realidade, confiava cegamente em seus líderes e colocava-se em marcha contra a comunidade judaica (TEIXEIRA, 2018, p.36). Nessa guerra, a espada usada por Hitler eram as *fake news*; e essa trabalhava contra a vida, determinando quem deveria morrer e quem deveria viver.

A desinformação que circulava livremente pela Alemanha durante a segunda guerra mundial, propagada pelos nazistas, atingiu seu objetivo principal e culminou no Holocausto que ceifou a vida de mais de seis milhões de judeus, vítimas do ódio e do preconceito de Hitler e seus aliados.

Mas não foram apenas os nazistas que se valeram da desinformação para alcançar o que desejavam. Durante anos, o fascismo também se apropriou de informações falsas e manipuladas para conduzir seus seguidores em uma marcha contra o direito à vida.

Os Estados Unidos e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), hoje Rússia, assim como os dois regimes totalitários citados, também foram protagonistas da desinformação, comprovando mais uma vez que a falsificação e a manipulação de informações não são características da sociedade atual.

Na guerra fria que durou 44 anos, fronts americanos e soviéticos propagavam desinformações muito bem desenhadas. O duelo de mentiras fabricadas por Estados Unidos e União Soviética se propagaram além das fronteiras (TEIXEIRA, 2018) e algumas existem até hoje. A tarefa de produzir *fake News* cabia aos agentes secretos de cada país, que repassavam as informações aos meios de comunicação e esses se encarregavam de divulgar mundo a fora.

Dentre algumas mentiras inventadas e disseminadas durante a guerra, é possível citar aqui o boato lançado pela KGB, que afirmava que a Aids fora desenvolvida pelos Estados Unidos, com o objetivo, segundo os soviéticos, de exterminar as populações. E a história inventada pelos EUA, dos brinquedos distribuídos às crianças afegãs pelos soviéticos recheados de explosivos. Ao todo, foram longos anos de mentiras, falsas notícias, desinformação e todo tipo de apropriação da verdade.

Mas a propagação de desinformação pelos Estados Unidos é antiga e já conhecida, e regressa também até a Guerra do Vietnã, entre 1954 e 1975. A ofensiva contra o Vietnã do

Norte, como bem cita Teixeira (2018), fora feita a partir de uma invenção: o então presidente americano Lyndon B. Johnson anunciou na televisão, em 4 de agosto de 1964, que a Marinha dos EUA tinha sido atacada por três navios norte-vietnamitas, no Golfo de Tonkin, onde operavam em uma missão de espionagem. Na época não havia qualquer evidência de ataque.

Em 2005, documentos secretos da Agência Nacional de Segurança dos EUA, revelados pela imprensa americana, afirmavam que não houve qualquer ataque a barcos americanos em agosto de 1964. Contudo, antes disso, o fato já havia sido contestado. A desinformação mais uma vez foi usada para justificar a morte de milhares de pessoas.

A cobertura de uma guerra, segundo Teixeira (2018), é um importante ambiente de desinformação. É através dela que é possível perceber de qual lado do front o repórter se encontra. A posição do jornalista, segundo a autora, determinará, na maioria das vezes, seu olhar sobre o conflito e, conseqüentemente, seus relatos sobre a batalha (TEIXEIRA, 2018, p.39).

Mas a propagação de desinformação pelos Estados Unidos não se restringiu apenas a Guerra do Vietnã. Foi além. Em 2003, Colin Powell, Secretário de Estado dos EUA, ocupou o púlpito da ONU para acusar o Iraque de fabricar armas de destruição em massa (TEIXEIRA, 2018, p.38). As afirmações feitas por ele baseavam-se em documentos e mapas apresentados em forma de slides aos presentes e afirmavam que o país de Saddam Hussein representava a grande ameaça mundial.

Powell convenceu a todos – estados e mídia internacional – que o país do Oriente Médio deveria ser invadido e derrotado. Como prova para o que estava dizendo, ele citava o químico iraquiano Al-Janabi, que se refugiou na Alemanha em 1999. Durante o refúgio, Janabi foi interrogado pelo serviço secreto alemão que mais tarde, percebeu que os relatos do refugiado eram infundados. Tarde demais, visto que os EUA já haviam provocado a ofensiva. Como forma de justificar o que havia sido feito, utilizaram as informações de Al-Janabi, mesmo sabendo que os dados nunca haviam sido confirmados.

Saddam Hussein foi encontrado em um porão armado com uma pistola e até hoje, nenhuma arma de destruição em massa ou biológica foi encontrada no Iraque. Mais uma vez, a mentira foi usada contra a vida com o objetivo de atender aos desejos da indústria bélica e petrolífera americanas (TEIXEIRA, 2018).

Kakutani (2018, p.34) chama a atenção para “a desastrosa decisão do governo Bush de invadir o Iraque, além da maneira cínica como essa guerra foi vendida ao público, distorcendo “a realidade política norte-americana ao alimentar um novo medo pelo Iraque que era imensamente desproporcional ao perigo real”, visto que, nem o Iraque possuía as assustadoras

armas de destruição em massa que Powel fez os americanos acreditarem que existiam, nem o Iraque foi o responsável pelo atentado de 11 de setembro.

Como resultado, segundo a autora:

A Guerra do Iraque permanece como uma lição sobre as calamidades que podem ocorrer quando decisões importantes que afetam o mundo inteiro são tomadas não por meio de uma política racional e de uma criteriosa ponderação de informações e análises de especialistas, mas em vez disso, inflamadas por convicções ideológicas e pela supressão de evidências para comprovar ideias fixas preconcebidas” (KAKUTANI, 2018, p.35).

No Brasil, a ditadura militar de 1964 a 1985 produziu e divulgou falsas verdade que deixaram marcas existentes até hoje e que nos dias atuais, ainda convencem as pessoas a crerem que os militares no poder são a melhor forma de conduzir o país.

Teixeira (2018) afirma que a ditadura era uma máquina de produzir *fake news* e essas eram aceitas pela população que não tinha outra saída, a não ser, acreditar no que era divulgado pelos militares. A censura aos meios de comunicação e a ausência de informações contribuíam para a produção das mentiras divulgadas. Não havia, nessa época, números sobre analfabetismo, mortalidade infantil, desaparecimento de cidadãos ou índices de violência. O que era divulgado favorecia o exército brasileiro e quem se colocasse contra o regime ou contestasse o que era dito, era torturado e morto pelo exército, que declarava suicídio.

Nos casos descritos acima, o Estado se coloca como principal emissor de falsas notícias, reverberadas pelos meios de comunicação em massa, que manifestam seus interesses econômicos e/ou políticos. Mas durante inúmeros momentos da história, não apenas o Estado, como instituições e a própria imprensa, que possui como papel principal, informar com transparência, objetividade e imparcialidade (conforme somos ensinados nas salas de aula as instituições, mesmo que não seja seguido na prática), se revezaram na elaboração e disseminação de desinformações; ou se articulavam no discurso e combinavam a narrativa na disputa pela veridicção (TEIXEIRA, 2018).

Em todos os momentos, ocupavam a função de emissores únicos da mensagem em um esquema de comunicação que visava atingir as massas, levando-os a crer que aquilo que era transmitido era de fato verdadeiro, e a colaborar com as atrocidades cometidas ao longo da história.

Nos dias atuais, o papel de emissor da mensagem cabe agora aos aparelhos digitais e as mídias sociais que, caracterizadas pela multiplicidade de emissores e receptores de tal mensagem, fazem com que a desinformação se alastre rapidamente e atinja um número ainda maior de pessoas.

### 2.2.3 Desinformação e a crise da democracia no Brasil

A existência de boatos, mentiras, informações falsas, distorcidas ou inverídicas remonta ao passado, conforme visto na subseção anterior. Contudo, a escala de disseminação por parte das redes sociais virtuais elevou esse problema a outro patamar, com potencial de abalar a própria democracia.

Antes de tudo, é preciso estar atento ao conceito de democracia. Dunker (2019, p.117) destaca que “pensar a democracia como conceito implica ir além da igualdade perante a lei, da liberdade de imprensa, da justiça e das eleições universais. Uma democracia deve ter um horizonte de expectativas comum a uma sociedade”. Interpretando as palavras do psicanalista, a democracia como um sistema de governo deve ser responsável pela inclusão dos sujeitos no conjunto dos direitos políticos, sociais, educacionais, culturais, entre outros; além de ser o anúncio de uma sociedade dos iguais.

No entanto, nem sempre foi assim. Apesar de nas últimas décadas do século XX a democracia passar por grandes e importantes mudanças, sendo moldada e moldando os paradigmas das ciências políticas, os regimes democráticos, como ressalta Rêgo e Barbosa (2020), nem sempre cumpriram as normas às quais estavam sujeitos e, invariavelmente cometeram erros absurdos que deixaram as populações à mercê de mazelas sociais que atingem a muitos de forma holística, como: violência, fracasso econômico, sistema de saúde privatizado, etc. (RÊGO; BARBOSA, 2020, p.22).

O resultado disso tudo foi um crescimento rápido e repentino na última década, de um sentimento negativo em relação a democracia e seus processos, o que fez com que líderes de extrema direita, como Jair Bolsonaro, por exemplo, ascendessem politicamente com o apoio popular, como alertam Mounk (2019) e Rancière (2014) *apud* Rêgo e Barbosa (2020). Os motivos para essa insatisfação que cresce a passos largos são muitos, e conforme apontam Rêgo e Barbosa (2020), encontram-se relacionados aos problemas financeiros e ao atrelamento do modelo democrático ao sistema econômico capitalista.

No caso do Brasil, considerando o nosso *locus* de pesquisa, a democracia brasileira, de acordo com as autoras, nunca chegou a ser considerada uma democracia plena, visto que não atende a todos os critérios que poderiam leva-la a essa condição. Segundo elas, inúmeros fatores contribuíram para essa realidade, a maioria advindos de sua constituição histórica, pautada na desigualdade social, na centralidade dos investimentos, na exploração do trabalho, no conservadorismo elitista e preconceituoso, e na exclusão (RÊGO; BARBOSA, 2020, p.21).

O que já era frágil, passou a ficar ainda mais vulnerável de seis anos para cá. Isso porque por mais de 20 anos, o Brasil esteve entre o centro e a esquerda, realidade que começou a mudar ainda em 2016, durante o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. De lá para cá, o país vem se colocando quase na extrema direita, sobretudo, no que concerne as pautas moral e econômica (RÊGO; BARBOSA, 2020, p.47).

A insatisfação com a economia e a preocupação com a moral, a família e a religião fizeram com que Jair Messias Bolsonaro, objeto de estudo do nosso trabalho, chegasse ao cargo máximo do país e se tornasse presidente da República após as eleições presidenciais de 2018. Eleições essas que ganharam centralidade no debate público em virtude da maneira como aconteceu e dos métodos que foram utilizados.

Denúncias e análises profundas demonstraram como a campanha presidencial de Bolsonaro, à época filiado ao Partido Social Liberal (PSL), contra Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), usou e abusou da desinformação como tática eleitoral através da divulgação sem precedentes e sem fiscalização de *fake News*. Tudo isso apoiado nas novas tecnologias que permitiram que inúmeros conteúdos fossem compartilhados com milhares de usuários dessas ferramentas, a uma velocidade vertiginosa.

Mas não apenas as novas tecnologias foram responsáveis por esse resultado. Aliado a essas que foram fundamentais na propagação da desinformação, os discursos também tiveram sua contribuição. Isso porque Bolsonaro se colocou como *outsider* e vendeu seu discurso moral sobre corrupção, trazendo à tona ainda valores referentes a família, pregando o combate as ideias consideradas de esquerda (racismo, machismo, homofobia, misoginia, entre outros), tão abominadas por ele e por seus apoiadores.

A candidatura de Bolsonaro levou ao fim a polarização entre PT e PSDB, existente por mais de 20 anos. E o mais curioso disso tudo é que, apoiado por um partido até então considerado inexpressivo. No entanto, inúmeros outros fatores levaram o ex-presidente a ocupar uma posição de relevância na disputa eleitoral, sendo eleito pela maioria dos votos válidos. Dentre tantos, cabe destacar aqui: a profunda crise política e institucional a qual o Brasil estava vivendo; o discurso hegemônico da mídia; a divisão do campo liberal; e a fragilidade das candidaturas de Geraldo Alckmin (PSDB) e de Fernando Haddad (PT). Esse último, pertencente a um partido desgastado em vários sentidos.

Com um discurso radical sobre corrupção, família e religião, Bolsonaro trouxe para perto descontentes com o governo, empresários, conservadores e a base evangélica. Dentro dos discursos, desinformação disseminada sem controle e de forma estratégica com o objetivo de

convencer possíveis apoiadores e minar o oponente. Como estratégia utilizada, o uso de dados pessoais e recursos para disparar e impulsionar as mensagens veiculadas a milhares de pessoas.

Como destaca Rodrigues, Bonone e Mielli (2020, p.77), “em nenhuma outra eleição documentada na história do país, notícias falsas se transformaram em tática eleitoral de largo alcance graças ao uso massivo das redes sociais na internet e uso de dados pessoais privados para definir estratégias de direcionamento como em 2018”.

Mas o que aconteceu em 2018 não foi surpresa para muitos, nem surgiu do dia para noite. Houve um contexto por trás. E houve também quem alertasse para o que estava prestes a acontecer na democracia brasileira. “A polarização partidária registrada nas eleições brasileiras de 2014 vai ceder lugar, no pleito de 2018, a uma forte batalha de narrativas envolvendo um potente ator: a engrenagem de produção e distribuição de notícias falsas ou, em inglês, *fake News* (ALMEIDA, 2018, p.09).

A mesma preocupação com os rumos da democracia no Brasil estava presente em pesquisa da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, a DAPP FGV, publicada em 2017 sobre a disseminação de informações falsas ou manipulativas. “Às vésperas de início do ‘ano eleitoral’ que definirá o próximo presidente brasileiro, cujas campanhas se anunciam de extremo acirramento, torna-se essencial mapear os padrões de uso desses mecanismos, a fim de evitar intervenções ilegítimas no debate, como já verificado em outros países” (RUEDIGER, 2017, p.04). Diante do exposto, não se pode dizer que o ocorreu em 2018 tenha sido uma novidade.

Para Habermas (2003), a interferência por parte da disseminação vertiginosa de desinformação não é algo predominante apenas do processo eleitoral, mas acaba por interferir na esfera pública também que, neste início de século, em decorrência dessa disseminação e da ascensão de líderes de direita, foi atravessada por uma polarização e consequente radicalização da política, gerando novos hábitos de consumo informativo, em sua grande maioria, sem validação ou credibilidade; e divulgados por pregadores de uma ideologia reversa e antidemocrática.

A desinformação propagada por Bolsonaro e seus apoiadores através dos discursos feitos e das mensagens enviadas por meio de aplicativos pagos é um exemplo disso. Isso prejudicou seriamente não apenas o candidato de oposição que disputava as eleições contra ele, mas também a democracia e os rumos que essa tomou após as eleições de 2018.

Isso porque a prática de divulgar desinformação, adotada por Bolsonaro durante a campanha eleitoral, permaneceu durante os quatro anos de seu governo. O que era propagado pelo presidente da República, por seus filhos (que também ocupam cargos na política brasileira)

e seus aliados, gerou sérias consequências, colocando em prova e provocando, ao final, um colapso na credibilidade de instituições sociais que em outrora, alcançaram o posto de lugares de verdade e serviram de base científica para inúmeras questões levantadas (RÊGO, 2021).

A perda de confiança na ciência, no jornalismo, no direito, entre outros, é melhor evidenciada nas palavras de Dourado (2020, s/p) que diz que “dia após dia, aqueles que estão conectados ou acompanham, em alguma medida, o que acontece na discussão pública online, assistem a ataques sistemáticos à imprensa, às universidades, às instituições públicas e à democracia em forma de discursos intervencionistas, intolerantes, incivis e de ódio”.

Esses discursos têm gerado ainda a perda de direitos conquistados a luz de muita luta por parte de determinados grupos que buscavam dia a dia, a inserção em uma sociedade falsamente chamada de igualitária. Do início do século XXI para cá, nos últimos governos que passaram pelo Brasil, esses grupos haviam conseguido grandes conquistas. Nos quatro anos em que Bolsonaro esteve à frente do poder, mulheres, negros, homossexuais, indígenas, quilombolas, entre outros, assistiram sem muito poder fazer, seus direitos serem diminuídos ou retirados por um presidente que desde antes de sua campanha eleitoral, sempre demonstrou raiva, desprezo e ojeriza contra esses grupos.

Bolsonaro conquistou e se tornou o representante de um pensamento brasileiro que estava adormecido, trazendo à tona em sua campanha e durante seu governo, uma moral conservadora que prega um modelo de “família brasileira” e um “homem de bem” (RÊGO; BARBOSA, 2020, p.141-142).

Hoje, diante da crise que o Brasil vive, discursos e narrativas que alcançaram credibilidade baseados em estudos e fatos comprovados, migraram das instituições sociais que serviam como referências para a internet, através de sites, blogs e portais que, nas palavras de Rêgo e Barbosa (2020, p. 162), “simulam as operações de construção da verdade”, ou seja, se passam por sites científicos ou jornalísticos, ou situam-se em falas de si, que reverberam somente valores e experiências pessoais sem nenhuma necessidade de comprovação do que se afirma. Com isso, percebe-se o rompimento entre a política e o contrato de verdade antes existente na modernidade.

#### 2.2.4 Redes sociais virtuais e a propagação da desinformação: desafios para o jornalismo

O jornalismo enquanto instituição social norteia as relações sociais desde os primórdios das civilizações. Os primeiros relatos de produção de informações datam de 59 a.C. e já davam conta de garantir o acesso do público a decisões dos líderes do império que trouxessem impacto

relevante aos interesses do povo (SILVA, 2020, p.51). Um exemplo claro do exercício da democracia, onde a população tinha acesso livre a informação.

Mas o jornalismo além de nortear essas relações, em alguns momentos, especificamente antes da ascensão do capitalismo, traçou seu percurso ao longo da história dando vez e voz às pessoas, e servindo também de tribuna para que questões sociais fossem amplamente discutidas, como deveria ser até hoje. Em consequência disso, firmou-se como mediador entre o Estado e a Sociedade, o que viria a mudar mais à frente, com o sistema econômico adotado.

O fato é que ao longo do tempo, o jornalismo passou por sucessivas transformações até chegar ao que temos nos dias de hoje. De guerras a governos ditatoriais, de marcos importantes a viradas de séculos, de crises econômicas a crises na saúde, de mortes impactantes a nascimentos importantes, em tudo o jornalismo tem se feito presente. E hoje, mais do que nunca, em virtude da internet e das redes sociais virtuais.

As possibilidades de interação promovidas pelos dispositivos móveis conectados à internet, geraram grandes e importantes mudanças não apenas nas formas de se comunicar, como no jornalismo também. O que antes só poderia ser divulgado através dos meios de comunicação de massa, chega as pessoas em questão de segundos. Para isso, é necessário apenas ter em mãos um celular, um *tablet* ou um computador,

A internet permitiu ainda o surgimento de comunidades e grupos virtuais onde indivíduos reúnem-se para discutir temas diversos, em espaços onde são compartilhados inúmeros conteúdos e estabelecidas novas formas de se relacionar e se agrupar em torno de assuntos em comum (CANCLINI, 2008). O que antes era barrado pelas porteiras do jornalismo com base no valor-notícia, na linha editorial e em outros critérios pré-estabelecidos pelos veículos de comunicação, hoje encontra na internet um espaço livre para discussão e divulgação.

Nesse contexto, as redes sociais virtuais apresentam-se como portadoras de duas características básicas: flexibilidade – que se refere a fluidez e a efemeridade das relações ali construídas, que podem mudar de uma hora para outra e acarretar alterações no próprio tamanho dessas redes; e dinâmica própria entre seus usuários – que se refere ao fluxo comunicacional estabelecido nesses espaços, sua velocidade e o tamanho das mensagens compartilhadas (MARTINO, 2014).

No entanto, as relações entre esses usuários, sua flexibilidade e dinâmica própria terminam por fazer com que as redes sociais virtuais se apresentem como um espaço propício à divulgação de desinformação, em virtude do amplo acesso, dos inúmeros conteúdos abordados sem fiscalização e de um controle inexistente.

Mas apesar das redes sociais facilitarem a difusão da desinformação, seria injusto por nossa parte culpar apenas ela, sem levar em consideração as milhares de pessoas que produzem, compartilham, curtem e comentam informações falsas divulgadas diariamente. Neste caso, Vieira (2020, p.41) destaca que o aparato tecnológico apenas propicia essa disseminação em larga escala. A mídia não se configura como um agente político.

Trazendo para a discussão a qual esta subseção se dispõe, no cenário de circulação de desinformação nas redes sociais virtuais, surge outro problema: a credibilidade do jornalismo a partir do momento que o internauta que acessa determinado conteúdo ou do leitor que recebe uma notícia não consegue discernir aquilo que recebeu, ou seja, avaliar se aquilo é uma notícia de fato ou se trata de *fake News*.

Melo (2018) destaca que “a crise de credibilidade perante o jornalismo é uma parte importante do problema das *fake news*, pois se para uma coisa gozar de credibilidade do jornalismo, basta parecer jornalismo, do ponto de vista da diagramação e da retórica factual, então, ele não distingue mais o que é jornalismo”. Isso porque as *fake news*, com o intuito de se passarem como notícias verdadeiras, imitam a diagramação de uma fonte noticiosa legítima, dificultando a diferenciação por parte dos leitores, sobretudo, os mais desatentos.

Com a disseminação cada vez mais rotineira de desinformação o jornalismo tem encontrado dificuldades, ao passo em que é cada vez mais colocado a prova no tocante a sua credibilidade. Com isso, jornalismo e jornalistas vivem hoje um cenário sombrio, especialmente no Brasil, em que o papel da comunicação tem sido de grande relevância para o sucesso de narrativas políticas conservadoras e, em alguns casos, devastadoras (RÊGO; BARBOSA, 2020, p.74).

Rêgo e Barbosa (2020) destacam que o jornalismo como um lugar de fala credível e respeitável está sendo contestado, especialmente pela política que se apropria dos discursos, sobretudo, sobre moral, tradição, religião e crenças, e os vende como querem; mas também pelo mercado da desinformação que produz todo tipo de conteúdo sem se preocupar com a veracidade dos mesmos.

Dessa forma, os profissionais que trabalham com o factual precisam adotar novas posturas com o intuito de reforçar seus lugares de produção de narrativas credíveis, especialmente em sua sociedade baseada em crenças e valores pessoais, e impulsionada por narrativas conservadoras, de grande alcance e repercussão.

Para os problemas enfrentados pelo jornalismo na atualidade, Sodré (2014, p.115) propõe uma ciência do comum que comporte a sociedade atual:

[...] O que muda na sociedade contemporânea é a profunda afetação da experiência atual pela acessibilidade imediata das novas tecnologias da comunicação, que acaba transformando a “ferramenta” (o dispositivo técnico) numa espécie de morada permanente da consciência. O tempo da existência se inscreve na causalidade maquinal da eletrônica. Assim, a temporalidade se acelera, criando efeitos de simultaneidade e sensações do imediatismo dos acontecimentos. O “efeito SIG (simultaneidade, instantaneidade e globalidade) já está definitivamente inscrito na temporalidade cotidiana, abolindo todas as distâncias espaciais do tempo.

Como maneira de se sobressair em meio aos problemas, e buscando também combater a desinformação, surge, no cenário atual, duas linhas de frente: o jornalismo científico – que interpreta e divulga pesquisas baseadas em evidências contundentes, ou seja, verídicas; e as agências de checagem ou as *fact-checking*, que se colocam, sobretudo, como uma alternativa de combate a desinformação, ao tempo que checam as informações recebidas no dia a dia.

No tocante ao jornalismo científico, um tipo de gênero jornalístico, este atua em conformidade com os procedimentos rotineiros da profissão, ou seja, apesar do termo, o jornalismo científico também estabelece contatos com fontes plurais, formata os conteúdos noticiosos segundo as normas estabelecidas, etc., além de fazer ainda, o trabalho das agências de checagem ao checar todo tipo de informação que chega para que, assim, ela possa ser divulgada com veracidade e segurança.

Bertolli Filho (2006) ressalta que este gênero se configura como um produto midiático que trata sobre temas complexos de ciência e tecnologia, apresentando o texto noticioso de maneira fluida para que seja compreendido pelo público não especializado no assunto. No entanto, apesar de ser uma alternativa válida e uma boa proposta de atuação, não é comum encontrar por aí jornalistas preparados devidamente para desempenhar essa atividade, tendo em vista a deficiência de formação que as academias ainda apresentam no âmbito do jornalismo científico.

As agências de checagem, por sua vez, têm o objetivo de certificar se a informação apurada foi obtida por meios confiáveis ou não e, então, avaliar se é verdadeira ou falsa, se é sustentável ou não. No Brasil, projetos de checagem ganharam destaque ainda em 2010 com a chegada de agências de checagem ao país. Hoje, essas agências realizam um trabalho significativo no tocante a desinformação, preocupando-se, sobretudo, com a transparência.

São novos métodos que constantemente são testados com o intuito de colocar novamente o jornalismo no lugar de fala respeitável que um dia ele ocupou. Contudo, Rêgo e Barbosa (2020) destacam que tais práticas não são suficientes para que estabeleçamos um novo pacto social em torno da importância da factualidade na sociedade contemporânea. Isso porque nossa sociedade já estabeleceu novos processos de construção de cadeias informativas que

muitas vezes não passam sequer pelo jornalismo, mesmo como lugar de checagem (RÊGO; BARBOSA, 2020, p.81).

Com isso, outros caminhos devem ser seguidos na busca por trazer o jornalismo novamente para o centro, fazendo com que o mesmo recupere seu lugar, servindo de referência para as sociedades em virtude de seu papel social na vida das pessoas e das narrativas que veicula.

### 2.3 A era das *fake news*

A cada dia que passa, mais pessoas estão conectadas à internet. Nesse cenário de novas tecnologias, excesso de informação produzida e compartilhada, e troca de experiências, é preciso estar atento e saber lidar com um fenômeno que tem crescido exponencialmente, dia após dia: as *fake news* que, traduzindo para o português, refere-se a notícias falsas divulgadas na internet, encontrando, sobretudo, nessas redes, um terreno fértil e propício a sua proliferação em massa.

Em definição proposta por Allcott (2017), as *fake News* são notícias verificadamente falsas que poderiam facilmente enganar os leitores tendo em vista que imitam a diagramação de uma fonte noticiosa factual com o objetivo de se passar por verdadeira apenas para confundir o leitor.

E por serem veiculadas em sites, em redes sociais e em aplicativos de troca de mensagens, a exemplo dos grupos de *WhatsApp*, acabam por ganhar maior legitimidade e alcance. Esse alcance, muitas vezes, impulsionado por programas que replicam essas *fakes* para uma grande gama de usuários em um curto período de tempo.

O uso das *fake News* surge, principalmente, em tempos de eleições ou de crises. D'Ancona (2018) destaca que a popularização dessa expressão tem como marco, alguns acontecimentos importantes no âmbito político ocorridos no ano de 2016, como o contexto das eleições de Donald Trump, por exemplo, conforme já citado.

O fato é que, quando bem divulgadas e abraçadas pelos leitores que acreditam naquilo que foi noticiado, as *fake News* podem definir o futuro de um país. E por estar presente em todos os continentes, ela tem se tornado uma ameaça as democracias pelo seu alto poder de influência, influenciando, principalmente, o resultado de votações. Em cenários mais trágicos, as *fake News* podem provocar uma ruptura social capaz de estimular e consolidar grupos favoráveis à instalação de regimes autoritários.

As *fake News* acabam por gerar um cenário de insegurança informativa, o qual algumas pessoas atentam para questionar a veracidade daquilo que recebeu, e que cria, de maneira preocupante, uma crença em narrativas conspiratórias, aumentando o descrédito de muitos indivíduos em relação às instituições democráticas e até mesmo em processos de verificação científica (D'ANCONA, 2018).

Nas próximas subseções, veremos mais detalhadamente sobre conceitos e definições, tipos de *fake News*, a relação de Jair Bolsonaro com as *fakes* e o *fact-checking* como alternativa de combate as *fake News*.

### 2.3.1 O que são notícias falsas? Conceitos, definições e classificação das *fake News*

Com o surgimento da internet e, conseqüentemente a isso, o início da comunicação por meios digitais através de computadores, *tablets* e celulares no fim do século passado e início deste, o significado da palavra *fake News* tem passado por mudanças a fim de contemplar uma série de outros atributos surgidos como consequência do ritmo frenético das conexões proporcionadas pela internet e por tais meios.

Originado ainda no século XX para designar notícias falsas produzidas e divulgadas pelos veículos de comunicação de massa (TEIXEIRA, 2018, p.15), o termo em inglês acabou tornando-se hoje, sinônimo de um ecossistema de desinformação. Mas engana-se quem pensa que as notícias falsas são um fenômeno novo, exclusivo das sociedades contemporâneas ou provenientes da internet.

Assim como a desinformação, as *fake News* existem desde os primórdios da humanidade e há muito tempo, marcavam não apenas as páginas dos jornais ou do tempo, mas todas as sociedades que tinham que lidar com notícias falsas presentes em todos os lugares, desde as falas das pessoas, até as informações divulgadas. E nessa disputa entre verdade e mentira, as mentiras tiveram lugar de destaque – muitas vezes disfarçadas de verdade pelos principais dispositivos sociais (TEIXEIRA, 2018, p.21).

A diferença para os dias atuais, onde a divulgação de notícias falsas é mais recorrente e tem atingido um outro patamar, é que as *fake News* encontraram no meio online o ambiente ideal para a sua disseminação sem controle e sem precedentes.

Definidas como mentiras, boatos e notícias fraudulentas (TEIXEIRA, 2018, p.15), as *fake News* já não são mais originadas nos veículos de comunicação de massa como rádio, TV, jornal ou revista, como antes estávamos acostumados. Presente em todos os lugares, elas disputam a atenção das pessoas agora nas redes sociais, nos aplicativos de trocas de mensagens,

nos sites, blogs e em todos os canais que compõem a estrutura online de comunicação (TEIXEIRA, 2018, p.15), sem esquecer das conversas presenciais diárias.

Além disso, as *fake News* estabelecem também novas formas de poder quando se impõem como verdade ou disputam o lugar do que deve ser tido como verdadeiro. Segundo Teixeira (2018), o estabelecimento dessas novas relações de poder se dá, sobretudo, porque as *fake News* dividem com outros enunciadores, o controle dos discursos que funcionam como verdades numa determinada sociedade.

Mas antes de entender o que são *fake News*, é preciso entender primeiro o conceito de notícia que do latim *notitia*, significa notoriedade, conhecimento, reputação. De maneira mais ampla, notícias são informações sobre um assunto ou acontecimento de interesse público, que pode ter sido difundida pelos meios de comunicação; um relato de um acontecimento feito por um jornalista ou uma exposição resumida de um fato ou acontecimento (PORTUGUESA, 2013).

Dessa forma, podemos dizer que *fake News* são notícias falsas que poderiam enganar facilmente os leitores, concordando com a tradução da palavra em português, que se refere a “notícia falsa” ou “notícia falsificada”. Mas é válido destacar aqui que as *fake News* não são necessariamente uma filtragem de uma notícia verdadeira, selecionando fatos específicos; mas sim, uma distorção ou completa criação de uma notícia que pode ou não estar vinculada a uma notícia verificadamente verdadeira (SERRA, 2018, p. 10).

Em conceituação para a palavra *fake News*, o Dicionário de Oxford destaca que *fake News* representam “relatórios falsos de eventos escritos e lidos em sites<sup>4</sup>”. O mesmo dicionário aponta ainda que as *fake News* são produtos do mundo digital porque circulam nesses sites.

O *Collins Dictionary*, por sua vez, pontua que *fake News* corresponde a “informação falsa, geralmente sensacionalista, que se espalha disfarçada de notícia jornalística<sup>5</sup>”. As *fake News* são aqui descritas pelo Collins como uma informação que tenta ocupar o lugar da notícia e não necessariamente é produzido por um meio de comunicação.

Já o Dicionário Online de Português conceitua o termo *fake News* como “notícias falsas ou informações mentirosas que são compartilhadas como se fossem reais e verdadeiras, divulgadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para

---

<sup>4</sup>Definição da palavra *fake News* segundo o Dicionário de Oxford.

Disponível em: <<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/fake-news?q=fake+news>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

<sup>5</sup>Definição da palavra *fake News* segundo o Collins Dictionary.

Disponível em: <<https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/fake-news>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

compartilhamento de mensagens”<sup>6</sup>. Aqui, as *fake News* são definidas como notícias falsas que se passam por verdadeiras e são compartilhadas em redes sociais ou aplicativos de troca de mensagens.

O leque de definições para o termo *fake News* e a forma como elas operam, principalmente nos meios de comunicação, tem levantado discussões sobre o emprego da expressão. Em relatório produzido pela Comissão Europeia em 2018, fica certo que:

O termo *fake News* não é apenas inadequado, mas também enganoso, porque foi apropriado por alguns políticos e seus apoiadores, que usam o termo para desvalorizar a cobertura jornalística que eles acham desagradável e, tornou-se assim, uma arma com a qual atores poderosos podem interferir na circulação de informação e atacar e minar meios de comunicação independentes (COMISSÃO EUROPEIA, 2018, s/n).

Exemplo dessa desvalorização citada no relatório é o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump que, em 2017, começou a usar a expressão *fake News* para se referir a todas as notícias ou reportagens de jornais, revistas, rádios, TVs e sites jornalísticos, especialmente os americanos, que o criticassem ou o contestassem, ou viesse a fazer o mesmo com sua administração. Pouco tempo depois, a expressão estava banalizada na opinião pública.

Como um “ator poderoso que interfere na circulação de informação e ataca e mina os meios de comunicação independentes”, ao qual se refere o relatório da Comissão Europeia, Donald Trump aumentou seus esforços para desacreditar o jornalismo, taxar matérias como *fake News* e atacar os repórteres, classificando-os como “inimigos do povo” – um termo arrepiante usado outrora por Lênin e Stálin, nas palavras de Kakutani (2018).

De acordo com o *Google Trends*, o termo *fake News*, apesar de antigo, ganhou notoriedade em novembro de 2016, mês da eleição presidencial norte-americana. Trump, enquanto candidato à presidência, não apenas divulgou *fake News*, como foi objeto de notícias falsas nas redes sociais também.

Histórias inventadas começaram a ser produzidas por sites temporários registrados na cidade de Veles, na Macedônia, que atraíam cliques do *Facebook* e ganhavam dinheiro com publicidade. Dentre as notícias falsas criadas por esses sites, vale ressaltar aqui: “Papa Francisco choca o mundo e apoia Donald Trump”; e “Agente do FBI suspeito no caso de e-mails vazados de Hillary é encontrado morto em um aparente caso de suicídio-assassinato”.

---

<sup>6</sup>Definição da palavra *fake News* segundo o Dicionário Online de Português. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/fake-news/>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

No Brasil, por sua vez, o termo ganhou ainda mais notoriedade nas eleições presidenciais de 2018, que levaram Bolsonaro (à época, filiado ao PSL) a vencer seu oponente Haddad (PT).

Tandoc Jr. *et al* (2017) destaca que *fake News* são todos os “posts virais baseados em relatos fictícios para se parecerem com notícias”. Nos dois exemplos citados acima, a intenção era fazer parecer que fossem verdade as notícias sobre o apoio do Papa Francisco e da morte do agente do FBI, com a clara intenção de convencer os leitores sobre aquilo que estava querendo dizer/defender.

Diante disso, Santos (2019) chama a atenção para a divulgação de notícias falsas que, segundo ele, pode acontecer de duas formas: 1- em sites específicos; 2- ou com *posts* voltados para as redes sociais. No primeiro caso, os sites ou blogs falsos são criados baseados em sites e blogs verdadeiros, de modo a parecerem reais para os seus leitores. Possuem *layouts* similares aos *layouts* de portais de grandes empresas jornalísticas. Além disso, são alimentados diariamente com conteúdos diversos, prezando sempre pela estruturação da notícia, um *lead* claro e objetivo, e uso de citações, por exemplo.

Já no segundo caso, referente as postagens voltadas para as redes sociais, tem-se textos curtos, claros, objetivos e diretos, com informações falsas com a finalidade de “fisgar” o leitor, além das imagens comprovando aquilo que foi falado no texto, disseminados, principalmente através das redes sociais como facebook e Instagram, e aplicativos de troca de mensagens como grupos de *WhatsApp*.

Santos (2019) destaca ainda que a disseminação de *fake News* segue duas vertentes: uma financeira e outra ideológica. “A primeira caracteriza-se na obtenção da receita e a segunda na desmoralização ou enaltecimento de um agente social definido, podendo ser uma pessoa, uma empresa ou um partido político, por exemplo. Em ambos os casos, atrair o leitor e fazê-lo acreditar naquilo que está sendo dito é o principal objetivo.

Os exemplos de *fake news* vão além do que imaginamos. São informações que no dia a dia, apresentam-se como incompletas, distorcidas, falsas, manipuladas ou descontextualizadas com o objetivo de fazer com que os leitores acreditem fielmente naquilo que é divulgado.

Na internet e em outras mídias de comunicação de massa circulam informações falsas e editadas (recortadas), as pessoas se encontram diante de um contexto em que é preciso identificar o que é falso ou verdadeiro e, também, compreender que existem informações descontextualizadas propositalmente para manipular a opinião pública em diversos aspectos (MATA; GERLIN, 2019, s/p).

As artimanhas para convencer os leitores são várias, que vão desde a imitação da diagramação de uma fonte noticiosa aparentemente legítima (Jorge, 2017), como já falado, aumentando no indivíduo a confiança quanto a sua veracidade; até o uso de palavras, termos, expressões, além de vídeos, imagens, entre outros, que despertem o emocional das pessoas e mexem com o psicológico delas a fim de provocar no indivíduo sentimentos que vão ao encontro da credulidade das narrativas. Rêgo e Barbosa (2020) citam que “os fabricantes de informações falsas costumam concentrar o foco das narrativas em crenças e emoções, afastando a razão e os fatos”.

Em uma classificação proposta por Wardle (2017), que também é co-fundadora e diretora da *First Draft*, uma organização sem fins lucrativos criada em 2015 com o objetivo de “fornecer orientações práticas e éticas sobre como encontrar, verificar e publicar conteúdo proveniente da Web; bem como auxiliar jornalistas e acadêmicos na busca pela verdade e pela confiança na era digital, existem sete tipos de *fake News* que merecem nossa atenção. E a fim de que possamos identifica-las e compreendê-las, esses tipos serão melhor percorridos logo abaixo.

- 1. Sátira ou paródia:** Não tem a intenção de causar danos, mas possui potencial para enganar ou confundir o público. Presente há tempos no jornalismo, a sátira ou paródia pode enganar ou confundir principalmente aquelas pessoas mais desatentas ou que não estão acompanhando com atenção o desenrolar de determinado fato;
- 2. Falsa conexão:** Quando manchetes, legendas ou imagens dão falsas dicas do que é o conteúdo realmente. Esse fenômeno se vale, principalmente, da pressa do leitor em não ler atentamente as informações ou, na maioria das vezes, se prender apenas ao título ou a manchete, acreditar naquilo que foi dito e compartilhar o conteúdo como sendo verdadeiro;
- 3. Falso contexto:** Quando um conteúdo verdadeiro é compartilhado com um contexto falso. Nesse tipo, o conteúdo é verdadeiro, contudo, aconteceu em tempos passados e é compartilhado como se fosse atual ou referindo-se a uma determinada situação que não é aquela em questão.
- 4. Conteúdo enganoso:** Uso enganoso de uma informação para prejudicar uma pessoa ou um assunto. Refere-se a utilização de informações falsas com o intuito de prejudicar ou incriminar alguém.
- 5. Conteúdo impostor:** Quando fontes (pessoas ou organizações) têm seus nomes utilizados, mas com afirmações que não são suas. Nesse caso, as fontes são verdadeiras,

no entanto, têm seus nomes atrelados a frases, ideias, pensamentos ou ideologias que não são suas e que não corresponde à sua realidade.

6. **Conteúdo manipulado:** Quando uma informação ou ideia verdadeira é manipulada para enganar o público ou obter alguma vantagem sobre determinada situação ou pessoa. É considerada um dos tipos mais nocivos.
7. **Conteúdo fabricado:** Conteúdo totalmente falso, elaborado para desinformar o público e/ou prejudicar alguém. Esse tipo de conteúdo é elaborado a partir de informações inexistentes, ou seja, inventadas. Esse tipo de desinformação pode ser chamado de *fake News*.

Os tipos de *fake News* e suas conceituações apresentados pelo *First Draft* são também usados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no *Manual Journalism, 'Fake News' & Disinformation – Handbook for Journalism Education and Training (2018)*.

Conteúdos falsos, elaborados para desinformar um público ou prejudicar alguém aparecem, muitas vezes, disfarçados de reportagens verdadeiras produzidas para enganar o público que tem acesso a ela seja por telejornais, sites de notícias ou redes sociais. Contudo, esses conteúdos podem se apresentar ainda de outra forma, de modo a reforçar a essência da narrativa. Gelfert (2018, p.95) destaca que “qualquer definição de “notícias falsas” deve estar situada em relação a essas variadas formas de desinformação pública e distorções do processo comunicativo”.

O Instituto *Reuters*<sup>7</sup> (2019) define as notícias falsas como sendo: notícias maquiadas ou inventadas para ganhar dinheiro ou desacreditar pessoas; notícias que têm uma base de fato, mas são modificadas para se adequar a uma agenda específica; e notícias com as quais as pessoas não se sentem confortáveis ou com as quais não concordam. Ainda segundo o instituto, as notícias falsas podem ser encaradas como um problema impulsionado por uma combinação de: mídias que as publicam, políticos que contribuem para produzi-las e plataformas que ajudam a distribuí-las.

Logo abaixo, veremos essa combinação melhor no caso do Brasil, através das práticas do ex-presidente Jair Bolsonaro, que perduraram quatro anos de governo.

---

<sup>7</sup>Centro de pesquisa da Universidade de Oxford, sediado no Reino Unido, que trata sobre questões que afetam a mídia global. Disponível em: < [https://en.wikipedia.org/wiki/Reuters\\_Institute\\_for\\_the\\_Study\\_of\\_Journalism](https://en.wikipedia.org/wiki/Reuters_Institute_for_the_Study_of_Journalism)>.

### 2.3.2 Jair Bolsonaro: um propagador de *fake news*

Como bem destacou D’Ancona (2018) na introdução deste capítulo, a popularização da expressão *fake news* marcou alguns acontecimentos políticos importantes ocorridos em 2016.

No Brasil, por sua vez, tanto a popularização da expressão como as notícias falsas de fato desembarcaram no país em 2018, em um cenário parecido com o dos Estados Unidos e a eleição de Trump. Aqui, o contexto também eram as eleições presidenciais. A mesma que levou Jair Messias Bolsonaro (filiado à época ao PSL), a sair vitorioso num pleito disputado contra o professor Fernando Haddad (PT).

Ocorrida dentro de um cenário de intensa polarização ideológica entre esquerda e direita, as eleições de 2018 além de serem marcadas por manifestações que já vinham acontecendo em outros tempos – especificamente, de 2013 para cá – tinha um diferencial em relação as demais. Os meios de comunicação de massa, os quais estávamos acostumados, não eram mais os detentores exclusivos da informação ou os responsáveis por fazer os candidatos aos mais diversos postos se tornarem conhecidos. As redes sociais tiveram papel fundamental, sobretudo, para Bolsonaro, que optou por centralizar sua campanha na internet tendo essas redes como ponto de apoio para o que queria dizer, fazer e mostrar.

Jair Bolsonaro escolheu estrategicamente as redes sociais para disseminar suas ideias, propostas de campanha e interagir com seus eleitores, se aproveitando de um espaço que, talvez, não lhe fosse concedido pelos meios de comunicação de massa, em virtude dos propósitos do candidato. Além disso, segundo ele, a ideia também era ficar mais perto dos eleitores.

Mas Bolsonaro foi além e fez das redes sociais uma máquina de divulgação ininterrupta de *fake News* com o claro objetivo de propagar informações falsas, disseminar mensagens conspiratórias, minar seu oponente através de notícias falsas divulgadas sobre ele e sobre os seus, confundir o leitor quantos as informações que chegavam até ele, desqualificar a mídia e a academia, além também, de conduzir a opinião pública a rejeitar a concorrência e optar por ele.

Teixeira (2018) destaca que pela primeira vez na história da comunicação digital e, provavelmente, de toda a comunicação, as *fake News* se reproduziram como praga na internet, “sobretudo, em aplicativos de troca de mensagens como o WhatsApp, levando instituições governamentais que acompanharam o processo eleitoral no mundo inteiro, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a declararem que a manifestação de notícias falsas no Brasil ocorreu num nível sem precedentes” (TEIXEIRA, 2018, p.16).

Mas Bolsonaro não atuou sozinho. Ao contrário, contou com o apoio escancarado de milhares de eleitores que multiplicavam diariamente as mensagens do ex-presidente, fazendo-

as circular velozmente, possuindo um alcance nunca antes visto. Além disso, Bolsonaro contou ainda com robôs e aplicativos pagos para fazerem circular mensagens falsas, contribuindo, dessa forma, com sua vitória.

Braga e Carlomagno (2018) destacam que o uso de robôs e a propagação de notícias falsas não são uma novidade das campanhas eleitorais. Segundo os autores, esses artefatos já apareceram em pleitos ou eventos políticos anteriores, como as manifestações de 2013 e as eleições de 2014 onde, segundo estudo da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP FGV), os robôs foram responsáveis por cerca de 10% das interações no Twitter durante campanha eleitoral (RUEDIGER, 2018).

Como exemplo disso, em debate na Rede Globo de Televisão entre Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), no segundo turno do pleito, Aécio aparece como o favorito no Twitter. Em pesquisa, o DAPP FGV comprovou que quase 20% das interações favoráveis a Aécio na rede social foram motivadas por robôs.

De acordo com Ruediger (2018), em 2018, o Brasil chegou as eleições com mais de 110 milhões de usuários de internet, ocupando o 3º lugar entre os países com maior número de usuários do Facebook, e o 6º entre os usuários do Twitter, o que era suficiente para fazer circular as mensagens do então candidato Bolsonaro.

Além disso, as restrições legais as campanhas online foram reduzidas ainda mais, em função das novas regras editadas pelo Congresso Nacional em 2017 (Lei nº 9.504/97), que passaram a permitir o chamado “impulsioneamento de conteúdo” como forma de propaganda paga na internet (BRITO CRUZ, 2018; MASSARO, 2018). Com isso, o papel dos robôs na rede, as *fake News* e a manipulação de informações por meio dos algoritmos seriam fundamentais nas eleições de 2018, levando Bolsonaro a vitória.

Apesar do uso recorrente do Facebook, foi no WhatsApp, especificamente nos grupos que abrigam centenas de pessoas, que a propagação de *fake News* a favor do ex-presidente aconteceu de fato. Segundo Benites (2018), nas eleições de 2018 haviam pelo menos cem grupos públicos de WhatsApp a favor de Bolsonaro.

Empoli (2021, p.88) evidencia isto quando afirma que “no Brasil, os comunicadores a serviço do candidato ultranacionalista Jair Bolsonaro driblaram os limites impostos aos conteúdos políticos no Facebook comprando milhares de números de telefone para bombardear quem utiliza o WhatsApp com mensagens e *fake News*”.

Nesses grupos, mentiras camufladas como notícias, imagens como forma de provar, vídeos que tentavam desmentir o que estava sendo dito contra ele, desconfianças das pesquisas consideradas falsas e apoios, centenas de apoios a Bolsonaro. O que era produzido lá, era

disseminado com facilidade e “rodava” o mundo todos os dias, levando as pessoas a imagem de um candidato sério, honesto, ficha limpa, anticorrupção, que estava pronto para mudar o Brasil e que, dia após dia, era distorcida pela grande mídia.

Entre os principais casos de *fake News* que circularam nos grupos de WhatsApp e se tornaram públicas no período eleitoral, citamos aqui dois exemplos: a suposta fraude nas urnas eletrônicas; e a ligação de Manuela D’ávila (PCdoB), candidata a vice-presidência da República ao lado de Haddad (PT), à Adélio Bispo de Oliveira, que deu uma facada em Bolsonaro durante um comício em Juiz de Fora (MG).

No Facebook, por sua vez, há estudos que sugerem que, no Brasil, nas eleições de 2018, não foram utilizadas as táticas de propaganda utilizadas na campanha de Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2016, como o envio de propaganda microdirecionada, isto é, com o intuito de atingir um alvo certo. Nesse caso, potenciais eleitores do então candidato. Segundo Brito Cruz e Massaro (2018), “não há indícios de uma grande campanha de anúncios pagos pela candidatura de Bolsonaro, nem mesmo ações relevantes de microdirecionamento”.

Parecido com Trump não apenas por ser candidato de direita ou pelo mero prazer em divulgar *fake News*, Bolsonaro seguiu com a prática até os dias finais de seu governo. À época, ajudado pelos filhos, também políticos, através de um gabinete que alimentavam diariamente com mentiras, notícias falsas e ódio através das falas e das práticas.

### 2.3.3 *Fact-checking*: um caminho viável no combate às *fake News*

Assim como a propagação de notícias falsas veiculadas de forma intencional não é recente, não é recente também o processo de combate a elas. A complexidade dessa propagação em virtude do crescimento do volume e da velocidade com que essas notícias são divulgadas, especialmente pelos meios digitais, tem feito com que possíveis alternativas viáveis de combate as mesmas se tornem cada vez mais necessárias.

Shu et. al (2017) destaca que a divulgação de uma notícia em um meio digital está relacionada a dois eventos principais: a publicação e a propagação. A publicação corresponde ao evento no qual a notícia é divulgada pela primeira vez em um meio. Já a propagação se refere a toda e qualquer reação ocorrida após a publicação, seja um comentário ou um compartilhamento, por exemplo, que leve ao engajamento.

Em tempos de redes sociais, plataformas de comunicação e aplicativos de troca de mensagens, essa publicação se torna cada vez mais comum e, conseqüentemente, a propagação daquilo que é publicado também. Isso porque mais e mais pessoas com acesso à internet podem

produzir conteúdos diversos, independentemente de sua credibilidade e divulga-los a um grande número de pessoas, fazendo com que o conteúdo produzido tenha um alto poder de propagação.

Essa permissividade, assim como qualquer outra coisa, tem seus prós e contras. Das vantagens que podem ser percebidas, tem-se o fato das pessoas se tornarem agentes ativos nesse processo de produção de conteúdo, deixando de lado o lugar de meros receptores da mensagem. E como desvantagens, esse processo tem amplificado a disseminação de *fake News*, afetando não apenas a integridade jornalística, mas, perturbando também as áreas social, política, econômica, cultural, assim como a saúde e a segurança também (MEJOVA; KALIMERI, 2020; MUSTAFARAJ; METAXAS, 2017; WANG, 2017).

Mas além da disseminação desenfreada de *fake News*, o poder de influência que essas notícias falsas têm sobre as pessoas tem preocupado diferentes segmentos da sociedade que tem pesquisado diariamente, alternativas viáveis de combate a elas. Como consequência, algumas ações já estão sendo potencializadas para ajudar nesse combate, onde é válido citar aqui a criação de legislações punitivas, o emprego de abordagens computacionais, as iniciativas educacionais presentes na alfabetização midiática (UNESCO, 2016) e os serviços de checagem, por exemplo.

Sobre esta última, ressaltamos aqui o trabalho desenvolvido pelas agências de checagem de informações que, proliferadas em ambientes digitais, sobretudo, em sites, com alguns vinculados às empresas jornalísticas tradicionais, realizam diariamente a checagem de fatos e informações, separando o joio do trigo, isto é, aquilo que é verdadeiro daquilo que é falso.

Graves (2016) conceitua o *fact-checking* como um gênero jornalístico híbrido, que mescla práticas antigas e novas de apuração. Para ele, os *fact-checkers* ou apuradores de fatos em português, constituem “organizações jornalísticas estritamente adaptadas ao ecossistema contemporâneo de notícias em rede” (GRAVES, 2016, p.09). Tardáguila (2018) por sua vez, destaca que a prática de *fact-checking* não é uma novidade do momento. Ao contrário, assim como as *fake News*, existem há alguns anos no mundo. “Não nasceu com as redes sociais, nem foi bolada por brasileiros” (TARDÁGUILA, 2018, p.49).

Teixeira e Martins (2020, p.68) pontuam que “essas agências de checagem inovam no atual contexto digital ao buscarem agregar qualidade ao seu conteúdo jornalístico a partir da garantia de credibilidade com relação às suas notícias”. Para conseguirem isso, utilizam técnicas jornalísticas capazes de diferenciar uma notícia falsa de uma verdadeira. Além disso, por estarem vinculadas a alguns sites jornalísticos, tem esse processo de checagem realizado por jornalistas que, diariamente, através do trabalho desenvolvido, buscam recuperar a

credibilidade jornalística perdida com a divulgação de *fake News*; além de tentar combater também a desinformação proliferada na internet.

A primeira experiência de *fact-checking* data da década de 1990, especificamente em 1992, e é atribuída ao jornalista Brooks Jackson, que durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos, no mesmo ano, fez a checagem das declarações dos candidatos. Na época, Jackson trabalhava na CNN e montou uma equipe para analisar a veracidade das declarações e promessas dos candidatos à presidência, colocando uma etiqueta de “falso” para cada dado equivocado apresentado por eles.

Em 2003 Jackson inaugurou o Centro de Políticas Públicas da Universidade da Pennsylvania e fundou o projeto de FacCkec.org (Alencar; Dourado, 2020). De lá para cá o número de sites especializados em checagem tem crescido. Esses sites integram uma rede internacional (o *International Fact Checking Network* – IFCN, do *Poynter Institute*), que possui diretrizes e selos de classificação para a verificação de dados (ALENCAR; DOURADO, 2020, p.28).

No Brasil, o jornal Folha de São Paulo foi um dos primeiros veículos de comunicação a adotar blogs de checagem. Nas eleições presidenciais de 2010, a empresa promoveu dois blogs para apurar a veracidade das declarações dos candidatos à presidência. Contudo, blogs especializados em *fact-checking*, que seguem as diretrizes do IFCN, surgiram no Brasil somente em 2014. O primeiro deles foi o “Preto no Branco”, do jornal O Globo, idealizado pela jornalista Cristina Tardáguila. Ainda no mesmo ano, Tardáguila fundou a primeira agência especializada em *fact-checking* no país, a Lupa.

De lá para cá, inúmeras agências de checagem foram surgindo e procurando diariamente, realizar um trabalho complexo e transparente, levando a verdade até as pessoas. Como bem cita Teixeira e Martins (2020), essas agências aparecem como “vacina” contra as *fake News* e se juntam às outras estratégias de combate.

É fato que os avanços digitais levaram o jornalismo a percorrer outros caminhos e adotar estratégias que o fizessem acompanhar as mudanças pelas quais estava passando. A produção acelerada de notícias tem contribuído para o surgimento de lacunas que, quando não preenchidas corretamente, dá espaço à *fake News*. Como forma de preencher esses espaços, a prática do *fact-checking* tem sido uma opção viável e uma alternativa de combate.

Mas é válido ressaltar que apenas o trabalho das agências de *fact-checking* não é suficiente nesse combate. A alfabetização ou letramento midiático (SPINELLI; SANTOS, 2018) dos internautas é fundamental para preparar os indivíduos para que, a longo prazo,

possam reconhecer a desinformação, não acreditando em informações falsas e, com isso, não divulgando-as, diminuindo assim, os impactos das *fake News* na sociedade.

Por se tratar de um trabalho complexo, é preciso que, além das agências de checagem, nós enquanto cidadãos, façamos o nosso trabalho também e para isso, é necessário estimular o nosso senso crítico, mantendo-o mais afiado. Se uma notícia é muito impactante, se um número parece ser absurdo ou se uma informação provoca desconfiança, é melhor suspeitar.

#### **2.4 “O discurso que mata”: apontamentos sobre o discurso de ódio**

As redes sociais virtuais não só tem sido palco para a disseminação em larga escala de *fake News*, gerando consequências drásticas para a sociedade, como tem ascendido também o alerta para outros problemas de discussão necessária, com consequências gravíssimas que, muitas vezes, saem de controle.

O discurso de ódio sem precedentes e sem punição banaliza a vida, estimula a cultura da morte, promove a violência e intolerâncias de todas as ordens, sobretudo, a intolerância dos grupos marginalizados (ARAÚJO, 2020) considerados minorias. Quando não mata, esse discurso fere irremediavelmente pessoas, instituições e causas que representam conquistas da humanidade, a exemplo do combate ao racismo, misoginia, homofobia, dentre outros.

No Brasil, essa prática tem tomado proporções inimagináveis, destruindo a tudo e a todos, sobretudo, com o uso desenfreado das redes sociais e com a ascensão da nova onda política de extrema-direita que ganhou grande destaque a partir dos anos 2000, em vários países da Europa e da América Latina.

Fatores como a crise econômica de 2008, as altas taxas de desemprego, a inflação crescendo em disparada, o descontentamento geral das pessoas e as desigualdades extremas, entre tantos outros motivos, fizeram com que essa ideologia ganhasse força no mundo todo, sobretudo, em meio às partes mais prejudicadas.

Dentre as práticas mais recorrentes da extrema-direita, destaca-se uma retórica baseada no ódio contra determinados grupos da sociedade, como a comunidade LGBTQIA+, os povos indígenas, negros, nordestinos, imigrantes, mulheres, entre outros (STANLEY, 2018).

E foi justamente neste cenário que países como Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil se viram em meio a profundas crises de polarização. Mais do que nunca, os posicionamentos liberais e conservadores passaram a tomar conta das visões de mundo, principalmente no meio político, e a convivência respeitosa se tornou algo cada vez mais raro (FORNER, 2022, p.11).

No Brasil, por exemplo, essa onda ficou ainda mais evidente nas eleições de 2014, apesar de observada desde 2013, quando um número maior de políticos de direita conseguiu se eleger e se colocar no lugar dos mais bem votados. Mas foi somente em 2018, nas eleições que consagraram Jair Bolsonaro presidente da República, que a extrema-direita com todo seu discurso se fez ainda mais presente e sagrou-se vitoriosa.

Bolsonaro, que antes de se candidatar presidente, acumulava mais de 25 anos de carreira política como deputado, sempre teve consigo discursos de ódio incitadores, que fez questão de verbalizar na tribuna e levar para as eleições. Radical direitista, ele soube colocar em prática as lições aprendidas com outros governos extremistas bem-sucedidos, como o do ex-presidente do Estados Unidos, Donald Trump, referência para o presidente brasileiro.

Fazendo uso de uma linguagem simples e coloquial, repleta de acusações conspiratórias e inflamadas que buscava gerar ódio e medo na população, o então candidato pelo Partido Social Liberal (PSL) conseguiu quebrar a monotonia do tradicional discurso político, driblando as mídias tradicionais as quais os demais candidatos estavam acostumados, e imergiu nas redes sociais digitais que não possuem filtros ou punições contra discursos de ódio e *fake News*, criando, através destas, uma máquina propagandística imparável baseada num discurso incitador de ódio contra certos setores da sociedade brasileira (FORNER, 2022, p.11).

Esse discurso tende a se alastrar rapidamente e a ser cada vez mais aceito e proferido pelas pessoas quando o cenário social, econômico e político é propício para a aceitação de ideias extremistas baseada na política do “nós contra eles”, como destaca Stanley (2018).

O ódio e todo o discurso por trás dele, assim como a desinformação e as *fake News*, também não é uma novidade do século XXI, nem consequência do surgimento e do uso das redes sociais. É algo que sempre existiu, desde os primórdios da humanidade. A novidade, por sua vez, é que agora ele está ainda mais explícito em virtude da internet e do uso desenfreado de redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram e aplicativos de troca de mensagens como o WhatsApp, ficando mais fácil de ser propagado e mais difícil de ser punido, tornando-se um sério problema de “segurança pública” para os estados (MOURA, 2016).

Sobre ele, seus conceitos e definições, suas características e os discursos radicais e incitantes do presidente Bolsonaro, proferidos desde sua campanha até os dias finais de seu governo, veremos mais e com mais detalhes nas subseções seguintes.

#### 2.4.1 Discurso de ódio ou liberdade de expressão? Conceitos, definições e diferenciação

No cenário atual, onde cada vez mais pessoas participam da rede e expõem na internet pensamentos, opiniões e críticas sem limites ou barreira alguma, é cada vez mais evidente a necessidade de discussão acerca do discurso de ódio que, muitas vezes, aparece mascarado de liberdade de expressão.

Essa liberdade é tão importante e necessária a sociedade, que ocupa o centro de uma estrutura democrática (GARGARELLA, 2011, p.30) e, justamente por isso, no Brasil, foi inscrita em posição de destaque na Constituição Federal, especificamente no artigo 5º, inciso IX.

Mas até onde ferir, insultar, denegrir e discriminar é exercer a liberdade de expressão? Em uma democracia, buscando assegurar a proteção da própria liberdade, sobretudo, a de fala, vale tudo, inclusive, vale manifestar intolerância e discriminação contra grupos vulneráveis da sociedade, como homossexuais, indígenas, negros, quilombolas, imigrantes, mulheres e tantos outros, utilizando um discurso de ódio que segrega, exclui, humilha, fere e muitas vezes, mata.

Originário do termo em inglês *hate speech* e traduzido para o português como discurso de ódio, esse discurso é definido por Moura (2016, p.04) como o conjunto de palavras que tende a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que tem a capacidade de instigar a violência, o ódio ou a discriminação contra tais pessoas.

Ainda segundo o autor:

Ele é o discurso que exprime uma ideia de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, menosprezando-os, desqualificando-os ou inferiorizando-os pelo simples fato de pertencerem àquele determinado grupo, motivado por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, deficiência, orientação sexual, nacionalidade, naturalidade, dentre outros (MOURA, 2016, p.04).

Samantha Ribeiro Meyer-Pflug (2009, p.97) define o discurso de ódio como a manifestação de “[...] ideias que incitam a discriminação racial, social ou religiosa em determinados grupos, na maioria das vezes, as minorias”. Para ela, esse discurso representa um perfil polêmico envolvendo a liberdade de expressão, podendo ser considerado uma apologia abstrata ao ódio, já que resume desprezo e discriminação a determinados grupos (FRIGO; DALMOLIN, 2017, p.04).

Os conceitos formulados acima e relacionados ao discurso de ódio ou *hate speech* são corroborados pelo pensamento de Botelho (2012, p. 294) referindo-se à:

Expressão de palavras que visam insultar, intimidar ou assediar pessoas em razão de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, possuindo, ainda, a capacidade de instigar a violência, ódio ou discriminação contra certos grupos. Assim, o discurso de ódio caracteriza-se pelo abuso da liberdade de expressão ou pela degradação de outros com base em suas características como raça, religião ou gênero.

No tocante a nomenclatura, fica claro que, apesar do ódio existir nas sociedades desde os primórdios e, embora a história tenha apresentado diversos exemplos de discursos de incitação ao ódio no decorrer dos tempos, o termo somente surgiu no final dos anos de 1980, nos Estados Unidos, durante um período em que a intolerância racial escalava no país (MULLER, 2019, p.131). De acordo com Muller (2019), “o clima de tensão e violência que a sociedade americana viveu era tal naquele período que também motivaria o surgimento de outra expressão: o crime de ódio”.

Mas até hoje, a delimitação acerca do conceito de discurso de ódio gera divergências e é tratada com dificuldade até mesmo pela Organização das Nações Unidas que, em maio de 2019, lançou um documento traçando uma “estratégia e um plano de ação sobre o discurso de ódio”, onde admitiu não ter uma definição legal internacionalmente sobre o conceito e que a caracterização daquilo que seja “odioso” é polêmica e objeto de disputas até hoje.

Rocha (2021, p.155) pondera que a dificuldade vai muito além da simples conceituação. É preciso levar em conta tudo que está envolto, sobretudo, a liberdade de expressão das pessoas que, segundo pesquisadores, está fortemente atrelada ao discurso de ódio. “O tema é particularmente difícil porque as reflexões acerca da necessidade imperiosa de inibir discursos de ódio deve considerar a questão constitucional da liberdade de expressão” (ROCHA, 2021, p.155).

Daniel Sarmiento (2017) consente com Rocha (2021) ao pontuar que o *hate speech* ou discurso de ódio é um tema ligado ao limite da liberdade de expressão. Assim como ele, Mirele Pauly (2021) também compartilha do mesmo pensamento. Em livro escrito sobre o tema, a autora procurou traçar um panorama acerca do discurso do ódio que, segundo ela, pode ser considerado um desdobramento da liberdade de expressão.

Samantha Meyer-Pflug (2009) denomina a liberdade de expressão como um dos direitos fundamentais do ser humano, que envolve tanto a exteriorização de pensamentos, opiniões,

ideias e convicções, assim como de sentimentos e sensações em suas inúmeras formas, sejam elas culturais, artísticas, intelectuais, científicas ou de comunicação.

Nas redes sociais, onde o controle e a fiscalização são inexistentes, e todos possuem vez e voz para se expressar, o problema se torna ainda maior. Isso porque, muitas vezes, a exteriorização desses pensamentos, opiniões, ideias e convicções ou vêm carregados de ódio, com o intuito de excluir, desprezar, humilhar e ferir àquele que ouviu; ou despertam o ódio de quem não concordou ou não foi a favor daquele que falou. Quando chega nesse ponto, falar o que pensa deixa de ser liberdade de expressão e passa a ser discurso de ódio, onde a principal finalidade é diminuir ou desqualificar uma pessoa ou um determinado grupo de indivíduos, cuja dignidade humana se vê ferida pelo propagador do discurso (FRIGO; DALMOLIN, 2017, p.03).

Aqueles que propagam discurso de ódio acreditam numa superioridade absoluta e possuem seus pensamentos, ideias, opiniões e convicções como únicas e verdadeiras. Tal superioridade é melhor explicada através do conceito “*self-righteousness*”, desenvolvido por Jonatan Haidt (2012, p. 45) e que:

[...] expressa a profunda convicção de uma pessoa que acredita dominar os outros sustentado por uma suposta elevação do ponto de vista ético das demais pessoas, sobretudo, aqueles que situam uma posição oposta à de suas convicções. Essa postura explica a adoção de comportamentos moralistas e intolerantes, dotados de violência simbólica ou física, justificados por fins mais nobres do ponto de vista daquele grupo como “os valores da família”, “a liberdade de expressão”, “a superioridade cultural”, “os direitos meritocráticos”, etc.

As profundas convicções dos propagadores de discursos de ódio apontados por Haidt (2012) faz com que os mesmos, a fim de defender seus pensamentos, ideias e opiniões, entoem uma fala articulada, sedutora e que articule ainda, meios de opressão como forma de defesa e de imposição daquilo que julgam correto e verdadeiro. Aqueles que não se enquadram no modelo dominante de “sujeito social nada abstrato: masculino, europeu, cristão, heterossexual, burguês e proprietário (RIOS, 2008, p.82) são os potenciais inimigos da sociedade.

Esses discursos, apesar de semelhantes quando propagados e quanto aos tipos de pessoas que são vítimas, possuem diferenças conceituais quanto aos tipos existentes. Rosenfeld (2001) difere os fenômenos *hate speech in form* (discurso de ódio em forma) e *hate speech in substance* (discurso de ódio em substância) conceituando o primeiro como manifestações explicitamente odiosas, ao passo que o *hate speech in substance* se refere a modalidade velada do discurso de ódio.

Esse último pode apresentar-se disfarçado de argumentos de proteção moral e social, que, segundo Schafer, Leivas e Santos (2015), no contexto de uma democracia em fase de consolidação, que ainda sofre com as sequelas de uma ditadura recente, pode provocar agressões a grupos não dominantes. Diante disso, esse discurso produz violência moral, preconceito, discriminação e ódio contra grupos vulneráveis e intenciona articuladamente a sua segregação.

No Brasil, o discurso de ódio ficou ainda mais evidente nas eleições de 2018. Em nome de um conservadorismo político entrecruzado com um fundamentalismo religioso, Bolsonaro foi eleito propagando o mesmo discurso que propagava há 30 anos – quando deputado – contra as minorias e seguiu durante seus quatro anos de governo.

Esse discurso espalhou medo e fez crescer a violência no Brasil contra essas minorias, que viram escorrer pelas mãos os poucos direitos conquistados ao longo dos tempos e diante disso, ficaram à mercê da sorte. São mulheres, negros, pobres, indígenas e população LGBTQIA+ alguns dos mais atingidos pela intolerância que tomou conta do país, estimulada pelo discurso oficial do ex-presidente da República. Mineiro (2022) destaca que, além desses grupos, jornalistas e comunicadores em geral, assim como militantes de esquerda também, eram alvos dos crimes políticos no governo Bolsonaro, que começavam com palavras e se transformavam em atos, resultando em agressões ou levando a morte.

Para Rêgo (2022), o exemplo de representante máximo da nação brasileira nos últimos quatro anos, Jair Bolsonaro, denominado de mito por parte significativa da população brasileira, é sim um importante aspecto a ser analisado quando o ódio invade as pessoas e as leva a cometer violências, assédios e assassinatos. Esse ódio, segundo ela, é o elemento ativado pelas pensadas e bem produzidas narrativas com desinformação, como as inúmeras produzidas pelo ex-presidente e disseminadas sem controle ou precedentes, que levaram a situações de ataques e agressões por parte do mesmo e de seus apoiadores.

#### 2.4.2 Bolsonaro e o discurso de ódio no cenário brasileiro

Nos últimos anos, especificamente de 2014 para cá, assistimos de perto ao crescimento expressivo de uma onda conservadora no Brasil com a ascensão da direita liberal na política. Mais políticos de direita passaram a ter direito ao voto fazendo com que o congresso eleito em 2014 fosse considerado um dos mais conservadores.

Mas foi nas eleições de 2018 que essa onda se fez ainda maior, fazendo com que houvesse um aumento significativo na candidatura de policiais e militares, saltando de 18 para

73 eleitos na comparação dos resultados das eleições de 2014 e 2018, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Segundo pesquisa do DIAP<sup>8</sup> – o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – houve, no último pleito, um aumento de 25% no número de ex-policiais eleitos como deputados estaduais ou federais. Segundo o próprio departamento, esse crescimento se deve, sobretudo, a grande viragem conservadora que resultou na candidatura e, conseqüentemente, na vitória de deputados de origem militar e de políticos filiados ao Partido Social Liberal (PSL), que tiveram como principal bandeira, a alteração do Estatuto do Desarmamento (DIAP, 2018).

O ápice do progresso conservador deu-se em 2016, coordenado pela bancada parlamentar do país mais conhecida como BBB (bancada da bíblia, do boi e da bala, sendo a maioria dos representantes líderes religiosos, ruralistas e militares), no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que cedeu a cadeira presidencial ao vice-presidente da República, Michel Temer (MDB), alinhado ideologicamente à direita.

Apesar de não aparentar ser sólido, o processo de *impeachment* de Dilma teve o apoio de um congresso motivado pelo mercado e pelas classes sociais mais abastadas, desejosos de mudanças na condução das políticas públicas, principalmente, voltadas para os campos social e econômico (RÊGO; BARBOSA, 2020, p.138). A partir daí, coube a grande mídia trabalhar na desconstrução da reputação de representantes eleitos do Partido dos Trabalhadores. Como resultado de um trabalho bem feito, Dilma e vários integrantes do PT, juntamente com o ex-presidente Lula, passaram a ser vistos como corruptos.

A “bancada BBB” é a representante política de um conjunto de ideias e atitudes que se fundamentam na percepção de que o contexto social está marcado por uma crescente e constante insegurança e desordem pública radical (FAGNELLO, 2017). Além de tirar o PT do poder para que se governasse a partir das novas diretrizes de centro-direita, era proposta da bancada também: a revisão do Estatuto do Desarmamento e a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, a redução da maioria penal, a criação de leis mais rígidas para punir crimes e o fim das penas alternativas (RÊGO; BARBOSA, 2020, p.139).

Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente do país em 2018, era membro ativo dessa bancada muito antes de se tornar presidente. Deputado Federal pelo Rio de Janeiro por quase três décadas, teve somente três projetos aprovados com o discurso de que não aprovou muitos, mas contribuiu para barrar bastantes (LIMA; LIMA, 2019).

---

<sup>8</sup>Informação retirada do site do DIAP. Disponível em: < <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/88899-eleicoes-2018-bancada-linha-dura-da-seguranca-publica-cresce-na-camara-e-no-senado>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

Como deputado, participou do processo de *impeachment* de Dilma. Durante votação na Câmara, que deu início a abertura do processo, ele, então filiado ao Partido Social Cristão (PSC), em declaração favorável à deposição de Dilma, evidenciou um discurso de intolerância e ataques aos direitos humanos fundamentais (FRIGO; DALMOLIN, 2017) ao fazer reverência ao coronel Carlos Brilhante Ustra, torturador durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

Com um estereótipo de homem, branco, heteronormativo, pai de família, patriota, capitão reformado do Exército Brasileiro, cristão, deputado federal de direita, liberal-conservador, defensor afincado da bancada da Bala, do Boi e da Bíblia, Bolsonaro encontra no *impeachment* de Dilma Rousseff e nas eleições de 2018, a ocasião perfeita para ir além e se coloca na “missão de vigilante dos ‘bons costumes’ e guardião dos ‘cidadãos de bem’” (LIMA; LIMA, 2019, p.407), se candidatando presidente da República.

Sempre envolvido em questões polêmicas como homofobia, machismo, misoginia, “racismo, entre outros, o ex-presidente conquistou e se tornou o representante de um pensamento brasileiro que estava adormecido e silenciado pelo crescente empoderamento das minorias que haviam conseguido grandes conquistas nos últimos governos” (RÊGO; BARBOSA, 2020, p.141).

Como apoio, conquistou evangélicos em quase sua totalidade, além de católicos também, principalmente os de elite, se tornando o representante desse pensamento mediano e conservador, como afirma Rêgo e Barbosa (2020). Com um discurso de ordem e progresso, e anticorrupção, Bolsonaro trouxe à tona uma moral conservadora que prega um modelo de “família brasileira” e um “homem de bem” (RÊGO; BARBOSA, 2020).

E foi justamente em prol da família brasileira que Bolsonaro, quando candidato à presidência da república, prometeu “organizar” o país, trazendo de volta valores simbólicos que foram perdidos, segundo ele, durante os anos em que o PT esteve à frente da presidência; trabalhar uma nova e honesta forma de fazer política (RÊGO; BARBOSA, 2020, p.139), apesar de estar no meio político há mais de 25 anos; e banir a corrupção, dentre outras promessas feitas durante o período eleitoral.

Em cada promessa, um discurso de ódio é identificado, seja ele direto ou indireto. O fato é que não somente na campanha, mas ao assumir a presidência da República, Bolsonaro adotou tal discurso como fala oficial. E de lá para cá, tem feito questão de deixar esse discurso explícito quando ameaça, amedronta, debocha e desrespeita seus semelhantes.

Nas mais diversas entrevistas que concedeu, fez questão de mostrar o candidato homofóbico, machista, misógino, xenofóbico, racista e intolerante que era, não é à toa que em

entrevista para os documentários “*Out there*” e “*Gaycation*” (RÊGO; BARBOSA, 2020, p.142), foi considerado uma das pessoas mais homofóbicas do mundo.

Mas a princípio, seu discurso de ódio em forma de entrevistas foi recebido com grande naturalidade por parte da população brasileira que encarou como brincadeira as diversas frases ofensivas ditas por ele, sobretudo, por gays que apoiaram o candidato e que em público, preferiram não lembrar que em entrevista, Bolsonaro disse que “preferia um filho morto em um acidente do que um filho gay”<sup>9</sup>.

Ainda se tratando de filhos, em outra declaração polêmica durante palestra que proferiu, o presidente afirmou que “teve cinco filhos. Quatro são homens e na quinta, por ter dado uma fraquejada, veio uma mulher”<sup>10</sup>. As declarações homofóbicas e misóginas de Bolsonaro explicitam um discurso de ódio latente contra minorias que durante muito tempo, sofreram os preconceitos de uma sociedade machista e patriarcal, e lutaram para ter algum direito ou garantia que os assegurassem.

Contudo, é válido lembrar que essas declarações polêmicas de Bolsonaro não se restringem apenas ao período em que foi candidato à presidência. Quando deputado federal pelo Rio de Janeiro, Bolsonaro “vomitou” ódio e preconceito em algumas situações. À também deputada federal Maria do Rosário, Bolsonaro disse abertamente que “não a estuprava, pois ela não merecia”<sup>11</sup>. Além disso, a empurrou e a chamou de vagabunda, agredindo fisicamente e ofendendo explicitamente a deputada.

O estupro perante a lei é um dos crimes mais graves que pode ser cometido contra uma mulher pois implica violá-la não apenas fisicamente, mas também sua intimidade e seu psicológico, apenas com o intuito de sentir prazer através da dor alheia. A declaração de Bolsonaro contra Maria do Rosário exhibe abertamente ódio, machismo, misoginia, desrespeito, ofensa e preconceito e implica, ainda que implicitamente, a existência de outras pessoas que mereçam esse tipo de violência.

Outra situação que também evidencia o discurso de ódio de Bolsonaro refere-se a sessão que decidiu sobre o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, quando ele ainda era deputado. Em declaração durante votação, “Jair Messias Bolsonaro dedicou seu voto ao

---

<sup>9</sup>Entrevista concedida por Jair Bolsonaro sobre edição da revista masculina *Playboy*.

Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbceeb0aRCRD.html>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

<sup>10</sup>Fala de Jair Bolsonaro durante palestra realizada no Rio de Janeiro.

Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/2017/4/5/bolsonaro-eu-tenho-filhos-foram-homens-quinta-eu-dei-uma-fraquejada-veio-uma-mulher-19902.html>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

<sup>11</sup>Fala de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados contra a Deputada Federal Maria do Rosário.

Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/jair-bolsonaro-traz-discurso-de-odio-como-fala-oficial-da-presidencia/>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

Almirante Ustra”<sup>12</sup> (citado logo acima nesta subseção), onde qualificou-o como o “pavor de Dilma Rousseff”, que foi presa e torturada durante a ditadura no Brasil por Ustra. A invocação do nome de Ustra por Bolsonaro e sua notória admiração por ele deixa claro a pessoa fria, sádica e desprezível que ele é.

Além das tantas declarações polêmicas, o ex-presidente deixa claro que não só é capaz de falar, como de fazer também. O símbolo de sua campanha foi uma arma feita com as mãos e utilizada por seus apoiadores para referir-se ao candidato. E assim como eles, Bolsonaro também adotou o símbolo e utilizou-o em um comício realizado em Rio Branco, no Acre, onde fez gestos simulando a tal arma referindo-se a “fuzilar a petralhada” exortando a morte de seu adversário de campanha, Fernando Haddad (PT). Não bastasse os gestos, Bolsonaro ofendeu os adversários dizendo querer “botar esses picaretas para comer capim na Venezuela”<sup>13</sup>.

Apesar da avalanche de declarações e posicionamentos repletos de ódio e preconceito de Jair Bolsonaro, houve quem as aplaudisse, quem concordasse e até quem achasse engraçado, garantindo o apoio populacional que ele precisou durante sua campanha para ser eleito. Durante seu governo, o ex-presidente seguiu revelando seu desprezo pela dor de quem foi e é alvo todos os dias da violência, seja ela física ou moral.

Os discursos de ódio de Bolsonaro ganharam e mantiveram diariamente grande relevância. Agora, contam com o apoio incondicional dos três filhos do presidente, também políticos que, assim como o pai, revelam dia a frieza, o desprezo e a intolerância que possuem e com que tratam as pessoas.

Entre pai e filhos, fica cada vez mais evidente que, diante das atrocidades cometidas, justiça e igualdade social se distanciam ainda mais de uma sociedade que deveria assegurar o básico: direitos e segurança. Mas que, ao contrário, teve durante quatro anos como representante, uma pessoa que negou, constante e diariamente, os princípios básicos para uma convivência humana minimamente saudável e democrática.

---

<sup>12</sup>Votação acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff, onde Bolsonaro dedica o voto ao Almirante Ustra, acusado de torturar a ex-presidente durante a ditadura no Brasil.

Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/jair-bolsonaro-traz-discurso-de-odio-como-fala-oficial-da-presidencia/>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

<sup>13</sup>Declaração de Jair Bolsonaro em um comício realizado em Rio Branco, no Acre.

Disponível em: <<https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

### **3. “É MELHOR JAIR SE ACOSTUMANDO”: OS CAMINHOS QUE LEVARAM BOLSONARO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Seguindo a linha de pensamento construída na última subseção do capítulo anterior, que tratava sobre discurso de ódio e o discurso de Jair Bolsonaro enquanto presidente da República, neste capítulo, nos dedicamos a analisar os caminhos que levaram o ex-presidente (eleito filiado à época filiado ao PSL), parlamentar por mais de 25 anos e com pouquíssimos projetos aprovados na bancada federal durante todo esse tempo, ao cargo máximo do país, em 2018, após campanha eleitoral contra Fernando Haddad, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em uma eleição pautada no uso das redes sociais (com a justificativa de querer estar mais próximo do eleitorado brasileiro) e na disseminação sem controle e sem precedentes de desinformação.

Nesse percurso, analisamos os vários fatores que levaram a mudança do eleitorado brasileiro e que culminaram na ascensão da extrema direita ao poder, com a vitória de Bolsonaro e a formação de uma bancada com maioria dos parlamentares de direita, após mais de doze anos de governo PT. Analisamos ainda o perfil do ex-presidente Jair Bolsonaro e as ferramentas que ele utilizou para ganhar nome em meio ao eleitorado, fazendo com que esse nome se consolidasse em meio a um momento de crise e fragilidade da política brasileira. Por fim, falamos sobre as eleições de 2018, considerada a eleição do WhatsApp e as *fake News* disseminadas com o intuito de abater o oponente e convencer o eleitor indeciso.

#### **3.1 De Lula a Bolsonaro: a mudança do eleitorado e a ascensão da direita**

Sexta-feira, 27 de outubro de 2017, um ano antes das eleições. Às 22h15min começava mais um ciclo de entrevistas com prováveis candidatos à presidência da República, no programa “Mariana Godoy Entrevista”, na RedeTV!, canal aberto de televisão. Dessa vez, o protagonista da noite foi o deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro.

O programa, que tinha duração de 51 minutos e 29 segundos foi dividido em três blocos. Com uma dinâmica de perguntas interativas feitas ao candidato, teve participação da jornalista Mariana Godoy (MG), do também jornalista convidado Teo Taveira (TT) e da plateia que participou enviando perguntas pelas redes sociais a partir da *hashtag* “#marianagodoyentrevista”. A entrevista na íntegra está disponível no site oficial da RedeTV!.

Diante das câmeras, dos olhos atentos dos jornalistas presentes, da plateia que aguardava ansiosa e de toda a produção do programa, iniciava-se a exposição de ideias de Jair Bolsonaro

e junto com elas, os posicionamentos polêmicos do então candidato sobre direitos fundamentais, combate à violência e a corrupção, e políticas públicas sociais voltadas aos mais necessitados.

*Mariana Godoy: “É o senhor tem uma... Essa polêmica lhe favorece, né? Você cresce. Quando bate, você cresce.*

*Jair Bolsonaro: “Mariana, não é polêmica. É você enfrentar qualquer assunto. Você pode ver [...] eu topo qualquer assunto e muitas vezes até não sei responder e digo ‘não sei’ sem problema nenhum, a gente toca o barco. Agora no trivial, no mínimo, você tem que ter uma posição. Ideologia de gênero, família, o comércio com viés ideológico, a questão da China no Brasil, MST. Você tem que ter posição no tocante a isso aí (IMPERDÍVEL!!!..., 2017).*

É com esse argumento de que ‘topa qualquer assunto’ e quando não sabe, segue em frente sem vergonha por não saber, que Jair Bolsonaro conquistou não apenas o apoio de grande parte do eleitorado brasileiro, que o elegeu presidente da República; mas ganhou também a admiração e a simpatia daqueles que o viam como verdadeiro, autêntico em suas falas, audacioso, destemido, sem medo de fazer e de falar, que enfrenta qualquer assunto e tem “honradez” para reconhecer quando não falar sobre um em específico.

Jair Messias Bolsonaro lançou sua candidatura oficialmente em julho de 2018, quando contava com 17% das intenções de voto (RÊGO; BARBOSA, 2020, p.141). Mas antes disso, antes mesmo da entrevista concedida a Mariana Godoy, Bolsonaro, enquanto deputado federal, já trabalhava sua campanha em território nacional, se ligando a setores da extrema direita e buscando alianças que poderiam ajudá-lo a se eleger, como o apoio dos evangélicos, da classe média e da elite, por exemplo.

Mas sua candidatura era frágil e prova disso é que tanto a mídia como o povo brasileiro a receberam sem muita credibilidade. Como bem cita Moura e Corbellini (2019), “poucos apostavam suas fichas na consolidação e na competitividade do capitão da reserva”. Talvez nem o próprio Bolsonaro tenha acreditado um dia que o projeto de se tornar presidente fosse dá certo. Mas no final, deu.

A incredulidade e as dúvidas em torno da consolidação de sua campanha tinham um motivo: estávamos diante de um candidato *outsider* (autointitulado “fora do sistema”), concorrente em um partido político sem reconhecimento, sem qualquer estrutura que lhe garantisse palanque e apoio nos estados, e que ao longo dos mais de 25 anos de vida pública como deputado, somente aprovou três projetos com o discurso de que “não aprovou muitos, mas seu voto foi fundamental para que muitos fossem barrados”.

Nesse intervalo em que esteve no Congresso Nacional, colecionou manifestações polêmicas e com alto potencial destruidor para uma carreira política (MOURA; CORBELLINI, 2019, p.28), sempre envolvido em questões polêmicas como homofobia, machismo, misoginia e racismo (RÊGO; BARBOSA, 2020): defendeu publicamente a tortura e a ditadura militar; disse que preferia um filho morto a um filho gay; chamou uma jornalista de vagabunda; disse a uma deputada que não a estupraria porque não merecia; e afirmou que negros e quilombolas não serviam nem para procriar.

Mas além de toda uma carreira politicamente incorreta, que não favorecia em nada o nome de Bolsonaro a presidência da República, não se pode deixar de citar aqui o fato de que, do outro lado, o nome cotado para concorrer diretamente com ele era o do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (que teve seu registro de candidatura indeferido somente em setembro de 2018), do Partido dos Trabalhadores – considerado um dos maiores líderes que o Brasil já viu e detentor de um sentimento de gratidão por parte da população brasileira, sobretudo, aquela mais pobre.

Lula foi eleito a primeira vez em 2002, no segundo turno, derrotando José Serra, do PSDB, comprometido em abrir um ciclo de mudanças e estabelecer um novo padrão ético na dinâmica política nacional (MOURA; CORBELLINI, 2019). Conseguiu se reeleger em 2006, ficando no posto até 2010, quando terminou seu mandato com altos índices de aprovação, o que lhe permitiu indicar Dilma Rousseff, ex-ministra da casa civil durante seu governo e até então, uma candidata desconhecida, para concorrer ao pleito. Dilma disputou também contra José Serra (PSDB), obtendo a vitória e sendo eleita a primeira presidente mulher da República Federativa do Brasil.

Em 2014, quando todos cogitaram a volta de Lula, Dilma disputou a reeleição contra Aécio Neves, também do PSDB. É válido destacar aqui que, desde 1994 que PT e PSDB rivalizavam a disputa de narrativas sobre o país, concentrando a articulação das coligações partidárias, a atenção dos eleitores e o voto.

Moura e Corbellini (2019) destacam que a partir de 2011, “com Lula fora da presidência, dispara-se uma sucessão de fatores que fariam com que o PT primeiro, e seus tradicionais opositores liderados pelo PSDB, depois, perdessem o controle sobre a conjuntura política e, em seguida, a sucessão presidencial de 2018”.

As manifestações populares de junho de 2013, através do movimento pelo passe livre, que eclodiu nas grandes capitais do país e em cidades do interior também, eram um aviso do que estava para acontecer. Muito mais do que uma crise conjuntural, mas uma crise estrutural altamente desgastada se formava no meio da sociedade brasileira e do seu sistema de

representação política. Não se podia dizer naquele momento que se tratava de um movimento “antipetista”, mas com certeza era uma cobrança ao governo do PT.

O epicentro nacional dos protestos foi São Paulo. Segundo Moura e Corbellini (2019), “a primeira reação do então prefeito Fernando Haddad (PT) e do governador do estado, Geraldo Alckmin (PSDB), em 14 de junho, foi não ceder aos manifestantes, ao que sucedeu uma escalada de repressão violenta e de confronto nas ruas” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p.42).

Reação errada. A manifestação de 13 de junho, segundo a Folha de São Paulo, contou com 6,5 mil pessoas. Quatro dias após, no dia 17, 65 mil pessoas haviam ido às ruas, aumentando em dez vezes mais o número de participantes.

Dessa vez, não eram apenas jovens protestando contra o aumento das passagens no transporte coletivo, mas pessoas de todos os grupos e segmentos sociais que reivindicavam mais saúde, segurança e educação. Moura e Corbellini (2019) destacam que “um forte sentimento anti-partido se expressava nos eventos de rua, com o veto ostensivo, de iniciativa própria dos manifestantes, à presença de qualquer bandeira partidária” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p.42).

Dois anos depois, em 15 de março de 2015, menos de três meses do início do segundo mandato, as mesmas manifestações voltaram a acontecer no Brasil e a assombrar o governo de Dilma Rousseff (PT), que tinha acabado de se reeleger. Dessa vez, não eram mais as mesmas pessoas de 2013 e nem pelos 20 centavos. As composições e os motivos eram diferentes, mais nítida e homogênea, centrada mais claramente no campo antipetista, conservador e nacionalista (MOURA; CORBELLINI, 2019). Como pauta dessas manifestações, a hostilidade ao PT e a Lula, o pedido de cassação de Dilma Rousseff e os ataques a corrupção.

Moura e Corbellini (2019) destacam que, naquele momento, “estávamos diante de uma classe média altamente mobilizada e representativa de uma opinião pública, àquela altura dos acontecimentos, majoritariamente favorável à queda de Dilma Rousseff”. O processo de *impeachment* que levou a presidente a ceder a cadeira presidencial ao seu vice, Michel Temer, iniciaria em breve.

Válido ressaltar aqui que o último processo de *impeachment* que o Brasil havia vivido foi em 1992, com Fernando Collor de Mello deixando a presidência do país e cedendo lugar ao seu vice, Itamar Franco que, rapidamente conseguiu contornar a crise deixada por seu antecessor. Em 2016 o Brasil volta a viver esse processo novamente, dessa vez com Dilma Rousseff, que foi afastada de suas funções presidenciais, sendo substituída por seu vice, Michel Temer, que assumiu a presidência do país.

O fato é que todo o processo que começou a se desenrolar ainda em 2013 contribuiu não apenas para o *impeachment* de Dilma, mas para criar um sentimento “antipetismo” que, dia após dia crescia dentro das pessoas, sobretudo, na classe média, e desgastava ainda mais a imagem do partido com o estigma da corrupção onde, mais à frente, culminaria na ascensão da extrema-direita no Brasil, com as eleições que elegeram Bolsonaro presidente.

Dessa forma, compreender as eleições de 2018 e como Bolsonaro conseguiu chegar à presidência não implica apenas compreender a crise pela qual passava o Partido dos Trabalhadores. Era preciso ir além e entender também o fim da polarização PT *versus* PSDB, que por mais de 20 anos marcou o cenário político nacional e como o PSDB, no momento em que mais precisava de consolidação, perdeu seu protagonismo como força de oposição, cedendo a Bolsonaro, seu lugar na disputa presidencial.

Até setembro de 2018, Lula era o candidato oficial do PT, com grandes chances de derrotar Bolsonaro nas urnas. Apesar do sentimento de rejeição ao partido, Lula era, como bem cita Moura e Corbellini (2019, p.54), “um fenômeno de natureza própria, sentido próprio [...] que embasou os votos dados ao PT nas eleições de 2000 e 2002”.

Quando teve sua candidatura indeferida às vésperas da eleição pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Lula juntamente com o PT lançaram Fernando Haddad (PT), que havia sido prefeito de São Paulo, para concorrer diretamente com Bolsonaro. Mesmo com todo o desgaste do partido e apesar de estar preso e ser considerado “culpado” por boa parte dos eleitores que um dia votaram nele, Lula conseguiu mostrar uma enorme resiliência e levar o seu candidato, Haddad, ao segundo turno das eleições, ratificando sua grande força, principalmente no Nordeste do país (MOURA; CORBELLINI, 2019).

Mas o sentimento contra o PT que dominava grande parte do eleitorado brasileiro e se mostrou ainda maior nas eleições de 2018, contribuiu para a vitória de Bolsonaro que muito antes das eleições, já se posicionava como um inimigo visceral do partido e como um político diferente de tudo que está aí, sustentando um discurso de enfrentamento ostensivo da bandidagem e defensor dos valores da família cristã.

Os eleitores que alimentavam esse sentimento contra o PT diariamente, enxergaram em Bolsonaro a oportunidade de romper com tudo de “errado” que estava ali e viam nele, o “novo”. Bolsonaro foi eleito no segundo turno não pelas propostas que apresentou, ou pelo projeto de mudança que teria para o país. Na verdade, nada concreto foi apresentado aos eleitores. Como destaca Moura e Corbellini (2019, p.57), “sua vitória foi uma reação em cadeia e a propulsão foram os eleitores indignados”.

### **3.2 Jair Messias Bolsonaro: de capitão reformado do Exército a presidente da República**

A previsão de que a campanha de Jair Bolsonaro perderia força na hora da verdade, quando iniciasse a campanha de fato e o candidato tivesse que lidar com debates, entrevistas e as inquietações do povo quanto as suas propostas para o Brasil, baseava-se em alguns pressupostos. Todos errados, por sinal.

Defensor da família, da moral e dos “bons costumes”, cristão, patriota, capitão reformado do Exército Brasileiro, deputado federal pelo Rio de Janeiro por mais de 25 anos, liberal-conservador, livre de qualquer escândalo ou envolvimento em corrupção, pronto para “recuperar” o país. Foi com essas “qualidades que Bolsonaro se apresentou a população brasileira.

Além disso, se apresentou ainda como o novo, aproveitando a oportunidade e o sentimento de mudança existente no eleitor brasileiro naquele momento. Mas o novo de Bolsonaro nada tinha a ver com o tempo. Era o novo porque não existia nada contra ele. No ditado popular, apesar de ser político há quase três décadas, Bolsonaro não tinha “rabo preso”.

Aos poucos, sua campanha foi ganhando corpo e à medida que seguia, mais adeptos também. Era uma campanha tradicional como outra qualquer, mas que não se preocupou em apresentar as pessoas um projeto de país ou ideias que pudessem fazê-lo avançar. Ao contrário, era uma campanha com um candidato que tinha um discurso central definido – o de combate à corrupção e priorização da segurança pública – e que o defendia com “unhas e dentes”, sempre mantendo o foco na mensagem que repassava as pessoas. Mensagem essa que era captada com clareza por quem a recebia.

Bolsonaro falava em outra frequência. Em suas falas, muitas incisivas e até autoritárias, nada muito rebuscado, mas com muitos erros de conjugações. Mesmo assim, essas falas aparentemente toscas para muitos construía muros de proteção onde mais interessava: nos ouvidos dos eleitores (MOURA; CORBELLINI, 2019). A autenticidade se impunha aí e o discurso conflitivo e polêmico do candidato ficava cada vez mais evidente.

Jair Messias Bolsonaro teve muitos pontos a seu favor. Soube aproveitar o momento de crise, fragilidade e revolta ao qual passava o Brasil diante dos últimos acontecimentos políticos, para expor um ódio que, segundo ele, era dele, mas também comum à muitas pessoas: o ódio contra a corrupção, contra a política tradicional, contra a violência, contra os valores da família cristã e, sobretudo, contra o PT e contra o que este partido fez com o país.

Esse ódio encontrou nas redes sociais o terreno propício para sua disseminação em larga escala, com grande alcance por parte do eleitorado brasileiro que o acatou sem grandes

objeções. Naquele momento, as pessoas não estavam procurando um gestor que desse conta da situação em que o país se encontrava. As pessoas, movidas por esse ódio, queriam “dar o troco nos políticos” (MOURA; CORBELLINI, 2019) e encontraram em Bolsonaro, o representante perfeito para essa ação.

Pouco se sabia sobre ele ou sobre o que ele pretendia. Sabia-se que há quase trinta anos ele estava na política, mas não tinha muita expressão. Como deputado, conseguiu uma aprovação mínima de apenas três projetos durante todo o tempo em que esteve no congresso nacional. Passou por vários partidos políticos, alguns envolvidos em escândalos de propina e corrupção, mas como ele mesmo fazia questão de dizer: nenhum envolvendo seu nome.

Moura e Corbellini (2019) citam que naquele momento, o ex-presidente até então era uma incógnita, mas para muitos, era melhor dar um voto a ele que votar em um candidato que representasse “o que já estava aí”, algo já conhecido e amplamente reprovado. E assim, as pessoas decidiram votar no “novo pelo novo”, fundamentalmente porque isso equivalia a votar contra a política e os políticos de modo como se apresentavam (MOURA; CORBELLINI, 2019, p.70).

Mas Bolsonaro não era tão “novo assim”. Apesar de não ter seu nome vinculado a escândalos de propina e corrupção, sempre foi envolvido em questões polêmicas como homofobia, machismo, misoginia e racismo (RÊGO; BARBOSA, 2020). O apoio da bancada evangélica, da família tradicional, da classe conservadora, de empresários e da elite muito contribuiu para a vitória de Bolsonaro contra seu opositor. Mas o discurso autêntico e sem “papas na língua” sobre a segurança pública e sobre o combate à corrupção foi fundamental para a fidelização de seu eleitorado, que o via com grande estima, sempre verdadeiro, um “mito” que acabaria com tudo ou quase tudo de errado que existisse e que comprometesse o Brasil.

Jair Messias Bolsonaro candidatou-se a presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL), tendo como vice, o general Hamilton Mourão, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), na coligação “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”. Inicialmente disputou as eleições presidenciais de 2018 ao lado do ex-presidente Lula até o início de setembro – que se mostrava na liderança nas pesquisas eleitorais – quando este teve seu registro de candidatura indeferido pelo TSE (já citado anteriormente neste trabalho), sendo substituído por Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), seu candidato a vice, que levou consigo boa parte das intenções de votos do ex-presidente.

Apesar de aparecer nas pesquisas de intenção de voto em segundo lugar, o nome de Bolsonaro já vinha lentamente adquirindo consistência, antes mesmo da campanha (MOURA; CORBELLINI, 2019).

Mas setembro de 2018 marcou não apenas a saída de Lula da disputa presidencial e a entrada de Haddad no pleito, como também, o episódio que aconteceu em Juiz de Fora (MG), em 06 de setembro, que vitimou Bolsonaro. Durante ato público de campanha realizado na cidade, o candidato do PSL foi atingido na barriga por uma faca. O autor do ataque, Adélio Bispo de Oliveira, foi preso em flagrante pela Polícia Federal.

O episódio trouxe benefícios eleitorais e políticos evidentes a Bolsonaro que, por recomendações médicas, passou o restante da campanha em casa, deixando de participar de eventos públicos, atos de campanha e debates com outros candidatos. “O atentado, porém, não somente direcionou milhões de seguidores para as plataformas de interação de Bolsonaro, mas também deslocou a discussão política para o ambiente digital” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p.126).

Na segunda semana de setembro, o Partido dos Trabalhadores (PT) anunciou que o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, substituiria Lula nas eleições presidenciais. A candidatura de Haddad foi oficializada no dia 11 de setembro e daquele momento em diante, com Lula fora da disputa, os principais institutos de pesquisa já começavam a apontar Bolsonaro como o favorito, com Haddad em segundo lugar.

Em pesquisa de intenção de voto estimulada, medida pelo *tracking* nacional via telefone do IDEIA<sup>14</sup> Big Data, mostrava que no dia do atentado, em 6 de setembro, Bolsonaro tinha 21% das intenções de voto. Véspera da candidatura de Haddad, alcançara 24%. No dia 18 chegaria a 27% e em 25 de setembro, 31% das intenções de votos. Haddad por sua vez tinha 11% das intenções de votos em 10 de setembro. Em 18 de setembro alcançaria 14% das intenções de votos. No dia 25 do mesmo mês, 20%.

Apesar dos números, Bolsonaro e Haddad foram até o segundo turno das eleições. Com uma campanha que privilegiou o uso das redes sociais e usou e abusou das *fake News* (será melhor comentado na próxima subsecção), Bolsonaro derrotou Haddad no segundo turno das eleições, ao receber 57,8 milhões de votos.

A saída de Bolsonaro do mundo real para habitar o mundo virtual deve-se, sobretudo, ao atentado que o tirou da disputa direta com outros candidatos e o colocou no centro, para não mais sair, da comunicação via redes sociais e WhatsApp; ou seja, na sua própria zona de conforto (MOURA; CORBELLINI, 2019, p.127).

---

<sup>14</sup>Instituto que realizava pesquisas eleitorais para divulgação exclusiva para seus clientes, tornando público seus levantamentos somente em 2018. MOURA, M; COBERLLINI, J. A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu. Editora Record: Rio de Janeiro – São Paulo, 2019.

### 3.3 A eleição do *whatsapp* e as *fake news*

As eleições de 2018 contaram com novas e modernas ferramentas que ganharam um protagonismo nunca antes visto pelos brasileiros. As redes sociais e os aplicativos de troca de mensagens, como o WhatsApp, roubaram a cena no pleito eleitoral e foram fundamentais na disputa que elegeu Jair Bolsonaro presidente da República. Além disso, foram fundamentais também para a renovação política do Congresso e das Assembleias estaduais, que elegeram a maior bancada de extrema direita, como nunca visto antes.

Dessa forma, chegava ao fim a era das campanhas eleitorais com estruturas internas segmentadas, como a “campanha de rua”, a “campanha de TV/rádio” e a “campanha digital” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p.112), que perdurou durante anos na sociedade, e apenas uma campanha passava a existir, cujo sucesso dependia do saber integrar todas as partes de maneira eficiente.

Essa integração, por sua vez, dependia única e exclusivamente de um smartphone que, na rua, produzia conteúdos diversos sobre aquele candidato e esse mesmo conteúdo enriquecia as redes sociais, circulava pelos grupos de WhatsApp e acabava no rádio e na TV, fazendo com que a grande maioria da população tivesse acesso a ele visto circular pelos diversos meios existentes.

Moura e Corbellini (2019) destacam que nas eleições do México e da Colômbia, essa mesma onda fora relevante e devido seu sucesso, acabou se repetindo no Brasil, onde a eleição presidencial invadiu as telas dos telefones celulares e, conseqüentemente, dos grupos de WhatsApp. Dessa forma, até mesmo aqueles que não se interessavam pelo assunto, acabava recebendo-o devido a facilidade e a circulação em larga escala.

Chegava ao fim também a era da propaganda eleitoral gratuita na televisão, como palco que monopolizava a atenção dos eleitores. Na era das tecnologias, onde qualquer pessoa pode criar seu próprio conteúdo e divulga-lo a milhares de pessoas, a TV não era mais considerada o centro das grandes campanhas. Contudo, não deixou de existir, somente não detinha mais a mesma importância que deteve em outrora.

Assim, com o uso dos smartphones e das redes sociais, em 2018, a disputa eleitoral aconteceu em três frentes paralelas: a tradicional, na TV, que viu diminuir a sua importância; a da cobertura midiática, cuja relevância foi muito maior do que em eleições passadas; e a das telas dos smartphones, por meio das quais se disseminou um debate frenético, um novo front em cujas batalhas se decidiram as eleições presidenciais e alguns pleitos estaduais (MOURA; CORBELLINI, 2019, p.114).

A essas três frentes diferentes, Jenkins (2009, p.25) dá o nome de “cultura da convergência”, onde:

As “velhas e novas mídias colidem, onde a mídia corporativa e a mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneira imprevisível (...) a convergência representa uma transformação cultural, à medida que os consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos”.

Diante dessa cultura, Moura e Corbellini (2019) alertam que é vital saber pensar o desdobramento de uma campanha eleitoral em cada uma das múltiplas plataformas existentes atualmente, mas é necessária uma atenção maior a esse novo front: redes sociais e aplicativos de troca de mensagens, mais difícil de controlar, por onde a informação se propaga de maneira geométrica, gerando mais engajamento, como no caso do WhatsApp, por exemplo.

Pensando esse novo front, a eleição de Jair Bolsonaro foi um fenômeno complexo sob o prisma do papel das redes sociais, melhor explicado por Moura e Corbellini (2019) que consideram esse caso uma convergência de diversos fatores que se originaram: no forte hábito de uso de telefonia celular, mas que passam por sua conta no Facebook; pela autenticidade do candidato; pela capacidade de disseminação de conteúdo via WhatsApp; e até mesmo pela dificuldade que os brasileiros tem de lidar com *fake News*.

Mas outro ponto foi fundamental na vitória de Bolsonaro, além dessa convergência de fatores: a mobilização voluntária nas redes sociais que fizeram circular diariamente, milhares de conteúdos a milhares de pessoas. Um estudo do IDEIA Big Data mostrou que, no WhatsApp, conteúdos pró-Bolsonaro chegaram na última semana do primeiro turno, a 40 mil grupos por dia.

O conteúdo que circulava pelos grupos de WhatsApp e pelas redes sociais derivava, pelo menos em partes, da relação existente entre pessoas identificadas com o candidato do PSL e sua forma autêntica de se comunicar. Mas não devemos esquecer que esse engajamento foi consequência também da grande rejeição ao PT naquele momento, sobretudo, quando Bolsonaro apresentou-se como “candidato anti-PT” e afirmou poder vencer o partido ainda no primeiro turno das eleições.

A exitosa campanha do ex-presidente aparenta ter sido produto de uma gestão eficiente, mesmo que acidental, do uso das redes sociais liderada, segundo algumas fontes, por seu filho Carlos Bolsonaro. Além disso, a campanha reuniu ainda, uma imensa rede orgânica e

espontânea de apoiadores, formada de maneira consistente ao longo dos anos, com uma ação dirigida geradora de conteúdos que a alimentavam de acordo com uma lógica estratégica.

Moura e Corbellini (2019, p.119) destacam que esses conteúdos pensados eram jogados nessa rede que, rapidamente, os espalhava pelo mundo. Segundo eles, “os exemplos da onda “É Bolsonaro pra vencer o PT no primeiro turno” e da relação ao “Ele não” são indícios bastante claros de que existia essa articulação entre movimento espontâneo e conteúdos dirigidos”.

No entanto, não bastava apenas ter um banco de dados aleatório e despejar o conteúdo em massa na rede, fazendo uso de robôs para obter êxito naquilo que se propunha. Era preciso mais. Na internet e no WhatsApp, só funciona aquilo que conecta. De nada adianta produzir um conteúdo e jogá-lo na rede se não tem engajamento por parte de quem recebeu. Dessa forma, era preciso pensar conteúdos que se associassem aos temores e anseios dos eleitores, à sua visão de mundo, algo que mobilizasse o sentimento certo, no público certo (MOURA; CORBELLINI, 2019, p.120).

E pensar conteúdos assim requer tempo, não é algo que se faz do dia para a noite. No entanto, na campanha de Bolsonaro, esses elementos pareciam estar bem conjugados e resolvidos, como se já estivessem sendo preparados há algum tempo. E de fato estavam. Quando lançados na rede, os conteúdos produzidos tinham conexão e acabavam por convencer boa parte daqueles que ainda estavam indecisos. Assim, sua vitória não foi exclusivamente um “produto do WhatsApp”, mas como destaca Moura e Corbellini (2019), “resultado de uma nova conjuntura, tanto política quanto tecnológica, na qual essa grande transformação nas plataformas de comunicação era um dos elementos centrais”.

Dentre todos os conteúdos pensados, planejados e executados na campanha do ex-presidente, nada se compara ao lamentável evento da facada, em Juiz de Fora (MG), em 06 de setembro de 2018. O episódio-chave foi responsável por propagar e consolidar de vez as redes sociais de Jair Messias Bolsonaro. Os momentos posteriores foram responsáveis por aglutinar ainda mais volume, fluxo e seguidores às redes de Bolsonaro, isso porque o atentado “viralizou” rapidamente e informações a seu respeito explodiam nas redes sociais e nos grupos de WhatsApp.

Das 16h às 18h daquela quinta-feira, ou seja, em pouco mais de duas horas desde a agressão, o nome de Jair Bolsonaro recebeu mais de 380 mil menções na web, evento inédito no mundo digital.

Mas o atentado, por sua vez, não somente direcionou milhões de seguidores para as plataformas de interação de Bolsonaro, como também transferiu a discussão política para o ambiente digital. Dessa forma, o ex-presidente saiu do mundo real e pelo restante da campanha,

passou a habitar apenas o mundo digital. A facada fez com que Bolsonaro não participasse dos debates e sabatinas e ainda o colocou no centro da comunicação via redes sociais, para não sair mais, ou seja, na sua própria zona de conforto, lugar que habitou durante os quatro anos de seu governo a frente da presidência da República.

Com o debate agora no ambiente digital, a disseminação de conteúdos falsos acontecia numa incontrolável dinâmica de progressão geométrica, com enorme escala e rapidez. O fato é que a propagação de *fake News* nas eleições de 2018 era tão nítida que a ex-presidente da Costa Rica e chefe da missão de observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Brasil, Laura Chincilla, considerou caso “sem precedentes” o uso do WhatsApp para a disseminação de notícias falsas na eleição brasileira.

Porém, é válido lembrar aqui que, como citado anteriormente neste trabalho, as *fake News* não são um fenômeno da sociedade atual e justamente por isso, sempre estiveram presentes em campanhas eleitorais observadas em pessoas com boa desenvoltura, bom papo e capacidade persuasiva, que se infiltram em locais diversos como bares, ônibus e mercados populares para disseminar na forma de “fofoca”, informações falsas sobre adversários, mas sempre com convicção e certeza.

Dessa forma, apontar a relação direta entre *fake News* e o resultado da eleição que consagrou Jair Messias Bolsonaro vitorioso requer cuidado, visto se tratar de uma operação extremamente complexa. Apesar de terem papel ativo e extremamente importante durante a campanha de 2018, as *fake News* não foram o elemento central decisivo da eleição, como aponta Moura e Corbellini (2019). Segundo eles, “a vitória de Bolsonaro foi fundamentalmente um produto da conjuntura”.

A eleição de 2018 serviu de exemplo para as demais eleições que vierem pela frente e deixou um alerta que precisa ser ouvido e atendido urgentemente: é necessário combater as *fake News* e o primeiro passo é reconhecer a complexidade do problema que se fez presente também nas eleições de 2022, que elegeram o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil pela terceira vez.

Moura e Corbellini (2019, p.131) destaca que a educação dos usuários dessas redes sociais é uma medida fundamental para combater esse problema e diminuir seus impactos nas eleições. “Educa-los, em todas as esferas, a ter o discernimento para não compartilhar notícias falsas. Essa batalha é longa e exigirá muita disciplina de todos”.

Mas não nos esqueçamos aqui de que a vitória de Bolsonaro mais teve a ver com o despertar de um pensamento que por anos, esteve adormecido e com o “empoderamento” de pessoas comuns – ocasionado pelas redes sociais – detentoras desse pensamento, que se

engajaram usando as ferramentas disponíveis para expressar indignação e visões de mundo, e defender valores. Para Moura e Corbellini (2019), as *fake News* são apenas sub-produtos desse “empoderamento”, que encontrou o espaço que procurava na campanha de 2018.

#### **4. GÊNERO, MACHISMO, PATRIARCADO E MISOGINIA: A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES JORNALISTAS**

Como citado na parte introdutória deste trabalho, nos dedicamos nesta pesquisa, a analisar as narrativas em contexto de desinformação que culminaram nos ataques do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, a mulheres jornalistas.

Mas antes de adentrarmos nos casos escolhidos para análise, concentramo-nos, neste capítulo, para entender um pouco mais sobre as questões de gênero que resultaram no surgimento do patriarcado, no machismo estrutural e na misoginia existentes na sociedade atual, que culminam no sentimento de superioridade e dominação de homens sobre mulheres, a exemplo de Jair Bolsonaro, e os levam, muitas vezes, a prática da violência através dos ataques, agressões e humilhações cometidas, como nos casos envolvendo o ex-presidente e mulheres jornalistas que foram atacadas e agredidas no exercício da profissão.

Ao longo do capítulo, trazemos um pouco da luta da mulher pela ocupação dos espaços públicos e sua atuação no jornalismo. Tratamos ainda da questão de gênero, que está fortemente imbrincada na sociedade atual, do surgimento do patriarcado, dos tipos de violência que esse produz e da misoginia existente e praticada pelo ex-presidente Bolsonaro.

##### **4.1 O feminino nas questões de gênero**

Por séculos, a questão de gênero tem sido expressa, sobretudo, no tocante à desigualdade evidenciada nas relações de poder, dominação e superioridade masculina exercida sobre a mulher em todos os aspectos de sua vida, desde o lar até o trabalho executado fora de casa.

E apesar das constantes lutas travadas em torno do lugar social que essas mulheres queriam e deveriam exercer na sociedade, bem como as vitórias conquistadas como o direito à educação e ao sufrágio, por exemplo, frutos da luta do movimento feminista, essa questão segue adiante e é cada vez mais evidenciada na sociedade, sobretudo, quando a luta parte agora para outro campo: o campo da inserção e reconhecimento dessas mulheres no mercado de trabalho. E no caso desta pesquisa, a inserção e o reconhecimento das mulheres no jornalismo, enquanto profissionais.

O fato é que com os constantes avanços em torno da profissão ao longo dos tempos, temos hoje, uma presença majoritária de mulheres nas redações de diversos veículos de comunicação do Brasil, mas falta o principal: igualdade, respeito e reconhecimento.

No Brasil, a feminização do jornalismo teve início na década de 1980 e em pouco mais de vinte anos, elas já eram maioria nos cursos de graduação e nas redações (ARAIA; GROSSI, 2021). Contudo, apesar desse número significativo, persistem ainda, na imprensa, algumas discrepâncias evidentes. Isso porque, apesar das mudanças existentes, a principal delas, que é a mudança no perfil dos profissionais, não foi acompanhada por uma nova mentalidade mais inclusiva e diversa dentro das empresas jornalísticas (ARAIA; GROSSI, 2021).

Dessa forma, essas profissionais são reduzidas a estereótipos de gênero e terminam por enfrentar problemas como: a divisão sexual do trabalho, através da divisão de pautas frias ou quentes entre os repórteres; a desconfiança sobre a capacidade e o não reconhecimento pelo trabalho exercido ou quando o assunto é a ocupação de cargos de chefia; e por fim, a alta jornada de trabalho com salários abaixo da média salarial quando comparado a rotina de trabalho e os salários recebidos pelos homens.

Santos e Temmer (2016) apontam que, nos Estados Unidos, a mulher atualmente é maioria na condição de estudante de jornalismo e de jornalista também. Já no Brasil, segundo as autoras, uma pesquisa realizada em 2013 sobre o perfil dos jornalistas brasileiros apontou que as mulheres constituem 63,7% do mercado de trabalho e que 59% dos jornalistas são jovens (até 30 anos). Mas apesar de constituírem a maioria, o perfil econômico-salarial da jornalista brasileira, no entanto, não acompanhou esse crescimento e homens e mulheres continuam exercendo as mesmas funções, porém, remunerados de maneira diferente, de modo que a mulher continua sendo que a que recebe menos.

Esse contexto de diferenciação salarial é melhor explicado quando adentramos na questão do gênero, mas, especificamente, na questão da opressão de gênero, definida por Fraser *et al* (2019) como originária da opressão de classe, oriunda do sistema capitalista, que dita os privilégios na sociedade. Nesse caso, privilégios esses dos homens que, apesar de exercerem igual ou menor função, continuam a receber mais do que as mulheres não apenas dentro do jornalismo, como na maioria das demais profissões também.

Essa discrepância que ultrapassa os muros dos ambientes de trabalho das inúmeras profissões existente e se espalha pela sociedade é explicada por Saffioti (2015), que destaca que “inseridos na sociedade de classes, tanto homens quanto mulheres não se apropriam totalmente do valor do que produzem, mas estas ficam com uma parcela menor do que estes”, como de fato acontece no dia a dia das profissões, incluindo o jornalismo também.

Essa parcela inferior que é designada a essas profissionais, reflete a divisão sexual do trabalho existente entre homens e mulheres, fruto das relações de gênero, e reforça a desigualdade existente entre os sexos que se inicia ainda no nascimento e continua ao longo da

vida. Cabral e Diaz (1998) destacam que o papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo:

Esse papel começa a ser constituído desde que o (a) bebê está na barriga da mãe, quando a família de acordo à expectativa começa a preparar o enxoval de acordo ao sexo. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. Depois que nasce um bebê, a primeira coisa que se identifica é o sexo: “menina ou menino” e a partir desse momento começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera desta menina ou menino. Ou seja, por ter genitais femininos ou masculinos, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar (CABRAL; DIAZ, 1998, p.01).

Porém, é válido ressaltar aqui que nem sempre foi assim. Engels (1980) destaca que as formas de família e as relações entre homens e mulheres se transformaram ao longo da história seguindo etapas evolutivas. Para o Balbinotti (2018, p. 242):

[...] a dominação do sexo masculino sobre o feminino é constitutiva do modo de produção capitalista e começou a acontecer quando esse sistema entrou em vigor, com a sistematização da atividade agrária, a partir da invenção do arado, onde a espécie humana deixa de ser nômade e começam a surgir as primeiras aldeias, depois as cidades, as cidades-estados, os primeiros Estados e por fim, os impérios.

Anterior a ele, se tinha uma sociedade essencialmente matriarcal, onde as mulheres “possuíam um lugar central e chegavam, muitas vezes, a governar por serem consideradas seres sagrados, capazes de dar a vida, ajudar na fertilidade da terra e dos animais” (BALBINOTTI, 2018, p.240). Nesse tempo, masculino e feminino governavam juntos e havia divisão de trabalho entre os sexos, mas não desigualdade.

Esse modelo, no entanto, começou a entrar em crise com o surgimento da propriedade privada que, conseqüentemente, culminou no surgimento também do sistema de família patriarcal baseado na figura do pai/marido. Segundo Stearns (2007, p.31), “[...] o deslocamento da caça e da coleta para a agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres”. É aí que as sociedades se tornam patriarcais e como destaca Balbinotti (2018, p. 242), “baseadas na supremacia do homem nas relações sociais”.

Saffioti (2015) conceitua gênero como a construção social do masculino e feminino. Cabral e Diaz (1998), por sua vez, definem gênero como “as relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais”.

Já no entendimento de Lauretis (1994, p.211):

As concepções de masculino e feminino, nas quais todos os seres humanos são classificados, formam em cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais.

Os diferentes conceitos de gênero aqui abordados evidenciam uma dinâmica de relação e de poder sempre favoráveis ao homem, e uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. Resumidamente, ao homem, cabe a supremacia, a superioridade e a dominação. A mulher, fica claro o papel de submissa, subordinada e procriadora. Essa distribuição de responsabilidades imposta pela sociedade apresenta critérios sexistas, classistas e racistas, onde, do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso a própria sobrevivência como sexo, classe e raça. Nesse caso, a mulher sempre sairá em desvantagem.

Ao estudar a questão de gênero, Scott (1985) chama a atenção para a necessidade de pensar o gênero em termos relacionais, isto é, pautando simultaneamente a construção de masculinidades e feminilidades. A autora propõe, em seus escritos, que não apenas as mulheres devam ser objeto de estudo, mas os homens também, assim como as diferentes formas de ser homem e de se relacionar com o feminino, em diferentes contextos sociais.

Ela chama a atenção ainda, para o fato de que essas relações de gênero são uma forma primária de expressão das relações de poder, isto é, o gênero não é um reflexo do sexo biológico, mas sim, uma construção social, corroborando com o que diz Cabral e Diaz (1998). E como construção social, encontrou nos moldes do sistema capitalista o espaço perfeito para seu pleno crescimento e desenvolvimento. Nesse contexto, não apenas o gênero, mas as questões de raça, classe e orientação sexual ganham espaço e ditam os privilégios na sociedade, que passa a ser patriarcal.

Com o surgimento do sistema capitalista e, conseqüentemente, o surgimento do sistema patriarcal, é possível observar com clareza as desigualdades sociais advindas desse sistema através do gênero. Vera Soares (2004, p. 113-114) explica melhor:

Gênero se refere à construção social da identidade sexual, construção que designa às pessoas a diferentes papéis, direitos e oportunidades de acordo com seu sexo; enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um status maior do que a construção social do ser mulher. O gênero é um termo relacional, que nomeia a interação entre o masculino e o feminino; portanto o estudo de um é coadjuvante do outro. O conceito de gênero é uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas. Não obstante, é apenas parte de uma construção social complexa de identidade, hierarquia e diferença. A raça,

a etnia, a classe são outras categorias socialmente construídas que se intersectam com o gênero para determinar a localização social dos indivíduos.

No tocante ao patriarcado, Badinter (1986 *apud* TRAVASSOS, 2003), defende que esse não se refere apenas a uma forma de família baseada no parentesco masculino e no poder paterno. O termo designa também toda estrutura social que nasça do poder do pai. Millet e Scott, mencionadas por Narvaz e Koller (2006), por sua vez, afirmam que o patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos.

Segundo as autoras, a supremacia masculina atribuiu um maior valor às atividades exercidas por homens, em detrimento das atividades exercidas por mulheres, além de legitimar o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia feminina.

Assim, na sociedade patriarcal já não são mais os princípios feminino e masculino que governam juntos, como em outros tempos e em outras sociedades, mas vigora a lei do mais forte e nesse caso, o mais forte é o homem que passa a controlar rigidamente a sexualidade das mulheres, impondo por exemplo, o casamento monogâmico e a obrigação das futuras esposas de saírem virgem das mãos do pai para o marido. Dessa forma, a mulher fica reduzida ao âmbito doméstico e, como relata Murano (2015, p.40):

Perde qualquer capacidade de decisão no domínio público, que se torna inteiramente reservado ao homem. A dicotomia entre o privado e o público estabelece, então, a origem da dependência econômica da mulher, e esta dependência, por sua vez, gera, no decorrer das gerações, uma submissão psicológica que dura até hoje.

É nesse contexto de surgimento da propriedade privada e, conseqüentemente do patriarcalismo, com a submissão da mulher e o controle e dominação da mesma por parte do homem, que encerra a cultura matricêntrica – baseada na figura da mulher – e a sociedade passa a ser patriarcal, naturalizando processos socioculturais que jamais poderiam ser naturalizados, como critica Saffioti (1979, p.11) que deixa claro que: “[...] quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história”. Essa naturalização, segundo ela, constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a ‘superioridade’ dos homens.

Assim, torna-se mais evidente o papel da mulher na sociedade de forma secundária, resumida, durante anos, ao espaço privado onde a elas cabiam apenas as funções de esposa, mãe e do lar.

Na visão de Engels (1891), a transição da sociedade matriarcal para a patriarcal foi decorrente do desejo masculino de centralização do poder familiar e político, de um controle sobre o feminino. Esse controle ainda hoje persiste, ainda que de forma implícita, perpetuado por instituições como a família, a igreja e a escola (BOURDIEU, 2010).

#### **4.2 A violência como expressão do patriarcado e do machismo**

A história das mulheres, ao longo dos tempos, sempre foi cercada por segredos, força, lutas, coragem, resignação e, em muitos casos, apagamentos. O direito ao básico por anos lhes foi negado e o ser mulher como deveria ser de fato, com seus desejos, medos, sonhos e vontades, não era permitido. As que tinham o privilégio de acessar a educação, encontravam nas páginas dos diários, um espaço para revelar aquilo que não podia ser dito em público, como os sentimentos que as possuíam naquela época. Mais tarde, esses mesmos diários eram queimados para que suas existências, assim como eles, fossem apagadas e esquecidas (PERROT, 2007) para sempre.

Por séculos, tivemos na história, personagens que seguiam lutando bravamente pelo direito e pela liberdade de ser mulher. Essas mulheres, para abrir caminhos, precisaram romper relações, abandonar famílias, rever planos e, muitas vezes, morrer em busca de um mundo menos desigual e melhor para suas semelhantes. A elas eu sou grata. Sem elas, nem eu, nem você que faz a leitura desse trabalho, conseguiríamos estar aqui hoje. Foi somente por elas que hoje, conseguimos vivenciar parte do processo de libertação que por tempos foi almejado.

Sim, parte do processo de libertação porque em pleno século XXI, ainda precisamos lutar cotidianamente para que tenhamos espaços, sejamos ouvidas dentro dos lugares onde estamos inseridas e não percamos os direitos que foram conquistados ao longo dos anos a base de muita luta. Hoje, precisamos lutar ainda mais para que nossa vida pertença a nós e não aos homens que se julgam no direito de nos atacar, nos ofender, nos violentar e, muitas vezes, nos matar.

Por anos, a dominação masculina e o sentimento de pertença em torno da mulher imperaram e ainda imperam nas sociedades, fazendo com que essa obrigatoriamente se sinta e seja vista como submissa ao homem, detentor de todos os seus direitos. Ao contrário, correm o risco de serem atacadas, agredidas ou mortas. A violência contra a mulher assume uma peculiaridade macabra: é praticada na imensa maioria das vezes, dentro de casa, em um

ambiente que lhes deveria oferecer segurança, praticada, sobretudo, por parentes ou parceiros e ex-parceiros.

Mas assim como essa dominação e esse sentimento de pertença não são novidade, a discussão em torno das desigualdades existentes entre homens e mulheres também não é. Às mulheres, sempre foi reservado um lugar de menor destaque, seus direitos e deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados para com o lar e o marido, ou seja, para a vida privada. Dessa forma, quem julgasse se apossar da igualdade estabelecida pela Revolução Francesa para galgar espaços na vida pública, teria como destino a morte certa na guilhotina (SILVA, 2010).

A violência contra a mulher, em todos os seus tipos e formas, é um caso dramático em todo o mundo, acirrada também nos países latinos (COLLING, 2020, p.172). Mas no Brasil, *locus* da nossa pesquisa, os números são assustadoramente altos e apesar das leis igualitárias, como a Constituição de 1988, a Lei Maria da Penha e a Lei Antifeminicídio, esses números preocupam ainda mais, visto que a violência insiste em permanecer, inserida em uma cultura que se arrasta por séculos. Apesar de fundamentais, Colling (2020) destaca que essas leis, assim como outros dispositivos e discursos para a mudança, sozinhas ou sem a correta aplicação, não possuem efeito algum.

Dentre as vítimas de violência, mulheres negras são maioria e as que mais sofrem com a desigualdade social também, provocada por um racismo estruturante, fruto de uma construção social. Se tratando da mulher negra, com muitas camadas, a violência vai além do feminicídio e do homicídio doloso (com intenção), cujos números desafiam especialistas e autoridades. Somam-se a isso, as variadas formas de agressões que, não raro, são banalizadas e, muitas vezes, ignoradas por parte considerável da sociedade.

Essa violência viola os direitos humanos e se torna uma bandeira de luta não só para as mulheres, mas também, para todo aquele que compreende como universal a igualdade entre todos e o reconhecimento do ser como outro um de nós.

Silva (2010) destaca que essa violência está nos seus mais diferentes códigos, incrustada no pensamento estereotipado de homens e mulheres de uma sociedade herdeira de pensamentos caducos e de crenças esclerosadas, que compreendia a mulher como um ser inferior ao homem, daí, portanto, a violência física, o estupro, os assassinatos, o aborto indesejado, as torturas psicológicas e a mutilação genital, entre tantos outros atos de violência, sem falar na discriminação contra a condição feminina, principalmente quando o baixo nível social,

econômico, as origens étnicas e raciais das mulheres vítimas de violência se coadunam com essas condições (DIMENSTEIN, 1996).

Para Saffioti (2015), essa violência contra a mulher nada mais é do que uma ruptura da integridade, seja ela física, psíquica, sexual ou moral. E em qualquer tipo de agressão, a modalidade emocional aparece também. Segundo a autora, a dificuldade para essas mulheres é conseguir, nos casos de violência doméstica, diferenciar o que é a ruptura da integridade e o que é uma obrigação histórica imposta pelo patriarcado em virtude do gênero.

Desta maneira, cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do *continuum* entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que isto, a mera existência desta tenuidade representa a violência. Com efeito, paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero (SAFFIOTI, 2015, p.80).

Fraser *et al* (2019) trata da violência como uma particularidade da sociedade capitalista, argumentando que este sistema se sustenta em uma mistura de consentimento e coerção. E enquanto sistema, também veio de um processo histórico posterior ao racismo e ao patriarcado, por exemplo.

No entanto, embora com origens históricas diferentes, se cruzam ao longo da história e ao capitalismo, coube a apropriação do patriarcado e do racismo estruturante, que predomina até hoje.

Fraser *et al* (2019) ressalta ainda que, a violência de gênero que está presente com tanta frequência na sociedade atual, é resultado tanto dos efeitos do capitalismo, quanto das dinâmicas familiares, quanto dessa apropriação do patriarcado e do racismo. Para ela, a agressão está institucionalizada e instrumentalizada como uma forma de controle e poder, em uma hierarquia de gênero, raça e classe.

Cisne (2022) aponta que essas dimensões de desigualdades são funcionais para a lógica de produção e reprodução do capitalismo, na medida em que você tem uma força de trabalho mais desvalorizada, no caso das mulheres, dos negros e negras e, especialmente, das mulheres negras. Segundo ela, isso é absolutamente funcional à lógica de lucro do capitalismo. Então, dessa forma, a própria história do capitalismo foi fundida com a lógica de exploração do patriarcado e do racismo.

Quem também corrobora com Frase é Guimarães e Pedrosa (2017) ao associar o patriarcalismo a violência cometida contra mulheres. As autoras citam estudos mostrando o quanto, de fato, os valores culturais machistas e patriarcais estruturantes estão associados à

grave recorrência de violência contra as mulheres e às sérias desigualdades de poder e de direitos enfrentados por elas.

Para Narvaz e Koller (2006), ainda que não se possa reduzir ao patriarcado a explicação de todas as formas de desigualdades e de opressão do gênero feminino, a violência contra as mulheres tem ali seu nascedouro, assim como sustentam as correntes feministas.

Numa tentativa de melhor compreender a violência, Santos e Izumino (2005) apresentam três correntes teóricas utilizadas para explicá-la.

A primeira delas é chamada de ‘dominação masculina’ e defende a ideia de que a violência contra as mulheres é “[...] fruto da reprodução social de uma ideologia que transforma diferenças entre homens e mulheres em desigualdades hierárquicas autorizadas da dominação e opressão da mulher” (BORGES; LUCCHESI, 2015, p.226). Resumidamente, nessa corrente, a dominação da mulher por parte do homem ocorreria com a disseminação da ideologia de que a condição feminina é inferior a condição masculina, naturalizando assim, uma superioridade do homem, sua dominação sobre a mulher e a violência por ele cometida.

A segunda corrente, defendida por Saffioti (1979), apresenta a ideia de dominação patriarcal, fundada numa perspectiva feminista e marxista do patriarcado, onde a autora estuda a dominação masculina na sociedade de classes.

Pode-se dizer que esta corrente sustenta que o patriarcado não resume a dominação da mulher, a submissão da mulher ao ‘poder do macho’, à disseminação de uma ideologia machista, mas esta também é um instrumento importante de exploração econômica que tem como principal beneficiário o homem branco, rico e adulto. Neste sentido, a violência contra a mulher seria fruto desta socialização machista conservada pelo sistema capitalista, desta relação de poder desigual entre homens e mulheres, que estabelece como destino natural das mulheres a sua submissão e exploração pelos homens, forçando-as, muitas vezes, a reproduzir o comportamento machista violento (SAFFIOTI, 1979, p. 150).

E a terceira e última corrente tem como marco, o trabalho de Gregori (1993) que buscou relativizar a relação dominação *versus* vitimização. Para a autora, “[...] existe alguma coisa que recorta a questão da violência contra a mulher que não está sendo considerada quando ela é lida apenas como ação criminosa e que exige punição” (GREGORI, 1993, p.166).

A partir dessas três correntes, é fundamental e necessário discorrer sobre a força do machismo por detrás do discurso de dominação masculina sobre a mulher, como forma de entender a violência também.

Na conceituação de Arrazola e Rocha (1996), o machismo se apresenta como uma ideologia que determina que os homens controlem o mercado, o governo e a atividade pública,

enquanto às mulheres, cabem a função de subordinadas a eles, dividindo-os nos espaços públicos e privados.

O espaço do homem é o espaço público, o espaço social, que envolve a educação, o trabalho, a política e as decisões. Já o espaço destinado às mulheres é o espaço privado, o espaço da produção e da sobrevivência doméstica e familiar (BALBINOTTI, 2018). Neste sentido, as autoras apontam que a cultura brasileira valida a esfera pública, social e econômica (aquela destinada ao homem) e desvalorizam a esfera privada (a ocupada pelas mulheres).

Andrade (2005) trabalha a divisão entre público e privado a partir da divisão social do trabalho e dos papéis diferenciados aos homens e mulheres, além dos estereótipos impostos também.

A esfera pública, configurada como a esfera da produção material, centralizando as relações de propriedade, o trabalho produtivo (e a moral do trabalho) tem seu protagonismo reservado ao homem enquanto sujeito produtivo, mas não qualquer homem. A estereotipia correspondente para o desempenho deste papel (trabalhador de rua) é simbolizada no homem racional / ativo / forte / potente / guerreiro / viril / público / possuidor. A esfera privada, configurada, por sua vez, como a esfera da reprodução natural, e aparecendo como o lugar das relações familiares (casamento, sexualidade reprodutora, filiação e trabalho doméstico) tem seu protagonismo reservado à mulher, através do aprisionamento de sua sexualidade na função reprodutora e de seu trabalho no cuidado do lar e dos filhos. É precisamente este o eixo da dominação patriarcal. Os atributos necessários ao desempenho deste papel subordinado ou inferiorizado de esposa, mãe e trabalhadora do lar (doméstico), são exatamente bipolares em relação ao seu outro. A mulher é então construída femininamente como uma criatura emocional/ subjetiva/ passiva/ frágil/ impotente/ pacífica/ recatada/ doméstica/ possuída. (ANDRADE, 2005, p.14-15).

Essa divisão entre público e privado, advinda do patriarcalismo, acentua ainda mais as diferenças existentes entre homens e mulheres. Resumidamente, ao homem cabe o perfil de sujeito da sexualidade, enquanto que a mulher é vista como seu objeto. Tais concepções, frutos da cultura ocidental, possuem um valor de longa duração e se arrasta até hoje, em pleno século XXI.

Balbinotti (2018, p.249) destaca que, com base no patriarcalismo, o masculino é visto como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade. Da mesma forma, é investido na posição de agente de poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas.

Essa posição de sujeito dominante típica do patriarcalismo e que resulta na violência, é também abordada por Borges e Lucchesi (2015), que apontam a violência como a expressão mais evidente da dominação masculina. Para os autores, a violência representa o ponto

culminante da afirmação da virilidade, isto é, da afirmação de forte, de capaz, de dominador como forma de expressão da superioridade do homem.

Assim, a mentalidade patriarcal que prega o controle, a dominação e a submissão feminina, está presente nos diversos tipos de agressões, refletindo o medo da perda do objeto sexual e social.

Contudo, independente da corrente teórica que busque explicar as raízes da violência contra a mulher, fica claro que o machismo vai muito além de uma conduta construída, aprendida e reforçada culturalmente a partir de definições de papéis de gênero, como destaca Balbinotti (2018). Nesse caso, cada cultura é responsável por construir discursos específicos de masculinidade que são apreendidos e reforçados por meio de ideologias masculinas, pela oratória e por atitudes do dia-a-dia, pela música e literatura popular, e até mesmo pela lei.

### **4.3 Misoginia e a violência praticada contra mulheres jornalistas**

Dentre todos os tipos de violência, a praticada contra a mulher tem nome e se chama misoginia, caracterizada pelos sentimentos de repulsa e ódio ao gênero feminino. Sentimentos esses que, apesar de abominado por uns, são mais recorrentes do que se imagina e fazem parte da educação de uma sociedade pautada no patriarcado, que influencia os homens a se sentirem donos do corpo e da vida das mulheres.

Não bastasse isso, o patriarcado ensina ainda que, as relações de poder entre os gêneros devem colocar a mulher numa posição de subalterna em relação a posição do homem, fazendo-a mera coadjuvante e vítima de sua própria vida, sendo o gênero masculino o detentor do poder sobre a mulher, podendo ter controle do seu corpo, sua mente e até mesmo de sua sexualidade. E para exercerem esse controle, contam com o apoio da família, da escola, da mídia e da sociedade de modo geral, que os ensina desde pequenos e permite que eles possam crescer gozando de privilégios e acreditando que a mulher de fato, deve ser a submissa.

Essa submissão, assim como em casa, era observada na rua também, quando a mulher passou a ter acesso ao espaço público, antes permitido apenas aos homens. E por se tratar de um espaço público, no jornalismo, a submissão das mulheres que se dedicavam a profissão era nítida, podendo ser observada até os dias atuais. Tinha-se, anteriormente, uma redação predominantemente masculina, onde os cargos de chefia eram todos exercidos por homens e a essas mulheres, restavam os demais cargos, porém, todos ligados a quem detinha o poder.

Em pleno século XXI, a luta por espaço, por voz e por reconhecimento é constante. Apesar dos significativos avanços em torno da profissão e de serem maioria no mercado de

trabalho, a desigualdade entre os sexos, fruto da questão de gênero e do patriarcalismo, ainda impera. Não bastasse isso, diariamente mulheres jornalistas são vítimas de violência ao serem atacadas, agredidas, humilhadas, assediadas, xingadas, ofendidas e expostas pelos chefes, por colegas de trabalho, pela sociedade em geral.

Os casos de violência contra profissionais da imprensa são tão recorrentes e preocupantes ao mesmo tempo, que a Comissão Internacional de Direitos Humanos define a violência contra mulheres jornalistas como um fenômeno multidimensional que inclui uma diversidade de fatores que se traduzem em violações dos direitos fundamentais das mulheres ao longo da vida (CIDH, 2016).

Esse fenômeno é atribuído por muitos estudiosos a violência de gênero que, conforme já citado anteriormente neste capítulo, é definida como “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano, sofrimento físico ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado” (BRASIL, 1996).

Frutos (2016) destaca que o desafio de exercer uma das profissões mais perigosas do mundo faz com que o contexto de ideologias machistas e misóginas no qual as mulheres jornalistas estão imersas influencie diretamente em suas rotinas jornalísticas, fazendo com que muitas profissionais cheguem a desistir do jornalismo. Os riscos sofridos no exercício da profissão se devem, principalmente, a dupla insegurança existente, fruto da própria profissão; e ao próprio risco de ser mulher, derivada de uma situação de desvantagem causada por razões de diversa natureza como: relação com companheiros de trabalho, instituições, legislação vigente e política institucional.

Além disso, outros fatores também influenciam como: discriminação baseada na raça, na origem étnica, na religião ou crenças, na classe, na sexualidade e na identidade de gênero. Tudo isso soma como obstáculos às mulheres jornalistas (CIDH, 2016).

Dentre os diversos tipos de violência praticada contra as profissionais, tem-se: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência econômica, a violência patrimonial e o feminicídio. Mas com o surgimento da internet e seu amplo acesso, bem como das redes sociais também, muito pesquisadores da área acrescentaram a lista de tipos a violência digital (WAISBORD, 2020; RAMOS, 2020; VEJA MONTIEL, 2019; POSETTI *et al.*, 2021).

Uma pesquisa realizada pela ABRAJI, em 2017, sobre Mulheres no Jornalismo Brasileiro, constatou que dentre os principais tipos de violência praticados contra mulheres jornalistas, a violência psicológica e a sexual são as agressões que estão no topo do *ranking*.

De acordo com este relatório, 83,6% das respondentes relataram já ter sofrido ao menos uma situação de violência psicológica, como abuso de poder ou autoridade, intimidação verbal,

escrita ou física e insultos verbais. No tocante à violência sexual, 70,4% admitiram já terem ouvido cantadas que as deixaram desconfortáveis, seja no ambiente de trabalho, seja exercendo esse trabalho na cobertura de alguma pauta, por exemplo. E 10,7% das respondentes admitiram já terem recebido no ambiente de trabalho, propostas ou demandas por favores sexuais em troca de algum benefício profissional ou material.

Não bastasse essa violência explícita, corre livre nas redes sociais também uma epidemia de ódio oculto contra mulheres. São casos diversos de machismo, racismo, misoginia, assédio e violência contra mulheres que preocupam em virtude da quantidade de casos e da frequência com que eles acontecem, na maioria das vezes, abertamente e sem punição alguma, demonstrando que não existe lugar seguro para as mulheres.

Um artigo da jornalista, professora e pesquisadora Ana Regina Rego intitulado “Centro de Combate ao Ódio Digital alerta para uma epidemia de ódio oculto no Instagram”<sup>15</sup> apresenta os resultados de uma pesquisa denominada Ódio Oculto (HiddenHate) realizada pelo Center for Countering Digital Hate ou Centro de Combate ao Ódio Digital, na sigla em inglês CCDH, com sede nos Estados Unidos e no Reino Unido, divulgados em 06 de abril de 2022.

Os resultados revelam que através das DMs (Direct Message) da rede social Instagram, corre um rio de ódio, misoginia, racismo, assédio e violência contra mulheres. De acordo com o CCDH, uma em cada 15 mensagens diretas no Instagram contém linguagem odiosa, flashes cibernéticos, abuso sexual baseado em imagens e ameaça de violência. A pesquisa de cunho qualitativo foi realizada a partir da observação direta e em parceria com cinco mulheres com grande número de seguidores na rede social.

Ao final, a investigação revelou uma “epidemia de abuso misógino” que acontece através de mensagens diretas no Instagram (DMs), sendo que 90% das mensagens são completamente ignoradas pela Meta (corporação que congrega grandes plataformas como Facebook e Instagram), apesar de serem constantemente denunciadas aos moderadores. Através do acesso a essas mensagens no perfil do Instagram das participantes da investigação, os pesquisadores registraram abusos enviados por 253 contas e os denunciaram usando o aplicativo ou site da plataforma.

Segundo o CCDH, essa descoberta é particularmente preocupante, uma vez que a pesquisa sugere que metade dos usuários abusivos enviam mais mensagens abusivas quando as plataformas não conseguem removê-las.

---

<sup>15</sup>Disponível em: <[https://www.acessepiwai.com.br/ver\\_coluna2/3766-centro-de-combate-ao-odio-digital-alerta-para-uma-epidemia-de-odio-oculto-no-instagram](https://www.acessepiwai.com.br/ver_coluna2/3766-centro-de-combate-ao-odio-digital-alerta-para-uma-epidemia-de-odio-oculto-no-instagram)>. Acesso em: 19 fev. 2023.

O objetivo desse bombardeio de mensagens é claro: afugentar as mulheres das plataformas, da vida pública e marginalizar ainda mais suas vozes, que já são poucas, assim como fazem com as mulheres jornalistas também, ao atacá-las, ofendê-las, humilhá-las e questionarem sua capacidade ou reputação. Ao final dos ataques, tanto nas redes sociais como no exercício da profissão, predomina o efeito desejado da agressão: o trauma constante pelas inúmeras mensagens (como no caso das redes sociais) e pelos ataques sofridos (no âmbito da profissão de jornalista).

Neste trabalho, nos dedicamos a analisar os casos de ataques e agressões a três jornalistas brasileiras que, no exercício da profissão, foram atacadas, agredidas verbalmente, ofendidas, humilhadas e tiveram sua honra e capacidade questionadas.

Constança Rezende, Patrícia Campos Mello e Vera Magalhães são jornalistas por formação e exercem a profissão há anos. De 2019 para cá, enfrentaram situações constrangedoras e foram vítimas da desinformação propagada pelo ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que resultou em ataques verbais, machistas, misóginos e preconceituosos, além de ameaças feitas pelos apoiadores do ex-presidente.

Os ataques de Bolsonaro evidenciam não apenas a relação conflituosa com a imprensa de modo geral, como deixam claro o alvo preferencial do ex-presidente: mulheres jornalistas que se destacaram por investigar e revelar aspectos nebulosos sobre a vida política do clã Bolsonaro (Bolsonaro e família), ou por apontar pontos negativos do governo. E, justamente por questioná-lo sobre o que foi descoberto, são diariamente atacadas por ele, demais familiares, ministros e apoiadores em geral, sobretudo, com um discurso misógeno, marcado por atitudes também misóginas.

A maioria dos ataques foram consequência da desinformação propagada pelo ex-presidente. Quando questionado sobre a veiculação de informações falsas, mentirosas, distorcidas ou fora de contexto, Bolsonaro partia para o ataque, ofendendo e agredindo verbalmente as profissionais. Em outras situações, quando questionado sobre assuntos polêmicos, o ex-presidente distorcia a história ou inventava alguma a seu favor, com o mero intuito de atacar, ferir, intimidar e desacreditar essas mulheres. Esses ataques se manifestavam de diversas formas, mas, principalmente com ofensas de cunho machista e misógeno. Xingamentos como “vadia” e “prostituta”, e insinuações de que as mulheres jornalistas vendiam seus próprios corpos por notícias eram comuns.

No tocante a desinformação, uma pesquisa realizada pela Organização Repórteres sem Fronteiras (RSF) em parceria com a ONG Gênero e Número (GN) sobre o impacto da desinformação e da violência política contra jornalistas durante a pandemia, divulgada em abril

de 2022, revelou que para cerca de 93% das jornalistas entrevistadas, a desinformação é muito grave. Os dados estão presentes em um artigo escrito também pela jornalista, professora e pesquisadora Ana Regina Rêgo, intitulado “Pesquisa revela o impacto da desinformação e da violência política contra jornalistas e comunicadoras LGBTQI”<sup>16</sup>.

Para 55% das comunicadoras que responderam à pesquisa, a desinformação tem impacto direto em seu trabalho cotidiano, enquanto que para 86% a violência em canais digitais contra o jornalismo e jornalistas é provocado, quase sempre, por desinformação.

A pesquisa realizada no Brasil entre agosto e setembro de 2021 e dividida em três eixos principais, a saber: Desinformação, Violência online e Proteção e plataformas foi respondida por 237 jornalistas, com faixa etária média de 33 anos e das quais 43% se identificam como mulher cisgênero, branca e sem filhos. Sendo que 56,5% residem no Sudeste, 23,2% moram na região sul, 10% no Centro-oeste, 7% no Nordeste e 3% na região norte.

Ainda em relação a desinformação, além dos dados já relatados, para 81% das respondentes a suspeição do jornalismo está diretamente relacionada ao fenômeno da desinformação, agravada pela total perda de confiança por parte da sociedade na imprensa. Diante disso, 90% avalia que a desinformação tem provocado a desconfiança da sociedade no jornalismo.

Dentre os maiores impulsionadores dessa desinformação, 79,2% avalia que o problema foi potencializado durante a pandemia, enquanto que para 86% das entrevistadas, o ambiente político tem sido o responsável por esse fenômeno que aumentou a partir da eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil.

Não bastasse as eleições de 2018, a prática de desinformação por parte do ex-presidente, assim como os ataques a imprensa de maneira geral, seguiu se tornando prática corriqueira pelos anos seguintes em que esteve a frente da presidência e diante da repetição e da gravidade dos casos, o ex-presidente da República chegou a ser denunciado ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Em um informe apresentado detalhadamente a Comissão pela relatora especial das Nações Unidas sobre Violência contra a Mulher, suas Causas e Consequências, Dubravka Simonovic revelou como governos têm usado instrumentos para desonrar, desacreditar e humilhar as jornalistas.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), em relatório anual da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, desde 1989, tem apresentado dados gerais sobre os ataques ao jornalismo e a jornalistas de modo geral. Apesar de procurado os índices de

---

<sup>16</sup>Disponível em: <[https://www.acessepiaui.com.br/ver\\_coluna2/3806-pesquisa-revela-o-impacto-da-desinformacao-e-da-violencia-politica-contra-jornalistas-e-comunicadoras-lgbtqi](https://www.acessepiaui.com.br/ver_coluna2/3806-pesquisa-revela-o-impacto-da-desinformacao-e-da-violencia-politica-contra-jornalistas-e-comunicadoras-lgbtqi)>. Acesso em: 19 fev. 2023.

violência contra mulheres jornalistas, apenas um panorama total foi encontrado, sem distinção entre a violência praticada contra mulheres e contra homens jornalistas.

Em 2019<sup>17</sup>, primeiro ano de governo de Bolsonaro, o Brasil registrou 208 ataques a veículos de comunicação e jornalistas, totalizando um aumento de 54% em relação ao ano anterior. Do total, 114 casos foram de descrédibilização da imprensa e 94 de agressões diretas a profissionais. Sozinho, o ex-presidente foi responsável por 58% destes ataques, chegando a 121 casos.

Em 2020<sup>18</sup>, a violência contra jornalistas cresceu 105,77% tendo Jair Bolsonaro liderando os ataques. Foram 428 casos de ataques, incluindo dois assassinatos. A FENAJ atribuiu o aumento da violência à ascensão de Bolsonaro à Presidência da República e ao crescimento do bolsonarismo.

Em 2021<sup>19</sup>, por sua vez, o relatório apresentou 430 casos de ataques e agressões a jornalistas e a veículos de comunicação. O número de agressões manteve-se nas alturas e, pelo segundo ano consecutivo, foi o maior desde que a série histórica começou a ser feita, no final da década de 1980, segundo dados da própria FENAJ.

Em 2022<sup>20</sup>, último ano do governo Bolsonaro, os ataques diretos a jornalistas tiveram um aumento significativo, com ameaças, hostilizações, intimidações e agressões a categoria. O relatório da federação aponta que o número de ataques a categoria e a veículos de imprensa no ano passado chegou a 376 e o ex-presidente Jair Bolsonaro foi o principal agressor, sendo responsável por 104 casos (27,66% do total). Por se tratar de ano eleitoral e Jair Bolsonaro ter sido candidato, os ataques diminuíram cerca de 29,25% se comparado a 2021, ou seja, foram 43 casos a menos que no ano anterior.

Diante do momento atual em que vivemos, propício a divulgação de desinformação pelas diferentes redes sociais e plataformas digitais; e dos dados apresentados, frutos de

---

<sup>17</sup>Dados retirados do Relatório Anual da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, apresentado em 2019.

Disponível em: <<https://fenaj.org.br/violencia-contrajornalistas-aumenta-54-em-2019/>>.

<sup>18</sup>Dados retirados do Relatório Anual da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, apresentado em 2020.

Disponível em: <<https://fenaj.org.br/violencia-contrajornalistas-cresce-10577-em-2020-com-jair-bolsonaro-liderando-ataques/>>.

<sup>19</sup>Dados retirados do Relatório Anual da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, apresentado em 2021.

Disponível em: <<https://fenaj.org.br/ataques-a-jornalistas-e-ao-jornalismo-mantem-patamar-elevado-e-somam-430-casos-em-2021/>>.

<sup>20</sup>Dados retirados do Relatório Anual da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, apresentado em 2022.

Disponível em: <<https://fenaj.org.br/ataques-diretos-a-jornalistas-aumentaram-em-2022-aponta-relatorio-da-fenaj/>>.

pesquisas que muito contribuem para este trabalho, as questões emblemáticas geradas ao final foram as maiores impulsionadoras para se prosseguir com o desejo de pesquisar sobre desinformação e os ataques sofridos por mulheres jornalistas, realizados pelo presidente Jair Bolsonaro, resultante de informações falsas, distorcidas e/ou inventadas, evidenciadas através de narrativas jornalísticas divulgadas em portais de notícias e/ou em redes sociais.

Dessa forma, as agressões a mulheres jornalistas no exercício da profissão não devem ser vistas estritamente como um problema de segurança e risco pessoal para as profissionais. Esse cenário também sugere uma interrupção das rotinas jornalísticas porque há um impedimento da participação mútua com o público quando as profissionais são frequentemente atacadas ou assediadas sexualmente (CHEN *et al*, 2018).

Entendendo o jornalismo como um dos pilares fundamentais para garantia e exercício do Estado democrático de Direito, “a própria democracia fica comprometida em um ambiente em que os sistemas de verificação dos fatos são constantemente colocados em xeque e suas profissionais, atacadas e assediadas” (ABRAJI, 2022).

Esses ataques, por sua vez, vêm provocando consequências pessoais e profissionais às vítimas, de maneira que a sociedade como um todo é afetada por este fenômeno.

## **5. POR UMA HERMENÊUTICA DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: CONTRIBUIÇÕES DE PAUL RICOEUR (2010)**

O presente capítulo desta dissertação de mestrado se dedica a discorrer sobre o aporte teórico-filosófico que orienta esta pesquisa, desenvolvida a partir da proposta de uma hermenêutica da consciência histórica elaborada por Paul Ricoeur (2010), filósofo francês, em sua obra *Tempo e Narrativa* (2010).

Dividida em três volumes, *Tempo e Narrativa* (2010) discorre sobre a concepção de uma hermenêutica da consciência histórica como alternativa para a interpretação de uma narrativa, seja ela historiográfica, ficcional ou, como acrescenta Gonçalves (2017) e Guimarães (2022), jornalística também, como no caso deste trabalho.

Em sua obra, Ricoeur (2010) aponta que a análise dessas narrativas está baseada num duplo trabalho de construção dos textos, que se referem à sua dinâmica interna, possibilitando um sentido a partir da forma como é organizado (estruturado), e na sua capacidade referencial de projetar para fora de si um mundo possível (GONÇALVES, 2017), cabendo ao leitor essa função.

Além disso, o autor se distancia um pouco do estruturalismo que, tradicionalmente domina o estudo das narrativas, especialmente as narrativas em comunicação, ao ponto em que o critica também, e propõe novas asserções sobre como compreender e interpretar essas narrativas através da hermenêutica, que permite ao leitor ir além da simples análise do texto escrito, mas, sentir-se parte desse texto à medida que esse leitor pode recriá-lo diversas vezes.

Diante disso e tomando como base a tese de Ricoeur e outros conceitos chaves por ele elaborados como tempo, narrativa, *tríplice mimesis* e intriga, analisaremos nosso objeto de estudo mais à frente, a partir da hermenêutica da consciência histórica e da interpretação proporcionada por ela.

### **5.1 Tempo e Narrativa: conceitos e considerações de Ricoeur (2010)**

A hermenêutica como arte da interpretação data ainda da antiguidade, com Platão (427 a.C.) e nasce originalmente como um método e uma teoria para a interpretação de textos bíblicos, literários e jurídicos.

Ao longo dos anos, esse método e teoria para a interpretação passou por diversas transformações e contou com a contribuição de autores como Friedrich Schleiermacher (2008), Wilhelm Dilthey (1988) e especialmente com Martin Heidegger (2005), que percebeu como

esse trabalho de compreensão estava mais relacionado com o sentido do ser e não apenas com os textos que eram interpretados.

Gonçalves (2017) destaca que foi com Heidegger que a hermenêutica passou a refletir sobre a condição humana, focando não apenas na busca por uma interpretação correta ou verdadeira dos textos que eram analisados, mas sim, em compreender a vida. Apesar das diferenças<sup>21</sup> existentes, essa perspectiva também foi defendida por Paul Ricoeur (2010), que passa a entender a hermenêutica como uma tarefa crítica, reforçando que o objetivo é a compreensão da própria existência a partir da linguagem (GONÇALVES, 2017, p.11).

A hermenêutica fenomenológica a qual Ricoeur está associado preocupa-se em ir além da teoria e dos métodos de interpretação dos textos a que se propõe, mostrando que sua concepção filosófica abrange a compreensão do mundo e do ser, a partir desse caminho (GONÇALVES, 2017, p.11), e apresenta-se, assim, como um aporte teórico-metodológico importante para as pesquisas em comunicação, a exemplo desta, que se dedica a análise das narrativas em contexto de desinformação, e que, por meio deste, culminaram nos ataques as mulheres jornalistas realizados pelo ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Assim como propõe Ricoeur (2010), através dessas narrativas, o leitor, na condição de interprete do texto analisado, passa a compreender não apenas a visão geral que esse quer repassar, mas insere-se no texto e ao fazer isso, sente-se parte dele, vivendo tudo aquilo que esse texto narra. Dessa forma, o leitor é capaz ainda de recriar esse texto várias vezes, desde que não abra para construções e interpretações distantes da realidade.

A obra *Tempo e Narrativa* (2010) de Ricoeur é dividida em três volumes e, apesar de justamente no primeiro, ele estabelecer noções primordiais para o desenvolvimento de sua tese, é somente no terceiro volume da obra que o autor defende a noção de uma hermenêutica da consciência histórica. Guimarães (2022) destaca que de todas, a primeira noção diz respeito a uma correlação entre o ato de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana.

Essa relação na visão de Ricoeur (2010) não é meramente acidental, mas ao contrário, reflete uma necessidade transcultural, visto que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 2010a, p.93).

Na visão de Guimarães (2022), de maneira simples e resumida, Ricoeur (2010) defende a tese de que não é possível que se haja qualquer discussão sobre o tempo, sem que se considere o tempo narrado.

---

<sup>21</sup> Martin Heidegger e Paul Ricoeur se distanciam quando a sua perspectiva fenomenológica. Heidegger segue a fenomenologia estrutural, enquanto Ricoeur propõe uma fenomenologia hermenêutica.

Em seu percurso pelos caminhos da hermenêutica da consciência histórica, o filósofo francês conta com fiéis e importantes contribuições de filósofos como Heidegger (2005) e Gadamer (1998), já citados, mas é com Santo Agostinho e Aristóteles que Ricoeur caminhará até o final de *Tempo e Narrativa*, sem deixar de considerar as concepções distintas desses dois pensadores sobre o tempo.

Na visão de Santo Agostinho, o tempo não pode ser medido externamente, por não possuir uma natureza física; mas sim internamente, através da distensão da alma, que possibilita com isso, diferentes experiências temporais. Aristóteles, por sua vez, defende uma ideia de tempo cosmológico, exterior, regido pelas leis da natureza.

Trata-se aí de dois pensamentos temporais diferentes para o círculo hermenêutico proposto por Ricoeur (2010) e as diferenças entre cada um não se dá apenas por questões culturais ou pelas épocas distintas em que cada tese foi proferida. Ricoeur (2010) explica melhor ao caracterizar cada uma dessas duas reflexões:

Primeiramente, eles nos propõem duas entradas independentes no círculo de nosso problema: uma, pelo lado dos paradoxos do tempo; outra, pelo lado da organização inteligível da narrativa. A independência delas não consiste apenas no fato de as Confissões de Santo Agostinho e a Poética de Aristóteles pertencerem a universos culturais profundamente diferentes, separados por muitos séculos e por problemas que não podem ser sobrepostos. O que é mais importante para nosso intuito é que um inquirir sobre a natureza do tempo, aparentemente sem se preocupar em fundar nessa inquirição a estrutura narrativa da autobiografia espiritual desenvolvida nos nove primeiros livros das Confissões. O outro constrói sua teoria na intriga dramática sem considerar as implicações temporais de sua análise, deixando para a Física o cuidado de se ocupar com a análise do tempo. É nesse sentido preciso que as Confissões e a Poética oferecem dois acessos independentes entre si para o nosso problema circular (RICOEUR, 2010a, p.10).

A primeira entrada descrita por Ricoeur (2010) é a de Santo Agostinho (1996), que trabalha com o conceito de um triplo presente: a noção de que passado e futuro não seriam, cada um, um tempo singular, mas sim, etapas do presente. A segunda entrada é a de Aristóteles (2009), que trabalha com uma perspectiva cosmológica e linear ao tratar sobre o tempo e a narrativa.

Para Agostinho, o tempo nada mais é do que uma distensão da alma. Por isso, quando narramos, sempre estamos no tempo presente. Consequentemente, acontecimentos passados seriam apenas imagens de acontecimentos passados que ficaram impressas na alma, enquanto o futuro está de igual forma presente na alma por meio de outras imagens – de antecipação ou de expectativa.

Gonçalves (2017) afirma que é em Agostinho que Ricoeur (2010) encontra o instrumento mais eficaz para comprovar que o ser e a medida do tempo se resolvem na narrativa que, por sua vez, só se constrói em um único tempo: o presente. Logo, esse presente seria então um ponto de convergência entre memória e expectativa.

O tempo não tem ser porque o futuro não é ainda, o passado não é mais e o presente desaparece. E apesar disso, dizemos alguma coisa de positivo sobre o tempo porque dizemos que o futuro será, o passado tem sido e o presente está sendo. Conhecemos a solução desse paradoxo: o passado está em um sentido presente na alma, graças as imagens de eventos passados que nós chamamos de lembranças; o futuro está igualmente presente na alma, graças a outras imagens, as da antecipação ou da expectativa; memória e expectativa se reúnem no presente, entendido como atenção ou expectativa (RICOEUR, 2012, p.301).

No tocante a Aristóteles, de acordo com Gonçalves (2017), Ricoeur (2010) reconhece a importância da visão aristotélica por considerar o tempo lógico como necessário para garantir o ordenamento da intriga, de modo que a narrativa tenha começo, meio e fim, isto é, um limite temporal para que a história possa se desenvolver e assim, não se perca.

Apesar da divergência entre as duas visões sobre o tempo, Ricoeur (2010) buscou construir elos intermediários que articulassem a correlação entre cada uma. Gonçalves (2017) destaca que a justificativa para essa correlação é que “o tempo cosmológico (ou o tempo do mundo) e o tempo subjetivo (o tempo do sujeito) se encontram, se complementam e formam o tempo do ser no mundo do texto” (GONÇALVES, 2017, p.76).

Resumidamente, uma narrativa qualquer que seja não pode desconsiderar nenhuma das duas concepções, se contentando apenas com uma ou com a outra, visto que somente uma perspectiva não é capaz de enfrentar a problemática do tempo. Posto isso, Moura (2018) destaca que Ricoeur (2010) em sua tese, confronta e ao mesmo tempo, apazigua os dois pontos de vista (tempo vivido e tempo lógico), ao tempo em que propõe um terceiro tempo: o tempo histórico.

Não é possível atacar o problema do tempo apenas por uma das extremidades, a alma ou o movimento. Apenas a distensão da alma não pode produzir a extensão do tempo; apenas o dinamismo do movimento não pode gerar a dialética do triplo presente (RICOEUR, 2010c, p.35).

Nessa de confrontar e ao mesmo tempo apaziguar os dois pontos de vista sobre o tempo, Ricoeur (2010) consegue encontrar perspectivas em comum, onde a principal delas é a relevância que tanto Agostinho como Aristóteles conferem ao tempo presente.

Para além do tempo e das reflexões propostas em torno do tema, Ricoeur (2010) também trabalha o conceito de narrativa, trazendo importantes reflexões sobre ela e definindo-a como

uma composição diegética que, nas palavras de Gonçalves (2017), significa que o ato de narrar implica adentrar uma dimensão ficcional, uma vez que tal atividade “sugere eleição, exclusão e seleção e, dessa maneira, nunca será uma equivalência da realidade” (GONÇALVES, 2017, p.65).

Gonçalves (2017) destaca ainda que a premissa da narrativa nasceu com o conceito de *mimesis*, formulado por Aristóteles, representando o “processo ativo de imitar ou de representar determinada realidade”. Contudo, segundo ela, essa noção de imitação não deve ser vista como a ideia de uma cópia do real, mas como uma espécie de imitação criadora.

No caso do presente trabalho, através das narrativas analisadas, essa realidade é representada por uma sociedade patriarcal e machista, baseada nas relações de gênero e nas desigualdades que essa proporciona, onde tem-se um número grande de mulheres jornalistas a frente dos inúmeros veículos de comunicação existentes no Brasil e que, no dia a dia da profissão, são vítimas de ataques e agressões carregadas de falas machistas, sexistas e misóginas, por parte do ex-presidente da República, chefe maior de Estado, responsável por assegurar direitos, segurança e pela integridade dessas profissionais.

Na definição de Moura (2018), o ato de narrar é uma atividade antiga originária do latim e significa “conhecer e/ou transmitir informações, desempenhando um papel essencial na construção de sentidos e significados, seja de uma coisa, seja de um acontecimento, um fato ou o próprio ser no mundo”.

Ela (a narrativa) emerge como um processo de mediação/comunicação entre os significados e a existência humana. Como forma de conhecimento, é partilhada por vários saberes com enfoques, olhares e valoração diferentes (filosofia, jornalismo, literatura, história, etc.), que permitem aprender o mundo e reconhecer-se nele (MOURA, 2018, p.144).

Estabelecendo uma relação com o tempo, Ricoeur (2010) argumenta em seus estudos, que uma narrativa só pode ser compreendida no tempo graças a composição da intriga. Essa, mencionada anteriormente neste trabalho, representa a ação responsável por mediar os acontecimentos e a narrativa, se estruturando, segundo o filósofo, em um modelo de concordância discordante. “Dessa dialética entre ação e personagem da narrativa resulta uma dialética interna à personagem, que é o exato corolário da dialética entre concordância e discordância desenvolvida pelo enredo da ação” (RICOEUR, 2014, p.154).

Segundo Gonçalves (2017), é através da intriga que os eventos se tornam inteligíveis, pois ela produz arranjos que unificam “as ações contadas e dá contornos para que a história tenha começo, meio e fim – nos aspectos temporais – e consiga mostrar claramente o tema, o

espaço e as personagens apresentadas” (GONÇALVES, 2017, p.65-66). Vemos com isso, a responsabilidade que recai sobre a tessitura da intriga.

Voltando a questão da narrativa, é válido ressaltar aqui que, uma narrativa nem sempre é e nem tem obrigação de ser uma reprodução fidedigna de um acontecimento. Gonçalves (2017) argumenta que um objeto ou fato representado, assim, não significa a coisa em si, verdadeira e autêntica, mas uma representação imaginária e simbólica (GONÇALVES, 2017, p.64).

Isso também é válido para a interpretação que fazemos de determinado texto, por exemplo. Ricoeur (2010), ao tentar explicar isso em seus estudos, compara o texto a um indivíduo ou mesmo a um cubo, que podem ser abordados sob diferentes e diversas perspectivas. Segundo Guimarães (2022), o filósofo adverte que os diferentes temas de um texto não se encontram no mesmo nível, por isso a maneira como eu compreendo pode ser totalmente diferente da maneira como os demais leitores compreendem; e que sempre é possível fazer inúmeras ligações entre uma frase ou outra, cabendo a nós, leitores, desvelar todas essas “camadas” do texto.

Outro modo de exprimir o mesmo enigma: como um indivíduo, um texto pode ser abordado por diferentes lados. Como um cubo ou um volume no espaço, um texto apresenta um “relevo”. Os seus diferentes temas não se encontram à mesma altitude. (...) É sempre possível ligar a mesma frase de modo diferente a esta ou àquela frase considerada como a pedra angular do texto (...) RICOEUR, 1989, p.202).

Por se tratar de uma pesquisa na área da comunicação, chamamos a atenção para o fato de que aqui, estamos tratando de narrativas e com isso, esclarecer que construir uma narrativa é diferente de reportar um fato, como nós da comunicação estamos acostumados a fazer no jornalismo. Como defende Guimarães (2022), as duas construções podem coexistir, como acontece no jornalismo, mas são independentes. Dessa forma, a liberdade que um autor possui na hora de compor uma narrativa, jamais representará uma ameaça a verdade dos fatos.

No percurso do ato interpretativo feito pelo leitor do texto, Ricoeur (2010) defende que seja dada autonomia a este, para que ele não venha a se comportar de maneira passiva, sem um aprofundamento maior em sua leitura. O filósofo argumenta que o leitor precisa recusar essa passividade, passando a agir diante do texto, “construindo interpretações e reconstruindo a narrativa a partir do ato de leitura” (GONÇALVES, 2017, p.81).

No ato interpretativo, o leitor é levado a comparar o mundo do texto e o seu mundo, fazendo relações. Esse exercício também foi praticado por Ricoeur (2010):

Entre uma narrativa e um curso de acontecimentos, não há uma relação de reprodução, de reduplicação, de equivalência, e sim, uma relação metafórica: o leitor é dirigido para o tipo de figura que assimila (liken) os acontecimentos narrados a uma forma narrativa que nossa cultura tornou familiar (RICOEUR, 2010c, p.261).

No tocante ao autor do texto, Ricoeur (2010) chama a atenção para a necessidade que toda narrativa tem de ter um autor e é por isso que, segundo Guimarães (2022), seria um ato de dissimulação por parte de determinado autor escrever um texto (ele cita o ficcional, mas acrescentamos aqui o jornalístico também) que pareça não ter sido escrito, tudo por conta de um autor que sacrificou sua presença.

Posto isso, ele argumenta que um autor até pode, em certa medida, escolher seus disfarces, “mas nunca conseguirá se ocultar completamente”. Esse disfarce dito por Ricoeur (2010) é outro elemento trabalhado por ele no estudo das narrativas, a que se dá o nome de identidade narrativa.

Segundo Moura (2018), a identidade narrativa apresentada por ele pode ser entendida como uma resposta a uma simples pergunta: quem fez determinada ação? A identidade narrativa seria dessa forma, uma categoria da prática e da ética.

Dentro da identidade narrativa, Ricoeur (2010) traça um paralelo entre uma identidade neutra, uma identidade estática (*idem*) e uma identidade temporal e dinâmica (*ipse*).

O dilema desaparece se a identidade entendida no sentido de um mesmo (*idem*) for substituída pela identidade entendida no sentido de um si-mesmo (*ipse*); a diferença entre *idem* e *ipse* não é outro senão a diferença entre uma identidade substancial ou formal e a identidade narrativa. A ipseidade pode escapar ao dilema do Mesmo e do Outro na medida em que sua identidade repousa numa estrutura temporal conforme o modelo de identidade dinâmica oriundo da composição poética de um texto narrativo (RICOEUR, 2010c, p.419).

Mas além disso, ele alerta ainda para o fato de que a identidade narrativa não é estável ou sem falhas. Da mesma forma que é possível compor diversas intrigas a respeito dos mesmos incidentes, segundo Ricoeur (2010), “também é possível tramar sobre a própria vida intrigas diferentes e opostas até” (RICOEUR, 2010c, p.422).

## **5.2 As narrativas histórica, literária e jornalística e os caminhos da interpretação**

As narrativas histórica, literária e jornalística (que também acrescentamos ao debate) que nos propomos estudar no dia a dia, aqui se diferenciam, segundo Gonçalves (2017), “quanto

a identidade estrutural, a exigência de verdade implicada em cada campo e a forma como articulam o caráter temporal da experiência humana (GONÇALVES, 2017, p.90). Não somente isso, essas narrativas se aproximam ainda graças a “referencialidade e a possibilidade de tornar a realidade e o agir humano inteligível” (GONÇALVES, 2017, p.90).

No caso da narrativa jornalística, a qual nos dedicamos neste trabalho, somos ensinados na universidade a obedecer a uma estrutura lógica que confira sentido a ela. Dentro dessa estrutura, estar relacionada com o tempo presente também se faz necessário. Além disso, é imprescindível que essa narrativa seja verdadeira, caso contrário, apresenta-se como desinformação.

O ponto de partida para a análise dessas narrativas é o pensamento de Ricoeur (2010) que espera superar a dicotomia entre as narrativas que possuem pretensão a verdade (a narrativa histórica e a jornalística que acrescentamos aqui por nossa conta), e as narrativas ficcionais (apontamos aqui a literatura, por exemplo). Diante disso, ele reflete sobre o estatuto do modo narrativo, mostrando que a narrativa está ligada ao exercício da linguagem e não apenas da ficção.

Paul Ricoeur (2010) defende que a intriga se apresenta como uma “imitação criadora” (já tratamos aqui anteriormente), por isso, embora os textos históricos estejam apoiados em referenciais da realidade – assumir que a história é uma narrativa, mostra que ela deverá ser encarada como uma construção (recorremos ao ciclo hermenêutico), que envolve a construção do profissional historiador e também do receptor.

Mas isso não se aplica apenas a narrativa histórica, vale para a narrativa jornalística também. A função mediadora que a intriga exerce na história serve da mesma forma para o jornalismo. Gonçalves (2017) destaca que há que surgir uma provocação diante dos acontecimentos, onde estes vão contribuir para o progresso de uma história que levará a construção do texto, um meio natural e necessário e que se torna um vínculo entre o vivido e o narrado (GONÇALVES, 2017, p.91).

Aqui, entender o jornalismo e a história como narrativas é levantar o debate entre objetividade e subjetividade. Mais do que isso, é refletir sobre o “real” e o “ficcional”. No paradoxo instaurado entre objetividade e subjetividade, temos envolvido diretamente a atividade do historiador e do jornalista.

Segundo Gonçalves (2017), na atuação prática esses profissionais trabalham diante da complexidade, do detalhamento e do entrelaçamento de fatos, pregam um ideal de objetividade – especialmente nas técnicas de apuração, a exigência de estar ligado às provas e elaboração dos textos – como se fosse possível silenciar a subjetividade presente em cada ato – como na

escolha dos acontecimentos que serão transformados em textos, no tratamento dessas informações, na condução que levará a obra até o seu final e na conformação do sentido (GONÇALVES, 2017, p.92).

Isso remete ainda a um outro debate: o da objetividade e da imparcialidade, onde é possível perceber nos dois campos mencionados (jornalístico e teórico), certa resistência em fazer um jornalismo diferente do que foi historicamente preestabelecido, deixando de lado a problematização que deveria existir em torno da noção de real.

Guimarães (2022) aponta que essa resistência também pode ser detectada no campo da pesquisa comunicacional, onde ainda gera estranheza a possibilidade de um estudo ser conduzido por conceitos e teorias diversas dos processos teórico-metodológicos tradicionais.

Com isso, Moura (2018) defende a abertura de um diálogo entre o campo jornalístico e o pensamento ricoeuriano, porque, segundo ela, o jornalismo está situado em um ambiente social onde vivido e narrado se encontram – na maioria das vezes, de forma tensionada.

Mas além da defesa desse diálogo, a autora também entende que todos os movimentos presentes no ato de narrar, desde a escrita à interpretação, também se fazem presentes no jornalismo. Dessa forma, a relação existente entre autor e leitor que se revela na narrativa, também acontece na comunicação. Assim, fazem parte do processo de construção da notícia não apenas os jornalistas que a escrevem, mas “os demais agentes do campo social, sobretudo, os consumidores da informação, que após a leitura, a reinterpretam infinitamente” (MOURA, 2018, p.171).

Inúmeros são os pesquisadores que trazem elementos do campo jornalístico e os enquadram nos conceitos abordados e defendidos por Paul Ricoeur (2010), especialmente no que se refere ao círculo hermenêutico – o qual trabalharemos logo a frente ainda neste capítulo.

Essa aproximação com Ricoeur (2010) através do círculo hermenêutico proposto por ele, é uma maneira de tentar superar o estruturalismo presente no estudo das narrativas, defendendo, assim, uma nova abordagem nesse campo, através de um novo viés: o da hermenêutica da consciência histórica.

Nessa nova abordagem se concentra a crítica de Ricoeur (2010) a esse estruturalismo dominante das narrativas. O autor apresenta a hermenêutica como uma proposta que permite ir além da explicação de um texto, reconstruindo um conjunto de operações pelas quais determinada obra se destaca, sendo passada de um autor para um leitor, que a recebe com a possibilidade, inclusive, de ser transformada após a leitura.

Segundo Ricoeur (2010), a hermenêutica se dedica a construir todo o arco das operações, por meio das quais a experiência dá a si mesmo, obras, autores e leitores. Esse seria

o grande trunfo da proposta desenvolvida por ele. “A hermenêutica procede da objetivação das energias criadoras da vida nas obras que, assim, se intercalam entre o autor e nós (RICOEUR, 1989, p.148).

Abordada a narrativa, passaremos agora a falar sobre a interpretação da mesma e como essa interpretação pode se aplicar em um processo analítico de narrativas presentes no jornalismo, como no caso dessa pesquisa.

É objetivo de Ricoeur (2010) pôr fim a dualidade existente entre explicação e interpretação que, em outros tempos, refletiu um abismo entre as ciências da natureza e as ciências humanas. Segundo Gonçalves (2017), ele argumenta em favor de uma complementaridade e reciprocidade entre explicação e interpretação, pois a teoria da interpretação estaria baseada na relação entre compreensão e explicação, “mediada pela interpretação dos jogos de linguagem” (GONÇALVES, 2017, p.129).

A interpretação aqui abordada é outro elemento importante no percurso do ato interpretativo, partindo do mundo do autor, passando pela construção da narrativa, até chegar na interpretação que o leitor dessa narrativa fará. É o que constitui o círculo hermenêutico elaborado por Ricoeur (2010).

Mas para que a interpretação de uma narrativa se torne possível, Ricoeur (2010) defende a eliminação da distância temporal ou, o que ele chama de “des-distanciamento”. Esse des-distanciamento é uma maneira do leitor sair da “zona de conforto” ofertada pelo presente e se permitir viver o que o texto apresenta, constituindo um exercício onde o leitor buscaria se aproximar do texto a ponto de se identificar com o passado que, para ele, só pode ser inteligível persistindo no presente.

Guimarães (2022), partindo da premissa de Ricoeur (2010), afirma que esse des-distanciamento não deve ser apenas temporal, mas cultural também. Nas palavras do autor, esse des-distanciamento caracteriza-se por ser “uma luta contra o afastamento relativamente ao próprio sentido, quer dizer, relativamente ao sistema de valores sobre o qual se estabelece o texto” (RICOEUR, 1989, p.156).

Praticado esse des-distanciamento, o leitor se torna contemporâneo, ou seja, protagonista dos acontecimentos passados narrados pelo texto. Dessa forma, Ricoeur (2010) afirma que a leitura representa o ato concreto no qual se completa o destino do texto, que não teria outro objetivo, senão, o de chegar às mãos do leitor, uma vez que, “isolado da leitura, o mundo do texto permanece uma transcendência na imanência” (RICOEUR, 2010c, p.269).

É no ato interpretativo que o leitor é convidado a “terminar a obra”, ou seja, interpretá-la, já que, segundo Ricoeur (2010), “é o ato de ler que se junta a configuração da narrativa e

atualiza sua capacidade de ser acompanhada. Acompanhar uma história é atualizá-la em leitura” (RICOEUR, 2010a, p.131).

É válido ressaltar também que, interpretar uma obra não quer dizer necessariamente encontrar respostas para os problemas elencados no texto, isso porque a obra não é caderno de respostas, mas na realidade, uma fonte inesgotável de perguntas. Dessa forma, como destaca Guimarães (2020), “ao finalizar uma obra, é possível que o receptor se perceba com mais questionamentos do que tinha antes de se debruçar sobre o texto”.

É importante ainda, entender que cada narrativa tem o seu percurso próprio de construção, divergindo de autor para autor. Compreender esse percurso é compreender que não existe um modelo rígido ou fechado a ser seguido na composição da intriga, mas diferentes modelos de composição e, principalmente, de interpretação. Este último, diferenciando de leitor para leitor.

Guimarães (2022) destaca que uma narrativa não segue um manual e que existem apenas caminhos possíveis e plausíveis que, obviamente, não podem extrapolar o bom senso, sendo afastada assim, qualquer abertura para construções e interpretações distantes da realidade, como propõe Ricoeur (2010). Como destaca Gonçalves (2017), o leitor não tem autoridade para empreender “modificações ou interpretações grosseiras. Falar em múltiplas interpretações do texto narrativo é pontuar também que o texto estabelece os limites, já que o texto liberta o leitor, mas também o coage” (GONÇALVES, 2017, p.82).

Além disso, para Ricoeur (2010), o texto interpretado pelo leitor que o recebe não deve representar um destino ou um lugar onde o leitor para e ali fica, mas sim um meio pelo qual ele atravessa no ato da leitura – e é atravessado por ela. Dessa forma, ele torna a enfatizar que “não podemos confundir a autonomia concedida ao leitor com uma liberdade para se fazer interpretações grosseiras e distantes da realidade, como já visto anteriormente. Haveria, portanto, um limite, uma vez que, como aponta o autor: “a leitura está no texto, mas a escritura do texto antecipa as leituras por vir” (RICOEUR, 2010c, p.283).

Na leitura de Ricoeur (2010), há mais de uma maneira de construir um texto e sempre é possível ser a favor de uma outra interpretação, confrontar interpretações ou mesmo chegar a um acordo entre elas, visto que não existe uma regra estabelecida. Mas mesmo afirmando que não existe uma regra ou um padrão a ser seguido no ato interpretativo, Ricoeur (2010) indica os caminhos possíveis e o que devemos buscar ao nos depararmos com um texto.

Nas palavras de Guimarães (2022), o filósofo argumenta que a semântica profunda do texto não é o que o autor quis dizer, mas aquilo do que trata o texto, a saber, suas preferências não ostensivas. Em outras palavras, para Ricoeur (2010), o que deve ser compreendido não é o

estágio inicial do discurso, mas sim o mundo possível, proposto pelo texto. A autora destaca que para o filósofo, a compreensão não tem muito a ver com o autor e sua situação. Do contrário, ela se move para mundos propostos que as referências do texto apresentam. Dessa forma, para Guimarães (2022, p. s/n), “compreender um texto, então, é acompanhar o seu movimento, que parte do sentido para a referência”.

Considerando as contribuições de Ricoeur através da hermenêutica da consciência histórica, podemos entender que sua tese se aplica perfeitamente ao nosso objeto de estudo e pode ser empregada na análise das narrativas em um contexto de desinformação, que resultaram nos ataques realizados pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro, a mulheres Jornalistas; bem como na interpretação de toda e qualquer narrativa jornalística, visto que no campo comunicacional, é possível perceber exercícios semelhantes tanto na construção da narrativa, como na recepção da mesma por parte do leitor.

### **5.3 O ciclo hermenêutico de Ricoeur (2010)**

Buscando interpretar as narrativas escolhidas para este trabalho, recorreremos ao ciclo hermenêutico desenvolvido por Paul Ricoeur (2010) que, através de suas três fases: *mímesis I*, *mímesis II* e *mímesis III*, se apresenta como um importante modo analítico-interpretativo a ser utilizado no decorrer desta pesquisa.

Longe de representar um método rigoroso e fechado de interpretação, o ciclo hermenêutico ricoeuriano, na visão de Gonçalves (2017), é responsável por traduzir a intensa relação existente entre o narrador, o texto e seus leitores, articulando dessa forma, “as operações de compreensão e interpretação dos textos, como forma de construir a realidade e marcar a pertença ao mundo” (GONÇALVES, 2017, p.11).

Essa relação intensa entre narrador, texto e leitor também é responsável por formar uma via de mão dupla, visto que é a partir da narrativa que o leitor tem acesso ao vivido, e é a partir desse vivido que este se liga ao autor. Essa relação pode ser traduzida no ciclo hermenêutico de Paul Ricoeur (2010) que compreende três fases, como já descritas aqui: *mímesis I*, *mímesis II* e *mímesis III*.

Gonçalves (2017) destaca que o conceito de tríplice *mímesis* de Ricoeur (2010) nasce da aproximação e das críticas – que também podem ser encaradas como avanços – feitas a poética de Aristóteles. Segundo o filósofo francês, “não há possibilidade para que o texto se encerre em sua própria estrutura interna” (RICOEUR, 2010a, p.86), deixando ainda mais

evidente seu distanciamento do estruturalismo que na maioria das vezes, rege os estudos em comunicação.

O ciclo hermenêutico ricoeuriano se apresenta da seguinte forma: temos na *mimesis I*, a fase de prefiguração por parte do autor, com base em sua experiência e pré-compreensão do mundo; a *mimesis II*, que é a etapa de configuração do mundo vivido e compreendido pelo autor, através da escrita do texto; e por fim, a *mimesis III*, que é o momento de refiguração do texto por parte do leitor, que tem diante de si a possibilidade e a liberdade para compor sua interpretação, desde que não faça interpretações grosseiras ou distantes da realidade, e, também, de produzir uma nova narrativa. Nesse ciclo, Barros (2018, p.18) pondera que cada uma das *mimesis* pode ser mediadora entre as outras duas, assim, esse ciclo mimético “coloca em ação o poder humano da imaginação e da representação do mundo”.

Resumidamente, trazendo para o nosso objeto de estudo, na *mimesis I*, eu, enquanto leitora das narrativas do ex-presidente Jair Bolsonaro que culminaram nos ataques, me apresento diante do texto. Na *mimesis II*, após leitura, compreendo essas narrativas. E por fim, na *mimesis III*, lanço as minhas interpretações sobre elas. Não se trata aqui, na interpretação das narrativas escolhidas, de uma operacionalização do círculo hermenêutico, mas de um caminho escolhido para essa interpretação.

Situada em terceira *mimesis* (a mais importante), o hermeneuta reelabora a concordância discordante mimética da narrativa. Dessa forma, a ideia é interpretar e compreender as narrativas que contenham desinformação e que carreguem violência, misoginia e machismo, fomentando o discurso de ódio.

A Hermenêutica da Consciência Histórica nos permite isso ao possibilitar um interpretar das narrativas na relação com a experiência ativando o afetar com o passado. Assim, procuramos, sobretudo, perceber o mundo desses textos, isto é, o mundo que permite que tais textos existam.

Em sua tese, Ricoeur (2010) coloca *mimesis II* (configuração) como a posição intermediária entre as outras duas operações (*mimesis I* e *mimesis III*) e defende a ideia de que a intelegibilidade de *mimesis II* parte da sua capacidade de mediação, facilitando a passagem do antes ao depois do texto, transfigurando esse antes em depois, tudo isso graças ao seu poder de configuração.

Entretanto, Ricoeur (2010) pondera que a hermenêutica não se limita a colocar *mimesis II* entre *mimesis I* e *mimesis III*. A grande questão passa pelo processo concreto onde a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e a refiguração por

meio da recepção da obra. “Seguimos, pois, o destino de um tempo prefigurado a um tempo refigurado pela mediação de um tempo configurado” (RICOEUR, 2010a, p.95).

Resumidamente, pretendemos aqui, desmembrar a *tríplice mimesis*, chamando a atenção para o fato de que não é possível separar esses três momentos de forma tão inarticulada, pois como afirma Ricoeur (2010), não há como ter uma teoria da escrita narrativa, que exista sem um mundo a configurar e sem uma teoria da leitura. São processos imbricados (GONÇALVES, 2017, p.).

Gonçalves (2017) destaca que para narrar, precisamos de um mundo prefigurado, que se aproxima do viver na sua versão mais indiferenciada e é este mundo que corresponde a *mimesis I*. Ela remete ao universo de elementos culturais e simbólicos, que traduzem o contexto, que subjazem ao texto narrativo, e que por isso, nem sempre estão explicitamente marcados, mas que podem ser percebidos a partir da observação da condução do enredo, com a descrição do ser e agir diante do tema (GONÇALVES, 2017, p.76-77).

Ricoeur (2010) aponta que “toda experiência humana já abre caminho para a narrativa, ou, como ele prefere afirmar, existe uma “estrutura pré-narrativa da experiência”” e com isso, tudo aquilo que está latente, ou seja, encoberto, oculto, disfarçado, ganha existência e passa a ser notado a partir do olhar do autor e da configuração da narrativa pré-configurada.

A *mimesis II*, por sua vez, é o caráter puramente da configuração, que abre o mundo da composição poética. Embora seja onde o caráter estético esteja mais evidente, não pode ser reduzida a isto. É um processo complexo que envolve o tratamento das ações, personagens, o encadeamento ou como Ricoeur (2010) denomina, “o agenciamento dos fatos” em uma intriga (GONÇALVES, 2017, p.77). É nessa fase que eu enquanto leitor, me proponho a compreender a narrativa, suas personagens, o contexto por trás, entre outros, de modo a entender também como se dá a narrativa.

Como forma de construir o último estágio de representação (*mimesis III*), Ricoeur (2010) recorre a Aristóteles, buscando fundamentação a fim de mostrar o quão complexo e necessário é compreender a relação existente entre o leitor e o texto.

Na *mimesis III*, o que Ricoeur (2010) propõe, segundo Gonçalves (2017), não é de modo algum, um estudo de recepção – embora se utilize dela para construir seu percurso teórico –, mas mostrar que autor e leitor estão intimamente interconectados a partir da obra, e que esta, por sua vez, está aberta a novas interpretações.

Após percorrer rapidamente a três *mimesis*, podemos inferir que, sob a ótica do ciclo hermenêutico proposto por Ricoeur (2010), a interpretação de uma narrativa nunca chega a uma conclusão, isto é, a uma resposta definitiva. Isso porque a narrativa deixa um espaço sempre

aberto para uma reinterpretação ou novas e diferentes interpretações, considerando que um mesmo texto pode passar pelas mãos de infinitos leitores. E é justamente por passar por esses novos e diferentes leitores que cada interpretação representa uma experiência única, intervindo assim, nos próprios sentidos da história.

É necessário compreender ainda que o ciclo hermenêutico ricoeuriano diz respeito a um processo cujo caráter é circular, mas que não opera como um círculo vicioso e inflexível, que sempre segue a mesma ordem ou lógica – prefiguração, configuração e refiguração.

Pensando dessa forma, o autor caracteriza o círculo hermenêutico como uma “espiral” e define em breves linhas como considera o círculo da *mimesis*: “quanto a isso, preferiria falar de uma espiral sem fim, que faz a meditação passar várias vezes pelo mesmo ponto, mas numa atitude diferente (RICOEUR, 2010a, p. 124).

Apesar da liberdade que é concedida ao leitor que fará as interpretações sobre o texto, Paul Ricoeur (2010) chama a atenção também para a importância das referências no ato de interpretação de uma narrativa. Poderíamos entender como referências, nas palavras de Gonçalves (2017), “o repertório ou herança cultural e os projetos ético-políticos de determinado contexto histórico, que nos possibilitam “compreender o sentido exposto no mundo da obra e até mesmo apreender o sujeito e sua subjetividade” (GONÇALVES, 2017, p.83).

Contudo, nas narrativas, essas referências não podem ser resumidas apenas a dados extratextuais retirados do “mundo real”. Gonçalves (2017) defende que partir das possibilidades de interpretação, o autor – narrador pode também as construir na própria obra, e contar ainda com a capacidade criativa e a própria carga sociocultural de experiência do leitor, para refigurar essas referências. Já Ricoeur (2010) destaca que “é somente na leitura que o dinamismo de configuração termina seu percurso. E é para além da leitura, na ação efetiva, instruída pelas obras consagradas, que a configuração do texto se transmuta em refiguração” (RICOEUR, 2010c, p.270).

Interpretando a visão ricoeuriana, podemos induzir que, ao colocarmos de lado a questão da referência real nas narrativas, o autor, o leitor ou até mesmo o analista que se dedicará aos textos oferece por meio da narrativa, novas possibilidades de ser no mundo (RICOEUR, 2010). Essas narrativas, por sua vez, mergulhadas num contexto de referência, dão acesso ao real, mas não apenas a ele. Elas levam o leitor a outro mundo – nesse caso, o mundo do texto – que guarda certos níveis referenciais, mas que está pleno de possibilidades interpretativas (GONÇALVES, 2017, p.82).

Dessa forma, a hermenêutica de Ricoeur observa que o leitor ao entrar em contato com a obra, sai de alguma forma transformado. Essa ação revela que a narrativa tem poder de operar

uma mudança no mundo real – pelo menos abrindo novas possibilidades de o leitor agir e sentir. Assim, a refiguração põe em jogo dois mundos – o mundo do texto e o mundo do leitor (RICOEUR, 2010c).

É válido ressaltar aqui que, a relação existente entre seleção, configuração e refiguração não é dada ou imposta, visto que exige reflexividade (sobre as coisas narradas) e interação (com as coisas narradas e os mundos que se cruzam aí – o do texto e o do leitor). Segundo Gonçalves (2017), estamos em um jogo hermenêutico entre referências e interpretações, onde nenhum se sobrepõe ao outro, mas acabam criando limites entre um e o outro e, assim, as obras, os autores e os leitores não estão presos a referências ou interpretações, mas jogam nessa zona mista em que esses elementos são combinados (GONÇALVES, 2017, p.82).

Diante disso, o círculo mimético de Ricoeur (2010) nos mostra que a narrativa projeta não apenas o acontecimento para a inteligibilidade e mesmo notabilidade, mas ambiciona partilhar uma experiência. Nas palavras do filósofo: “porque estamos no mundo e somos afetados por situações, tentamos nos orientar nele por meio da compreensão e temos algo a dizer, uma experiência para trazer para a linguagem e para compartilhar” (RICOEUR, 2010a, p.133).

Além disso, para Ricoeur (2010), a referencialidade se relaciona diretamente com a comunicabilidade, e tal relação representa uma importante propriedade do fenômeno da leitura. Segundo ele, é possível adentrar o problema por qualquer uma dessas extremidades citadas logo acima, de forma que, uma estética da recepção não pode querer abraçar o problema da comunicação sem considerar o da referência, “na medida em que o que é comunicado é, em última instância, para além do sentido da obra, o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte” (RICOEUR, 2010c, p.307).

Guimarães (2022) destaca que, ao falar sobre o horizonte constituído do texto, Ricoeur (2010) tenta fazer uma mediação, propondo uma fusão de horizontes que não para de se produzir. E é por meio da tensão entre um horizonte histórico e o horizonte do presente que o escritor e o leitor acabam por se revelar, cada um como um ser-afetado-pelo-passado.

Essa noção de fusão entre horizontes conduz ao tema que é a questão última dessa hermenêutica da consciência histórica, ou seja, a tensão entre o horizonte do passado e o do presente. O problema da relação entre o passado e o presente vê-se, assim, colocado sob nova luz: o passado nos é revelado pela projeção de um horizonte histórico simultaneamente separado do horizonte do presente e retomado, reassumido nele. A ideia de um horizonte temporal simultaneamente projetado e afastado, distinguido e incluído, termina de dialetizar a ideia de tradicionalidade. O que resta de unilateral na ideia de um ser-afetado-pelo-passado é desse modo superado: é projetado um horizonte histórico que experimentamos, na tensão com o horizonte do

presente, a eficácia do passado, da qual nosso ser-afetado é correlato (RICOEUR, 2010c, p.376).

Para Leal e Sacramento (2019), essa ideia de ser-afetado-pelo-passado remete a ideia de um agir no presente que, a partir de determinada experiência, projeta um olhar sobre os movimentos do tempo. Sinteticamente, esse ser-afetado-pelo-passado pode se manifestar em qualquer momento ou etapa do círculo hermenêutico, seja por meio do autor do texto, seja por meio do leitor desse texto.

Já na visão de Ricoeur (2010), o autor desse texto, a quem ele também chama de testemunha, antes de se expressar através desse texto, foi atingido e afetado de alguma forma por um acontecimento: “antes de se expressar, a testemunha viu, ouviu, experimentou (ou acreditou ver, ouvir, experimentar, pouco importa). Em suma, ele foi afetado, talvez marcado, abalado, ferido, em todo caso, atingido pelo acontecimento” (RICOEUR, 2012, p.337).

Gonçalves (2017) destaca que, muitas vezes, esse ser-afetado-pelo-passado não leva em consideração apenas as experiências pessoais, mas, narrativas anteriores produzidas por antepassados. Recorrer a essas narrativas produzidas por quem viveu anteriormente e as conta através de memórias e experiências, pressupõe recorrer a tradição desses antepassados. E aqui, como forma de explicar mais sobre isso, a gente recorre ao conceito de tradição trabalhado por Ricoeur (2010), que rege a ideia de afetação pelo passado e é dividido em três dimensões, sendo elas: tradicionalidade, tradições e tradição:

1) A tradicionalidade designa um estilo formal de encadeamento que garante a continuidade da recepção do passado; nesse sentido, designa a reciprocidade entre a eficiência da história e nosso ser-afetado-pelo-passado; 2) As tradições consistem nos conteúdos transmitidos na qualidade de portadores de sentido. Situam toda herança recebida na ordem do simbólico e, virtualmente, numa dimensão linguageira e textual. Nesse sentido, as tradições são proposições de sentido; 3) A tradição, enquanto instância de legitimidade, designa a pretensão à verdade (o ter-por-verdadeiro) oferecida à argumentação no espaço público da discussão (RICOEUR, 2010, p.387).

Na visão de Leal e Sacramento (2019), a tradicionalidade a qual se refere Ricoeur (2010), seria uma forma de consciência de atravessamento do tempo, vinculada a fusão de horizontes, ou seja, uma transmissão transcendental da história através de gerações. As tradições, por sua vez, seria o conteúdo que é repassado através dessas gerações, como uma espécie de repertório ou herança cultural, que vem demonstrar que os sujeitos que compõem o círculo hermenêutico – autor ou leitor – sempre vão ocupar inicialmente um lugar de herdeiros do passado. Nas palavras de Ricoeur (2010), “a noção de tradição, tomada no sentido das

tradições, significa que nunca estamos numa posição absoluta de inovadores, mas, sempre, em situação relativa de herdeiros” (RICOEUR, 2010c, p.377).

Rêgo, Barbosa e Gonçalves (2020, p.07) discorrem resumidamente sobre as três dimensões da tradição: “tradição, enquanto autoridade do passado; tradicionalidades, enquanto transmissão intergeracional; e tradições, enquanto domínio de um código comum”. Esses três aspectos da tradição, segundo as autoras, formam o arco hermenêutico de uma construção textual que ganha significado quando lida pelo leitor do presente, que constrói suas interpretações a partir de imagens e lembranças de um passado não adormecido.

Levando em consideração nosso objeto de estudo e partindo da hermenêutica da consciência histórica que nos permite, enquanto ser-afetado-pelo-passado, regressar a um passado não tão distante para conhecer melhor sobre a luta das mulheres para assim, traçar comparações entre o mundo presente que permite que mulheres, independente da raça, cor ou profissão, continuem sendo agredidas; e o mundo passado, que não deve jamais ser esquecido. Para isso, recorreremos as três dimensões da tradição de Ricoeur (2010).

Estudar casos de ataques e agressões a mulheres (no nosso caso, jornalistas) nos leva a adentrar um pouco a história dessas mulheres e a séculos passados onde se tinha uma sociedade estritamente patriarcal, ou seja, baseada na figura do pai ou do marido, regida por um sistema de dominação capitalista e atravessada por questões como o racismo e o machismo, que ao se entrecruzarem com esse sistema, terminam se fortalecendo ainda mais.

Essa sociedade, apesar de evoluída, carrega consigo a tradição nas várias narrativas sobre a maneira de vestir ou de se comportar de uma mulher, que estamos acostumados a escutar; as tradicionalidades que nos são repassadas e reforçadas pelos que vieram anterior a nós, de que a mulher é para casar e para cuidar dos filhos e do marido, repassadas de geração a geração para que não se percam pelo caminho; e a tradição como domínio desse código comum.

As relações de gênero, baseadas na desigualdade e na dominação masculina sobre a feminina, além do forte sentimento de pertença por parte dos homens sobre as mulheres, contribuiu para a prática de uma violência que se arrasta ao longo dos tempos e que já vitimizou tantas mulheres.

Apesar das tantas lutas travadas e das vitórias conquistadas, segue em pleno século XXI causando dor, como no caso das mulheres jornalistas, objeto de estudo dessa pesquisa que, vítimas da desinformação presente nas narrativas do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, foram vítimas de ataques e agressões por parte do mesmo.

De modo a compreender melhor esses ataques, eu, enquanto autora do presente trabalho, lanço mão das minhas experiências e visões que serão confrontadas com o mundo do texto em

uma dimensão analítica e, sobretudo, reflexiva, e me proponho sem qualquer interesse de fazer uma interpretação última, definitiva e acabada, a regressar à história de modo a compreendê-la melhor, relacionando os acontecimentos presentes com a violência praticada em tempos passados contra essas mulheres.

Partindo da perspectiva de que as narrativas selecionadas podem se tratar de uma opinião pessoal, mas também, podem representar a visão de um grupo ou categoria, levamos em consideração que a desinformação contribuiu para que outros ataques contra outros profissionais, grupos, etc. fossem praticados também.

Faremos isso no capítulo seguinte, onde analisaremos, através da hermenêutica da consciência histórica de Paul Ricoeur (2010), as narrativas previamente selecionadas.

## 6. ATINGIDAS PELA DESINFORMAÇÃO: TRÊS CASOS DIFERENTES E UM MESMO ATAQUE

Neste capítulo, seguimos com a análise e interpretação das narrativas que resultaram nos ataques do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, as mulheres jornalistas no âmbito da profissão, a fim de investigar como a desinformação proferida por Jair Bolsonaro sobre as mulheres jornalistas potencializou a violência de gênero nos casos aqui observados.

O recorte temporal deste trabalho compreende os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, período em que Bolsonaro esteve à frente da presidência da República. Sobre o ano de 2021, apesar de selecionado, não encontramos nada específico que pudesse contemplar o que nossa pesquisa busca, dessa forma, nenhum caso foi analisado, apesar de existirem vários de ataques as mulheres jornalistas, contudo, não dentro do que nos propomos a falar aqui. E sobre 2022, vale ressaltar que, por se tratar justamente do período de escrita da dissertação, somente fará parte do recorte os oito primeiros meses do citado ano. Além disso, duas situações diferentes envolvendo uma mesma profissional pôde ser observado, conforme mostraremos adiante.

Definido o recorte temporal, partimos agora para o *corpus* de análise sobre o qual nos debruçamos neste trabalho. E ao pesquisar ataques do ex-presidente a profissionais de imprensa, inúmeros foram os resultados encontrados, mas por trabalharmos aqui com a desinformação como pano de fundo para esses ataques, selecionamos aqueles que melhor representassem o que buscamos.

Devemos deixar claro aqui que, a amostragem feita neste trabalho é intencional, o que significa que as narrativas foram selecionadas de modo a buscar contemplar de maneira mais eficaz possível, os objetivos propostos por essa pesquisa, seguindo o pensamento de Laville e Dionne (1999). Na conceituação de Gaya (2016), uma amostra intencional é definida basicamente por uma aplicação de “critérios previamente definidos e por um esforço deliberado para se obter amostras representativas mediante a inclusão de áreas típicas ou grupos supostamente capazes de fornecer as informações necessárias à investigação” (GAYA, 2016, p.277).

Dessa forma, a amostra intencional deste trabalho é composta por 4 narrativas referentes a três mulheres jornalistas, tendo uma mesma jornalista passado por duas situações diferentes de ataques em anos também diferentes, sendo elas:

CASO	ANO
Caso Constança Rezende	2019
Caso Patrícia Campos Mello	2020
Caso Vera Magalhães	2020
Caso Vera Magalhães	2022

Tabela 01 – Amostra dos jornais selecionados. Fonte: Elaboração própria.

Importante reforçar ainda que, neste processo interpretativo, enquanto fazemos as análises dos casos escolhidos, nos colocamos em posição de *mimesis III*, significando que, a interpretação das narrativas faz parte de um processo dialético, onde o mundo do texto e mundo do leitor se atravessam.

Posto isso, iniciamos aqui nossa análise a partir dos casos abaixo.

### 6.1 Caso 1 – Jornalista Constança Rezende

A primeira narrativa analisada corresponde ao ano de 2019. Trata-se de um caso envolvendo o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, e a jornalista Constança Rezende, que na época, trabalhava no jornal ‘O Estado de S. Paulo’.

A síntese do caso consiste em uma acusação do ex-presidente contra a jornalista, onde ele afirma, após publicação em suas redes sociais pessoais, que Constança Rezende queria arruinar a vida de seu filho Flávio Bolsonaro, Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro. Além disso, segundo afirmação de Bolsonaro, a jornalista queria ainda, o *impeachment* do ex-presidente.

Em publicação, Bolsonaro afirma: “Constança Rezende, do O Estado de SP diz querer arruinar a vida de Flávio Bolsonaro e buscar o Impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Ela é filha de Chico Otavio, profissional do “O Globo”. Querem derrubar o Governo, com chantagens, desinformações e vazamentos”. Brasil, 10 de março de 2019, 20h e 51min. A mensagem foi postada pelo ex-presidente em sua conta pessoal no *twitter*<sup>22</sup>.

A mensagem de Jair Bolsonaro em sua rede social pessoal em seu primeiro ano de governo não é fato novo. Desde sua campanha eleitoral, em 2018, que as redes sociais foram o

<sup>22</sup>Uma rede social e um serviço de microblog, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, por meio do website do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento. Fonte: Wikipedia.

meio utilizado por Bolsonaro para fazer campanha com a justificativa de que, através delas, o ex-presidente poderia estar mais perto de seus eleitores e se comunicar com aqueles que estavam indecisos, mas que poderiam vir a ser possíveis eleitores. No entanto, a escolha do ex-presidente evidencia a relação conflituosa que existia entre Bolsonaro e a imprensa, antes dele ser eleito presidente da República.

Afirmando querer “inovar” na política, Bolsonaro rompeu com os demais meios de comunicação a que estávamos acostumados, e fez com que as redes sociais se tornassem, nas eleições de 2018, o principal meio de comunicação entre político e eleitor, deixando para trás, de certa forma, os meios tradicionais e o tempo de propaganda eleitoral que, apesar de ainda serem fatores poderosos na hora de definir o voto brasileiro, começaram a perder espaço com a presença das redes sociais que têm se apresentado como uma crescente fonte de informação para o eleitor.

O *tweet* de Bolsonaro trazia ainda, trechos de uma conversa envolvendo a repórter e uma pessoa não identificada, além de um áudio com trechos desse diálogo.



Figura 1: Imagem do *tweet* postado por Jair Bolsonaro sobre Constança Rezende. Fonte: Reprodução.

A acusação de Jair Bolsonaro contra Constança Rezende, que provou ser falsa (como explicaremos mais adiante), reflete dois pontos que merecem atenção: primeiro, a prática também adotada na campanha de 2018, de uso das redes sociais para a propagação em larga escala de desinformação, com o claro objetivo de minar o oponente, confundir o leitor/eleitor e trazer para si, com notícias falsas, o voto. E segundo, a descredibilização da imprensa que, neste começo de século, tem sido alvo da desinformação e com isso, vê hoje sua credibilidade contestada.

Sobre o primeiro ponto, a *fake News* sobre o Kit Gay é um claro exemplo dessa prática, quando, durante campanha contra seu adversário Fernando Haddad (PT), Bolsonaro em postagem nas redes sociais e em entrevista à rádio Jovem Pan, atribuiu a ele a responsabilidade pela criação do material que, segundo ele, seria distribuído nas escolas. Constatou-se, após a divulgação, que o material composto por um caderno e peças impressas e audiovisuais foi encomendado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados ao Ministério da Educação (MEC) e elaborado por um grupo de ONGs especializadas, em conformidade com as diretrizes de um programa do governo federal lançado em 2004. A cartilha tinha como principal objetivo, promover “valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual”.

Contudo, essa desinformação propagada não é característica da sociedade atual, mas uma herança cultural que atravessa séculos fazendo vítima e gerando consequências drásticas e irreversíveis as sociedades por onde passam. O holocausto e a ditadura civil-militar no Brasil, que mataram milhares de pessoas, são também exemplos da disseminação de desinformação. Percebemos, com isso, que aqui se manifesta o conceito de tradição que, na concepção de Ricoeur (2010), se divide em três dimensões: tradição (autoridade do passado), tradicionalidade (transmissão intergeracional) e tradições (domínio de um código em comum).

A desinformação propagada na Alemanha de Hitler e no Brasil de Bolsonaro, por meio de uma ou de várias narrativas falsas e avassaladoras, são uma herança na ordem do simbólico (tradições) transmitida através das gerações (tradicionalidade) respaldada na tradição enquanto autoridade do passado.

Trazendo esse exemplo e fazendo a comparação com o holocausto, eu, enquanto autora, ajo como um ser-afetado-pelo-passado. Isto é, a configuração dessa narrativa em *mímesis II* só foi possível graças a uma prefiguração do mundo por mim experienciado em *mímesis I*, tudo isso até a narrativa concluir seu percurso, sendo publicada nas páginas dos jornais e dos sites de pesquisa, veiculada nas emissoras de rádio e TV e se tornando acessível ao leitor, em *mímesis III*.

O *tweet* publicado por Bolsonaro, todavia, não foi por acaso. O ex-presidente reforçou, assim como divulgou também uma narrativa falsa publicada antes pelo site *Terça Livre* (portal de notícias que ganhou destaque nas eleições de 2018 devido à proximidade com a família Bolsonaro, mantendo-se como uma das plataformas mais populares na sua defesa, produzindo conteúdos alinhados com o conservadorismo e com as ideias da extrema direita brasileira. Foi extinto em outubro de 2021), que reunia ativistas conservadores e simpatizantes de Jair Bolsonaro.

De acordo com o site, a declaração sobre arruinar Flávio Bolsonaro e querer o *impeachment* do ex-presidente Bolsonaro teria sido dada pela própria Constança Rezende em entrevista a um jornalista francês, onde na conversa, ela falava sobre sua atuação na cobertura jornalística das movimentações financeiras atípicas de Fabrício de Queiroz, ex-motorista e ex-assessor de Flávio Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Baseado nas informações falsas publicadas pelo *Terça Livre*, grupos governistas e apoiadores do ex-presidente promoveram uma série de postagens nas quais acusavam o Estado de “mentir” na cobertura do caso Flávio Bolsonaro.

Constança Rezende, vítima da desinformação propagada por Bolsonaro e apoiadores; e as manifestações feitas por manifestantes pró-Bolsonaro sobre a cobertura do caso Flávio Bolsonaro evidenciam o momento crítico enfrentado pelo jornalismo enquanto instituição social que, neste começo de século, em virtude da disseminação desenfreada e sem precedentes da desinformação, teve sua credibilidade colocada à prova.

Na era da pós-verdade, o papel do jornalista passa a ser questionado, assim como aconteceu com Constança, uma vez que a ligação da imprensa com os fatos e o poder de indicar ao público o que acontece por meio deles perde força, ganhando espaço as narrativas críveis, produzidas pelo público e sustentadas pela crença, como a narrativa criada pelo *Terça Livre* e divulgada por Bolsonaro.

Narrativa essa que ficou comprovada ser falsa. Informações do ‘O Estadão’ comprovaram que o áudio presente no *twitter* de Bolsonaro apresentava frases distorcidas com a finalidade de prejudicar a jornalista diante da sociedade e associá-la a um possível *impeachment*, responsabilizando-a pela ruína de Flávio Bolsonaro. Os trechos desse áudio foram retirados de uma conversa que ela teve em 23 de janeiro com uma pessoa que se apresentou como Alex MacAllister, suposto estudante americano, interessado em fazer um estudo comparativo entre Donald Trump e Jair Bolsonaro e, para isso, procurou Constança com o objetivo de buscar informações que pudessem lhe ajudar.

A gravação do diálogo que foi apresentada como prova para desmentir a desinformação espalhada em rede social pelo ex-presidente, comprova que Constança não fala em “intenção de arruinar governo ou presidente”. A conversa que se deu em inglês tem frases truncadas e com pausas, e apenas trechos selecionados foram divulgados com o mero intuito de propagar desinformação e desacreditar a profissional.

A publicação de Bolsonaro gerou fortes reações, tanto de entidades brasileiras, como de políticos também, que acusaram o ex-presidente de divulgar desinformação e difamar a jornalista com o objetivo de desqualificar as suspeitas existentes contra seu filho Flávio Bolsonaro. Como de costume em casos como esse, Constança foi fortemente atacada nas redes sociais por seguidores de Bolsonaro, que não só acreditaram no que dizia Bolsonaro, como divulgaram sua narrativa falsa também. Além disso, a família da jornalista também virou alvo de ataques.

A comprovação de que os trechos retirados da conversa entre Constança e Alex foram modificados, evidencia que a jornalista brasileira foi vítima de desinformação ao ter seu nome associado a Flávio Bolsonaro e a um possível *impeachment*, propagada não só pelo site *Terça Livre*, como pelo presidente Jair Bolsonaro, chefe de Estado que deveria prezar pela veracidade das informações que repassa a sociedade.

Não bastasse isso, Bolsonaro atacou a jornalista acusando-a de algo que não aconteceu e abriu brechas para que seus apoiadores a atacassem também. Os ataques a imprensa, assim como a disseminação de desinformação, foi prática recorrente do ex-presidente nos quatro anos em que esteve à frente da presidência da República. No rol desses ataques, mulheres jornalistas eram as vítimas prediletas do ex-presidente.

Ao se dirigir a elas, suas falas sempre acompanhadas de machismo, misoginia, racismo, ironia e em alguns casos, insinuações de cunho sexual, evidenciavam o prazer que existia nele ao atacar, agredir mesmo que verbalmente, ferir, desonrar, humilhar e questionar a capacidade dessas profissionais.

Os inúmeros ataques envolvendo as jornalistas demonstram a dificuldade que é ser mulher, independentemente da profissão escolhida, e deixam claro que, apesar das tantas lutas travadas ao longo dos tempos por mais direitos e igualdade, se faz necessário continuar lutando. Muito já foi conquistado, inclusive, a participação dessas mulheres na esfera pública, que antes só era permitido aos homens, visto a mulher ser reservado apenas a esfera privada, da casa do marido e dos filhos; e em uma profissão que antigamente, somente o masculino poderia exercer.

No entanto, os sentimentos de pertença e dominação do homem sobre a mulher, manifestados através do machismo e do patriarcalismo, ainda atravessam fortemente as

sociedades fazendo vítimas que se recusam a essa submissão imposta pelo gênero masculino sobre o feminino. Mais uma vez nos deparamos com uma herança cultural que dita a mulher e ao homem como serem manifestada no conceito de tradição de Ricoeur (2010), transmitida através de gerações (tradicionalidade) e respaldada na tradição enquanto autoridade de um passado que ficou pra trás, mas insiste em se fazer presente.

O caso Constança Rezende demonstra o poder que a desinformação possui: se alastra rapidamente pela sociedade; é comprada facilmente por pessoas que se negam a acreditar na verdade e possuem ideias, opiniões e crenças próprias, negando tudo aquilo que seja passível de comprovação; e causam estragos inimagináveis.

Constança é apenas uma das tantas vítimas de Bolsonaro. Apesar de ter a história esclarecida, foi atacada, injustiçada, desacreditada e desmoralizada perante uma sociedade que rejeita a verdade, acredita em achismos e encontra na desinformação, o caminho mais fácil para ecoar o machismo, a misoginia e o preconceito que atravessa o tempo.

## **6.2 Caso 2 – Jornalista Patrícia Campos Mello**

Os ataques de Jair Bolsonaro à imprensa eram mais corriqueiros do que se imagina. Ao longo de seu mandato, o ex-presidente colecionou participações em inúmeros episódios de ataques e agressões a jornalista, sobretudo, a jornalistas mulheres.

A segunda narrativa analisada aqui, corresponde ao ano de 2020 e traz a jornalista, comentarista e escritora Patrícia Campos Mello, do Jornal Folha de São Paulo, como a vítima da vez.

No lamentável episódio envolvendo a jornalista e o ex-presidente da República, a síntese do ataque consiste em um insulto de cunho sexual proferido por Bolsonaro contra Patrícia. Durante entrevista em frente ao Palácio da Alvorada, no exercício da profissão, a jornalista foi atacada, ofendida e acusada de “querer dar o furo a qualquer preço” por Jair Messias Bolsonaro.

No jargão do jornalismo, furo é um termo usado para designar a obtenção e divulgação de uma notícia exclusiva. Mas, no contexto usado pelo presidente, o termo acabou sendo instrumentalizado por Bolsonaro como um insulto sexual.

A ofensa de cunhos machista e misógino, que jamais deveria ter sido proferida, ainda mais com uma mulher no exercício de sua profissão, onde diversos profissionais, políticos e demais pessoas estavam presentes também, foi motivada, segundo o ex-presidente, após Patrícia Campos Mello publicar em 2018, durante campanha eleitoral, uma reportagem sobre um esquema irregular de disparo de mensagens via WhatsApp, beneficiando o então candidato

à presidência pelo PSL, Jair Bolsonaro que, em 2018, optou por usar as redes sociais para fazer campanha.

A ofensa de Bolsonaro a jornalista, acompanhada da insinuação de cunho sexual, não é novidade. Conhecido por ser uma pessoa machista, misógino, racista, homofóbico, entre outros, enquanto deputado federal, o ex-presidente utilizou a tribuna para ofender a também deputada Maria do Rosário, afirmando que ‘só não a estupraria porque ela não merecia’. Apesar dos anos passados, a afirmação de Bolsonaro enquanto deputado e a atitude enquanto presidente reafirmam o sentimento de poder e dominação existente nele, e evidenciam um machismo e uma misoginia que o ex-presidente nunca fez questão de esconder.

Aqui, comparando as situações que ocorreram em 2020 e em 2014, observamos que a prática da misoginia que se arrasta no tempo e que já fez tantas vítimas, apesar das inúmeras lutas do Movimento Feminista, tem sido recorrente na sociedade, evidenciando um machismo estrutural e enraizado, passado de geração a geração por diferentes meios que, através do ex-presidente, ganha voz, corpo e atua com tons bem mais violentos, fazendo vítimas independentemente da cor, da raça ou da profissão.



Figura 2: Imagem recortada de um vídeo disponível no Youtube sobre o insulto de Jair Bolsonaro a jornalista Patrícia Campos Mello. Fonte: Youtube.

A reportagem foi escrita por Campos Mello em 2018. Porém, somente em 2020, já eleito presidente, Bolsonaro fez questão de pessoalmente, atacar e ofender a profissional, fazendo insinuações de cunho sexual com o claro objetivo de desonrar, desmoralizar e desqualificar a jornalista que estava participando da coletiva a trabalho. Mais um episódio de descredibilização da imprensa e dos profissionais protagonizado pelo ex-presidente que ataca justamente quando se sente ameaçado. Nesse caso, a ameaça era a reportagem de Patrícia Campos Mello sobre o esquema de disparo ilegal de mensagens durante a campanha eleitoral.

Após a apuração do jornal Folha de São Paulo e com a publicação da matéria escrita por Patrícia em 2018, evidenciou-se um esquema de envios de mensagens que funcionava a partir do uso fraudulento de nomes e CPFs de idosos registrados em chips de celulares. A apuração do caso só foi possível graças aos documentos e relatos que estavam em posse de Hans River do Nascimento, ex-funcionário da *Yacows*, empresa especializada em marketing digital e acusada de envolvimento no esquema ilegal.

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito das *Fake News*, em 2020, River, sem apresentar qualquer prova, afirmou que a jornalista, em busca de mais informações sobre o caso, teria tentado “se insinuar sexualmente para ele”. A declaração dele foi endossada na ocasião pelo deputado Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente, à época também filiado ao PSL de São Paulo, e reproduzida nas redes sociais por apoiadores de Bolsonaro.

As declarações de Hans River foram prontamente desmentidas pelo jornal Folha de São Paulo com base em mensagens de texto e áudios que mostravam o teor das conversas entre a repórter e o ex-funcionário da *Yacows*. Como tantas outras mulheres, Patrícia Campos Mello desonrada e desmoralizada publicamente durante a CPI e nas redes sociais também, tendo seu trabalho enquanto jornalista questionado e prejudicando perante a sociedade.

A fala de River, além de reforçar o machismo e a misoginia presentes em pleno século XXI, dá o reforço necessário a tese machista que perdurou e ainda perdura na sociedade de que a mulher se utiliza de seu corpo como objeto sexual para conseguir benefícios e vantagens. Na verdade, a mulher, durante anos, foi e ainda é vista como objeto sexual dos homens que, não aceitando a ruptura dessa dominação, partem para o ataque causando, muitas vezes, dor e sofrimento, e levando a morte.

Impregnado na cultura da sociedade (machista, patriarcal e dominante) há tempos como uma maneira de desacreditar e desmerecer o trabalho realizado por profissionais mulheres, essa tese ganha forças quando encontra não apenas homens, mas outras mulheres que também o reverberam, como o caso dos apoiadores e apoiadoras do ex-presidente.

No caso das mulheres jornalistas, essa tese existe desde que as redações passaram a abrigar essas profissionais e questionadas por sua capacidade ou nível intelectual, quando uma mulher assumia um cargo de chefia ou se saía bem em uma reportagem, por exemplo, insinuava-se que outros meios foram utilizados para chegar aonde estava. Comparando o século XX, onde essa tese era fortemente disseminada, com o século XXI, afirmamos que esse pensamento persiste no tempo presente, mais forte do que imaginamos.

Não se trata aqui, de uma mera opinião minha enquanto autora: o mundo do texto configurado (em *mimesis II*) é constituído por dados concretos, como as insinuações de Jair Bolsonaro e de Hans River, por exemplo, e por uma profunda análise em cima desses e de outros casos já debatidos. No entanto, em terceira *mimesis*, a reflexão que surge é a de que, mesmo nos dias atuais, essa questão continua sendo levantada e necessita de discussão.

Dessa forma, que mundo é esse que permite que as mulheres sejam vistas como objeto sexual e não como seres que são dotados de capacidade para chegarem onde querem e serem bem sucedidas, por exemplo? O mesmo mundo que permite que machismo, patriarcado e misoginia passem pela sociedade isentos de punição, fazendo vítimas pela roupa que usava, pela maneira como se comportava, por romperem relações tóxicas e abusivas, por não aceitarem como são tratadas.

Nesse sentido, mundo do texto e mundo do leitor se cruzam por meio do círculo hermenêutico, transcendendo um lapso temporal que atravessa séculos.

Vítima de ataque de gênero e de desinformação também, apesar das provas apresentadas, o nome de Patrícia Campos Mello circulou livremente nas redes sociais, levando os apoiadores do clã Bolsonaro a atacarem a jornalista. E apesar de se saber de onde partiu, quem ajudou a criar e quem encaminhou, nada foi feito para impedir ou punir os envolvidos.

Os ataques misóginos contra Campos Mello provocaram a indignação de vários setores da sociedade brasileira e evidenciaram ainda mais o funcionamento da máquina “bolsonarista” (termo utilizado para intitular os apoiadores de Bolsonaro) que ataca profissionais, fere a honra e assassina reputações nas redes sociais, que mira com especial malignidade, mulheres jornalistas que desagradem a Bolsonaro, seus filhos e apoiadores.

Ataques como esse não apenas colocam em risco a segurança e a integridade de jornalistas, como no caso de Patrícia que, além de atacada moralmente, foi vítima de desinformação; mas tentam também, silenciar vozes e diminuir o trabalho feito por mulheres (que já não é reconhecido) que se empenham diariamente a levar informação a milhares de brasileiros, prejudicando, dessa forma, a liberdade de imprensa existente.

Um claro relato de machismo, misoginia, sexismo e abuso de poder somado a desinformação espalhada com o intuito de confundir, desacreditar, atacar e prejudicar o jornalismo que constantemente tem sido posto à prova e os jornalistas, atacados, agredidos e desmoralizados por quem acredita na verdade que lhe convém.

### **6.3 Caso 3 – Jornalista Vera Magalhães**

O terceiro e último caso analisado corresponde aos anos de 2020 e 2022, envolvendo a mesma jornalista – vítima dos ataques do ex-presidente Jair Bolsonaro duas vezes – conforme descrito anteriormente neste trabalho.

Aqui, nos dedicamos a analisar a narrativa que culminou nos ataques contra a jornalista Vera Magalhães, iniciando pelo ano de 2020. Ao final, faremos a análise do episódio ocorrido no ano de 2022.

A síntese dos ataques corresponde a uma publicação feita pelo ex-presidente Bolsonaro no aplicativo de troca de mensagens WhatsApp e, posterior a isso, a divulgação dessa informação por parte da jornalista, radialista, comentarista política e apresentadora Vera Magalhães.

De acordo com informações dos sites jornalísticos, blogs e da própria divulgação de Vera, a publicação do ex-presidente dizia respeito a dois vídeos publicados no WhatsApp convocando a população para as manifestações a favor do governo e contra o Congresso Nacional e o Poder Judiciário, que ocorreria em 14 de março daquele ano.

Embora as informações coletadas e os textos analisados não venham falando explicitamente de ataques e atentados contra a democracia ou contra o poder judiciário, tomamos a liberdade de utilizar essas palavras (ataques e atentados), colocando em prática aquilo que Ricour (2010) chama de “terminar a obra”, atualizando-a em leitura.

A justificativa para isso são os episódios de envolvimento em ataques a democracia e ao Supremo Tribunal Federal (STF) colecionados por Bolsonaro desde que assumiu a presidência da República. Segundo ele próprio, “a queda de braço é com o judiciário como um todo”. Em um desses episódios, chegou a suspeitar da veracidade das urnas eletrônicas que o elegeram em 2018, levando milhares de apoiadores seus a também repetirem a prática do ex-presidente. Em outro, declarou publicamente que não cumpriria as ordens vindas do ministro Alexandre de Moraes. Em outro, fez questão de atacar publicamente ministros, como o Ministro Luís Roberto Barroso.

Com acesso a essa publicação, a jornalista então a divulgou em suas redes sociais e logo depois, passou a ser vítima dos ataques de Bolsonaro.

Os ataques a Vera Magalhães aconteceram publicamente, durante entrevista realizada na entrada do Palácio da Alvorada (situação parecida com a que envolvia Patrícia Campos Mello, porém, sem incitação de cunho sexual) e em transmissão ao vivo no *Facebook*, onde o ex-presidente acusou a jornalista de publicar *fake News* envolvendo seu nome.

A prática de Bolsonaro de atacar quando se sente ameaçado não é novidade. Em outras situações, o ex-presidente utilizou a mesma estratégia para “virar” história a seu favor, vitimizandose e jogando a culpa em quem achar melhor. Entre os alvos preferidos do ex-presidente para isso, está a imprensa, mas sobretudo, mulheres jornalistas que, na visão dele, são mais fáceis de atacar e exercer um poder simbólico por trás, reforçando, mais uma vez, seu perfil machista e misógino.

Porém, não bastou a acusação do crime, Vera teve seu nome e sua foto usados em uma conta falsa no aplicativo de troca de mensagens WhatsApp, criada indevidamente e sem o seu conhecimento por apoiadores de Bolsonaro com o mero objetivo de enviar mensagens falsas em nome da jornalista.

Mais uma tentativa de descredibilização da imprensa envolvendo Bolsonaro, dessa vez, através de seus apoiadores. A prática, associada a ataques e divulgação de *fake News* prejudica não apenas o jornalismo, que vê a liberdade de imprensa no Brasil ameaçada, e nem seus profissionais, que diariamente são hostilizados com ataques, ofensas, intimidação e descredibilização, a exemplo de Vera. Mas prejudica a sociedade democrática como um todo, que vê os rumos da democracia em risco.

Enquanto ser-afetado-pelo-passado, associar a democracia em risco ao que aconteceu há poucos anos atrás, em uma Ditadura Civil-Militar que retirou direitos, torturou pessoas, matou outras tantas, instituiu a censura e assombrou o país por um longo período de 21 anos, é uma tentativa de nunca esquecer o que aconteceu, mesmo não tendo vivido esse momento; e de evitar que situações como essa se repitam novamente. A imprensa exerce papel fundamental no sentido de contribuir para a conquista, manutenção e aperfeiçoamento da democracia, mas também, fazendo questão de lembrar esse período sempre que possível para que não aconteça de novo nunca mais.

Somado a isso, os apoiadores de Bolsonaro, responsáveis pela conta e pelo envio de mensagens falsas ainda expuseram a vida pessoal da jornalista com fotos de uma cobrança de débito de 2015, por parte da escola onde os filhos da jornalista estudavam. Uma situação de desmoralização, intimidação e hostilização contra a profissional.

Não bastasse ser acusada de *fake News*, ter seu nome e sua foto envolvidas em envios de mensagens falsas e sua vida pessoal exposta de maneira fria, calculista e com o objetivo de atacar, ofender, humilhar e desacreditar Vera enquanto mulher, mãe e profissional, a jornalista também foi vítima de comentários machistas e misóginos, como o comentário feito pela ex-deputada federal de Minas Gerais, Alê Silva (deputada à época e filiada ao PSL), que postou uma mensagem afirmando que Vera, assim como Patrícia Campos Mello, também “está louca para dar o...furo”, reproduzindo o insulto de cunho sexual feito pelo ex-presidente Jair Bolsonaro a jornalista Campos Mello, naquele mesmo ano, como já citado aqui.

Enquanto mulheres, estamos acostumadas a sermos vítimas dos ataques e das ofensas machistas e misóginas vindas dos homens, mas quando nos deparamos com uma situação como o comentário feito pela ex-deputada Alê Silva, enxergamos que é preciso um debate maior em cima do termo sororidade e que as ofensas dirigidas a Vera Magalhães, proferidas por uma mulher, pode ser naturalizada por indivíduos que não enxergam a violência de gênero como ruptura dos princípios de igualdade, liberdade e dignidade humana, como no caso da própria ex-deputada.

Casos como o de Vera e o de Patrícia evidenciam ainda mais o cenário hostil para o exercício da profissão neste começo de século, enfrentado por mulheres jornalistas no dia a dia. São ataques a reputação e a moral usando a sexualidade ou traços sexistas de personalidade para ofender violentamente essas profissionais, desacreditando-as perante a profissão e humilhando-as diante da sociedade.

Um mês depois, Vera Magalhães foi novamente atacada por Bolsonaro e acusada pelo ex-presidente de ter mentido em suas reportagens. O ataque da vez se deu durante coletiva de imprensa que tratava de medidas de combate a pandemia do novo coronavírus. Em sua fala, Bolsonaro disse que “a jornalista Vera Magalhães, que foi uma mentirosa sem qualquer compromisso com a verdade, está divulgando que eu faria um movimento dia 31 de março na frente dos quartéis”, afirmou incorretamente o ex-presidente.

Além da fala incorreta e da ofensa contra Vera, o ex-presidente disse ainda que “esse tipo de profissional não merece respeito no Brasil”, desacreditando mais uma vez, Vera Magalhães e toda a classe de mulheres que fazem o jornalismo brasileiro.

A afirmação de que Vera Magalhães teria noticiado que o presidente estaria fazendo convocações para o dia 31 de março não é verídica e ficou provada pelo site BR Político, onde a jornalista noticiou na terça-feira (17 de março) que atos estão sendo convocados para o dia 31, mas em momento algum atribuiu a iniciativa dos mesmos ao ex-presidente.

Novamente, um episódio de descredibilização da imprensa protagonizado por Jair Bolsonaro envolvendo mulheres, confirmando a premissa de que a prática fez parte do seu governo e que no rol dos ataques, as vítimas preferidas eram mulheres.

Dois anos mais tarde, Vera Magalhães voltou novamente a ser vítima dos ataques de Jair Bolsonaro. Aqui, nos dedicamos a analisar a narrativa que culminou nos ataques contra ela, fazendo a análise do episódio ocorrido dessa vez em 2022.

O ataque, por sua vez, aconteceu durante campanha eleitoral no mesmo ano, em um debate entre os presidentiáveis realizado pela TV Band, em agosto.

Vera Magalhães, jornalista e apresentadora do programa Roda Viva, da TV Cultura, conduzia o debate entre os candidatos e falando sobre vacinas contra a COVID-19, a apresentadora questionou o candidato Ciro Gomes (PDT), a respeito da vacinação contra a doença. Na mesma ocasião, a jornalista criticou a gestão de Bolsonaro e afirmou que a cobertura vacinal no Brasil vinha despencando nos últimos anos. Sobre isso, ela questionou em que medida Ciro Gomes achava que a desinformação sobre as vacinas, difundida inclusive pelo ex-presidente da República, poderia ter contribuído para essa baixa nos números de pessoas vacinadas.

Ciro Gomes respondeu o questionamento de Vera e após isso, Bolsonaro rebateu as acusações da jornalista.

Não respondendo sobre a questão da vacinação, o ex-presidente da República atacou mais uma vez Vera. O ataque da vez consistiu em uma ofensa machista e de cunho sexual, onde o ex-presidente disse, em rede nacional, que “Vera dormia pensando nele e que ela tinha alguma paixão por ele”. Bolsonaro disse ainda que em um debate como aquele, a jornalista não poderia tomar partido e fazer acusações mentirosas a seu respeito.



Figura 3: Imagem retirada do vídeo onde Bolsonaro ataca Vera Magalhães em Debate na TV Band. Fonte: Instagram do Correio Braziliense.

Além da fala machista e misógina, e da insinuação sexista contra a jornalista, Jair Bolsonaro atacou Vera afirmando que ela era uma vergonha e se defendeu dizendo que não estava atacando mulheres.

Os insultos e as ofensas de Bolsonaro a Vera Magalhães assemelha-se aos ataques realizados contra a jornalista Patrícia Campos Mello, evidenciando que tanto Vera como Patrícia sofreram violência de gênero. Esse tipo de acontecimento realça a fragilidade da democracia brasileira por ferir o pressuposto maior do regime: a igualdade entre os seres humanos, sem distinção de qualquer natureza.

Mas além disso, nos leva a refletir que apesar das lutas por igualdade, respeito e segurança e de alguns direitos já conquistados ao longo dos tempos, nos deparamos diariamente com o machismo e a misoginia que insistem em atravessar as sociedades por meio do conceito de tradição de Ricoeur (2010). As falas de Bolsonaro contra essas mulheres são uma herança da ordem do simbólico (tradições) transmitidas através das gerações (tradicionalidade) respaldada na tradição enquanto autoridade do passado.

Apesar dos avanços já conquistados, temos uma sociedade que não se transformou completamente, atravessada por preconceitos enraizados, frutos de uma estrutura dominante. Muito já foi conquistado, mas ainda há muito mais a se conquistar.

Durante os anos em que estive à frente do governo, Jair Messias Bolsonaro nunca fez questão de esconder o perfil de homem machista, misógino, sexista e cruel que é. Ao contrário, exerceu com crueldade o sentimento de poder que lhe domina, fazendo centenas de vítimas, sobretudo, mulheres, atacando, ofendendo, hostilizando, humilhando, ferindo e desonrando qualquer uma que cruzasse o seu caminho.

Os amplos, recorrentes e facilmente listáveis ataques de Bolsonaro as mulheres seguem, até hoje, muitas vezes sem punição, abrindo espaço para que outros novos continuem acontecendo dia após dia, reverberando um sentimento que por mais de vinte anos esteve adormecido e que encontrou no governo do ex-presidente, o momento e o lugar perfeito para ecoar, fazendo vítimas, causando dor e sofrimento.

A análise e interpretação das narrativas nos casos aqui escolhidos possibilitaram a autora regressar a alguns momentos da história, onde o contato se deu apenas por textos presente em livros, revistas e alguns documentos. Enquanto ser-afetado-pelo-passado, foi possível observar que muito foi feito, mas não o suficiente para evitar que mulheres, independentemente da cor, da raça e da profissão, seguissem sendo atacadas, agredidas e mortas todos os dias.

Essa possibilidade de retornar ao passado, fazer comparações e atualizações não representam uma fragilidade do texto natural, mas ao contrário, a capacidade que um texto

possui de ser comparado a textos anteriores e permanentemente atualizado por meio de novas interpretações, o torna imortal, sempre aberto para novas e antigas leituras.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui, encerramos mais uma jornada confiantes de que o que foi apreendido, analisado e discutido nesta pesquisa, renderá frutos para outras pesquisas, novas e necessárias. Percorremos vários mundos até chegar nestas considerações finais e durante o caminho, contamos com autores importantes que nos permitiram um mergulho na história e o contato com temas também importantes e de necessária discussão no século atual.

Este trabalho começou bem antes de sua escrita e é resultado de uma inquietação por parte de sua autora. Durante o percurso até chegar nessas páginas, misturou estudos em várias áreas das ciências humanas e foi preciso ir além dos casos de ataques e agressões contra mulheres jornalistas (*mímesis II*). Antes, em um exercício de prefiguração (*mímesis I*), nos aprofundamos sobre outros temas (que complementaram e deram sentido a nossa pesquisa), como a desinformação, o autor dos ataques (o ex-presidente Jair Bolsonaro) e a filosofia, que juntos, possibilitaram a interpretação do nosso objeto. Os diversos conteúdos aos quais tivemos acesso contribuíram para além da escrita e foram responsáveis por um entendimento pessoal que não existia antes.

Finalmente, após percorrer todo esse caminho e nos depararmos com os três casos contra as jornalistas Constança Rezende, Patrícia Campos Mello e Vera Magalhães, selecionados por meio de amostra intencional, pudemos observar que a violência contra mulheres jornalistas, praticadas através de ataques e agressões, associada à ofensiva da desinformação, deixa claro e evidente o risco não apenas para as profissionais, mas para os meios de comunicação no geral e o exercício da profissão como um todo, atingindo, conseqüentemente, direitos básicos como liberdade de expressão e acesso à informação, garantidos pela constituição.

Essa prática tem gerado um efeito devastador na sociedade brasileira, sobretudo, quando tem o presidente da República, chefe maior de Estado, como o autor, enquanto que o seu dever frente a esses ataques e agressões seria o de resguardar a segurança e a integridade física e moral dessas profissionais, além de assegurar o livre exercício da profissão.

No primeiro caso analisado, uma narrativa falsa envolvendo a Jornalista Constança Rezende, divulgada na rede social pessoal do ex-presidente Jair Bolsonaro, onde ele afirma que Constança queria *impeachment* e arruinar a vida de seu filho, Flávio Bolsonaro. Apesar de ficar comprovada ser falsa a narrativa, Bolsonaro utilizou-se dela para atacar a jornalista, descredibilizando-a e abrindo brechas para que seus apoiadores fizessem o mesmo.

Na sequência, o segundo caso analisado traz a ofensa de cunho sexual do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, contra a jornalista Patrícia Campos Mello, após a mesma

investigar um esquema ilegal de disparo e envio de mensagens usando CPFs fraudados nas eleições de 2018. Bolsonaro ofendeu a jornalista através de frase machista e misógina, questionando e ferindo sua honra durante coletiva de imprensa.

Por fim, o terceiro e último caso analisado diz respeito a jornalista Vera Magalhães e compreende dois momentos diferentes. Um em 2020, quando Vera foi acusada de divulgar *fake News* contra o presidente, sendo descredibilizada perante a sociedade; e outro em 2022 quando Bolsonaro, assim como fez com Patrícia Campos Mello, fez insinuações de cunho sexual contra a jornalista em debate ao vivo, em rede nacional.

Em todos os casos analisados, ficou provado a disseminação por parte do ex-presidente da República contra as profissionais da imprensa aqui estudadas, bem como seu intuito de descredibilizá-las em benefício próprio, mostrando como essas narrativas falsas foram fundamentais para promover os ataques e as agressões a essas mulheres no exercício da profissão, gerando um cenário de hostilidade para a prática do jornalismo, que hoje encontra-se em suspeição, conforme afirma Rêgo (2021) e contribuindo para a manutenção do machismo e da misoginia presentes em pleno século XXI.

Dessa forma, se concretiza o objetivo geral deste trabalho, que era: analisar como a desinformação presente nas narrativas do ex-presidente Jair Bolsonaro corroboraram para promover ataques e agressões contra mulheres jornalistas no exercício da profissão. Bem como os objetivos específicos também, a saber: identificar a desinformação por trás das principais narrativas discursivas do ex-presidente Jair Bolsonaro, que culminaram nas agressões as profissionais; compreender a desinformação enquanto fenômeno social, sua atuação neste início de século facilitada pelas novas tecnologias e pelo uso em larga escala das redes sociais virtuais, e suas consequências para a sociedade, sobretudo, para o jornalismo que tem sua credibilidade afetada e investigar como os ataques as mulheres jornalistas e a imprensa como um todo afeta a profissão e compromete a prática democrática de fazer jornalismo.

Diante disso, podemos afirmar, com base em toda a investigação feita e também na interpretação dos casos, que no rol dos ataques, a predileção por profissionais mulheres deixa claro o machismo e a misoginia presentes no ex-presidente Jair Bolsonaro e o pleno sistema de dominação e poder exercidos por ele contra essas mulheres, numa tentativa nítida e cruel de desmerecer, ofender e ferir o conhecimento, a capacidade e a honra daquelas que se propõem investigar e revelar qualquer ação ou atitude suspeita de sua família.

Os ataques realizados através de adjetivos pejorativos, xingamentos e incitações de cunho sexual, na maioria dos casos sem punição e tendo a desinformação como personagem principal, reforçam a superioridade do ex-presidente através da violência praticada por ele, seus

filhos, ministros e apoiadores. Além de uma tentativa explícita de desacreditar o jornalismo, que hoje tem seu lugar de fala questionado em virtude da propagação vertiginosa dessa desinformação, usando como alvo essas jornalistas.

Ancorados em falas misóginas e em um machismo estrutural enraizado, esses ataques colocam em risco não apenas a segurança ou a integridade física dessas mulheres, mas atuam profundamente no psicológico com o intuito de intimidar e ameaçar, provocando medo, repulsa e fazendo com que muitas profissionais cheguem a abandonar a profissão.

As hipóteses também se confirmam. A primeira delas era a de que neste começo de século, a desinformação enquanto fenômeno social, tem encontrado nas redes sociais o local propício para a sua ampla e vertiginosa divulgação sem controles ou precedentes, gerando consequências drásticas para a sociedade como a perda de credibilidade de instituições sociais que outrora, foram referência para a sociedade, como o jornalismo. Isso pode ser visto claramente nos casos escolhidos e no decorrer do trabalho também, quando abordamos os problemas que o jornalismo tem enfrentado em decorrência da desinformação e os caminhos alternativos para buscar, aos poucos, credibilidade.

A segunda hipótese era que os ataques em questão se valem de atributos de gênero para atingir mulheres jornalistas, promovendo a manutenção de uma estrutura hierárquica de poder que contribui para alimentar um processo em ascensão de desacreditização da imprensa. E a terceira e última hipóteses era a que Jair Bolsonaro se elegeu presidente da República com uma campanha direcionada às redes sociais, marcada pela propagação de desinformação. Suas narrativas falsas, quando questionadas ou desmascaradas pela imprensa, resultavam em casos de ataques e agressões, principalmente contra mulheres jornalistas que diariamente, eram vítimas de xingamentos e ofensas de cunho machista, sexista e misógeno. Essa última se comprova nos três casos escolhidos e interpretados.

Todos os casos analisados, configurados no momento atual, se relacionam com décadas e porque não dizer séculos passados. Eles foram interpretados pela autora desse trabalho inicialmente em *mimesis III*, no ato de prefiguração e, posteriormente em *mimesis II*, configurando uma nova narrativa a partir da análise que constitui essa pesquisa.

Dessa forma, o círculo hermenêutico de Ricoeur (2010) se mostrou imprescindível para esse trabalho de análise e interpretação dos casos, que se deu de maneira livre e autônoma considerando que a Hermenêutica da Consciência Histórica pressupõe um novo olhar, uma nova abordagem nos estudos em comunicação.

A autonomia com a qual a análise dos casos foi desenvolvida compõe a proposta ricoeuriana, e é concedida ao leitor para que, no ato interpretativo, fique liberado para agir

diante do texto. Para o filósofo francês, o leitor é o grande operador por trás do círculo hermenêutico, e isso pudemos observar durante o processo de análise dos casos, que só puderam ser interpretados por meio do ato de refiguração, sempre respeitando os limites de cada caso, a fim de evitar qualquer interpretação grosseira e distante daquilo que o mundo do texto propõe.

Apesar de ser um círculo, vale lembrar aqui que o círculo hermenêutico não é vicioso, dessa forma, não há que se falar em um modelo fechado e rígido na composição da intriga e sua interpretação.

Nesse mesmo sentido, as narrativas de cada caso tiveram seu próprio percurso de construção e de interpretação. Isso se dá devido às diferentes referências que cada texto apresenta em sua configuração que, no momento de interpretação, se cruzaram com as referências da autora desse trabalho, em terceira *mímesis*.

Assim, ao final do trabalho não chegamos a uma interpretação definitiva e imutável nas narrativas dos casos analisados. Ao contrário, ao serem analisada por diferentes leitores, elas podem divergir, só que em tempos diferentes. Isso quer dizer que, se essa pesquisa tivesse sido desenvolvida anos atrás, com certeza as interpretações seriam outras. Isso vale não apenas para o passado, como para o futuro também: caso os mesmos casos sejam escolhidos para análise anos à frente, as interpretações não serão iguais a essas, visto a interprete não ser a mesma pessoa e o momento ser outro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAJI. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. ABRAJI & Gênero e Número, 2017. Disponível em: <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- AGOSTINHO, S. **Confissões**. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ALENCAR, M. T.; DOURADO, J. L. *Fact-checking*: Checagens da Folha e do Estadão na construção da credibilidade jornalística na Internet. **Revista Eptic**. Vol. 22, n. 2, mai.-ago., 2020.
- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake *news* in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017.
- ALMEIDA, R. de Q. Fake *news*: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 70, n. 2, p. 9-12, Apr. 2018.
- ANDRADE, V. R. P. de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. In: **Revista Sequência**, n. 50, p. 71-102, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/4f33baebd636cb77eb9a4bdc2036292c.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- ARAIA, A. P. S.; GROSSI, A. M. **Gênero e relações de poder no jornalismo: os entraves enfrentados pelas mulheres em cargos de chefia**. Intercom: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Virtual – 4 a 9 de outubro de 2021. Disponível em: < <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/ij01/anna-paola-scabello-araia.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- ARAUJO, Z. Discurso de ódio: quando não mata, fere. **Revista Raça Brasil**, 2020. Disponível em: < <https://revistaraca.com.br/discurso-de-odio-quando-nao-mata-fere/>>. Acesso em: 25 set. 2022.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ARRAZOLA, L. D.; ROCHA, I. Mulher, natureza, cultura: apontamento para um debate. In: G. RABAY (Org.). **Mulheres e sociedade**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1996.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.
- BADINTER, E. Um é o outro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 apud TRAVASSOS, E. **Mulher, história e psicanálise**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/85967/190642.pdf;jsessionid=1DF390F664D40C8AFCE89EAEAAA-2D984?sequence=1>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BALBINOTTI, I. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da Esmesc**, v.25, n.31, p.231-264, p.2018.

Disponível em: <<https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/191/165>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BENITES, A. **A máquina de ‘fake news’ nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp**. El País Brasil, 28 set 2018.

Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311\\_859341.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html)>. Acessado em: 10 ago. 2022.

BORGES, C. M. R.; LUCCHESI, G. B. O machismo no banco dos réus: uma análise feminista crítica da política criminal brasileira de combate à violência contra a mulher. In: **Revista da Faculdade de Direito–Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, v. 60, n. 3, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/41788/26948>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BOTELHO, M. C. Liberdade religiosa, homossexualismo e discurso de ódio. **Revista Argumenta**, n. 16, p. 283-301, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRAGA, S. S.; CARLOMAGNO, M. C. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 26. Brasília, maio – agosto de 2018, pp.7-62.

BRASIL. Decreto 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996. **Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994**. Brasília, 1º de agosto de 1996; 175o da Independência e 108o da República.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. In: **Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. [s.n.], 2018. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102819>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRITO CRUZ, F.; MASSARO, H. **Um raio-X do marketing digital dos presidentiáveis**. Você na Mira - InternetLab - Relatório #2, 2018b.

Disponível em:

<<http://www.internetlab.org.br/wpcontent/uploads/2018/09/Relat%C3%B3rio-Voc%C3%AA-na-Mira-2.pdf>>. Acessado em: 10 ago. 2022.

BURKE, P. Manipulando a mídia: a visão de um historiador. **Revista Brasileira de História da Mídia**. Vol. 7, nº 1, jan./jun. 2018.

CABRAL, F.; DIAZ, M. Relações de Gênero. In: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998. P.142-150.

Disponível em: <

[http://www.adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Relacoes\\_Genero.pdf](http://www.adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Relacoes_Genero.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CAIXETA, B. B. M. **Impactos causados pelas *fake News* na era da pós-verdade**. Monografia (Bacharelado em Direito) – UniEVANGÉLICA. Anápolis, 2021.

CANCLINI, N. G. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

CASTELLS, M. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTILHO, C. **Apertem os cintos: estamos entrando na era da pós-verdade**. Observatório da Imprensa. São Paulo, ed. 921, 28 set. 2016. Disponível em:

<<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/apertem-os-cintos-estamos-entrando-na-era-da-pos-verdade/>>. Acesso em: 06 mai. 2022.

COLLINS DICTIONARY. Disponível em:

<<https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/fake-news>>. Acesso em: 08 ago. 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. **Uma abordagem multidimensional para a desinformação: relatório do Grupo Independente de Alto Nível sobre *fake News* e desinformação online**. União Europeia, 2018.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). **Mujeres periodistas y libertad de expresión**. CIDH, 2016.

COLLING, A. M. Violência contra as mulheres: herança cultural do patriarcado. **Revista Diversidade e Educação**, v.8, n. Especial, p. 171-194, 2020.

Disponível: < <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/10944>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news***. [tradução Carlos Szlak]. – 1. ed. – Barueri: Faro Editorial, 2018.

DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake *news* nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 155-169, abr. 2018. Disponível em:

<[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2183-54622018000100012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2022.

DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000.

DIAP. **As razões da eleição de um Congresso Conservador**.

Disponível em: <<http://www.diap.org.br/indez.php/noticias/artigos/24542-as-razoes-da-eleicao-de-um-congresso-conservador>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

DILTHEY, W. **L'Édification Du monde historique dans les sciences de l'esprit**. Paris: Cerf, 1988.

DOURADO, T. M. S. G. **Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. 308 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

DUNKER, C. I. L. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: **Democracia em risco: ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 116-135.

EMPOLI, G. da. **Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. São Paulo: Vestígio, 2019.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9 ed. Trad. De Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FAGNELLO, M. A. **O voto na bancada da bala: estudo de geografia eleitoral na cidade de São Paulo (2012/2016)**. Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 131 fls. 2017.

FALLIS, D. What is disinformation? **Library Trends**, v. 63, n. 3, 2015. Disponível em: <<https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/89818/63.3.fallis.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

FEITOSA, C. Pós-verdade e política. **Revista Cult**. 19 jul. 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/pos-verdade-e-politica>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

FIOCRUZ, 2005. **A revolta da vacina**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2005>>. Acesso em: 09 mai. 2022.

FIRST DRAFT NEWS. **Notícias Falsas**. Es Complicado. Disponível em: <<https://es.firstdraftnews.org/2017/03/14/noticias-falsas-es-complicado/>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

FLORIDI, L. **Information: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

FORNER, O. M. C. **O discurso de ódio como propaganda político-eleitoral: o caso de Jair Bolsonaro**. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal / RN, 2022.

FRIGO, D.; DALMOLIN, A. R. **Tensionamentos entre Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio: Jair Bolsonaro e o impeachment de Dilma Rousseff**. 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Santa Maria / RS: 2017.

FRUTOS, R. Mujeres periodistas: violencia aumentada. **Infoamérica Revista Iberoamericana de Comunicación**: n. 10, p. 69-84, 2016. Disponível em: <https://www.infoamerica.org/icr/n10/frutos.pdf> Acesso: 25 jan. 2023.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução Flávio Paulo Meurer. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GARGARELLA, R. Constitucionalismo y libertad de expresion. In: ORDOÑEZ, Maria Paz Ávila; SANTAMARÍA, Ramiro Ávila; GERMANO, Ramiro Gomez. **Libertad de expresion: debates, alcances y nueva agenda**. Quito, Ecuador: Organizacion de las Naciones Unidas para la Educacion, la Ciencia y la Cultura, 2011.

GELFERT, A. Fake News: a definition. **Informal Logic**, vol. 38, nº 1 (2018), p. 84–117.

GONÇALVES, T. C. A. F. **A. Litericultura: as narrativas de um presente do passado na imprensa literária do início do século XX**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

GRAVES, L. **Deciding What’s True: The Rise of Political Fact-checking in American Journalism**. PhD of Philosophy of the Graduate School of Arts and Sciences. Columbia University Press, New York, 2013. Disponível em: <<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8XG9Z7Z>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: ANPOCS, 1993.

GUIMARÃES, T. M. F. **“Uma grande, consciente e organizada porção de mulheres”**: as narrativas feministas do jornal *mulherio* (1981-1988). Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. **Violência contra a mulher: problematizando questões teóricas, filosóficas e jurídicas**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pi-d=S0102-71822015000200256&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi-d=S0102-71822015000200256&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 23 jan. 2023.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

Haidt, J. **The righteous mind: why good people are divided by politics and religion**. New York: Pantheon Books, 2012.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Parte II. Petrópolis: Vozes, 2005.

HELLER, B.; JACOBI, G.; BORGES, J. **Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da Ciência da Informação**. Ci.Inf., Brasília, DF, v.49 n.2, p. 189- 204, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/234216>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

IZUMINO, W. P.; SANTOS, C. Violência contra as mulheres e violência de gênero no Brasil. In: **Revista Estudios Interdisciplinários de America Latina y El Caribe**. Israel:

Universidade de TelAviv, v. 1, n. 16, 2005. Disponível em:  
<<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

JORGE, T. M. Notícia e fake news: uma reflexão sobre dois aspectos do mesmo fenômeno da mutação, aplicada ao jornalismo contemporâneo. **Âncora Revista Latino Americana de Jornalismo**, v. 4, n. 2, p. 57–73, 2017.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KARLOVA, N. A.; FISHER, K. E. A social diffusion model of mininformation and disinformation for understanding human information behaviour. **Information Research**, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <http://informationr.net/ir/18-1/paper573.html#>. Xlrl-qhKjIU. Acesso em: 10 mai. 2022.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEAL, B. S.; SACRAMENTO, I. A tradição como problema nos estudos de comunicação: reflexões a partir de Williams e Ricoeur. **GALÁXIA (SÃO PAULO. ONLINE)**, v. Especial 1, p. 22- 33, 2019.

LIMA, I. C. C.; LIMA, E. C. A. A retórica do “cidadão de bem” no discurso de Jair Bolsonaro: um presidenciável em construção. **PERIÓDICUS**, n. 12, v. 1, nov.2019-abr.2020, p. 404-428.

MANJOO, F. **Verdadeiro o suficiente: aprendendo a viver em uma sociedade pós-moderna**. John Wiley & Sons: Nova Jersey, 2008 [tradução nossa].

MARTENS, B., AGUIAR, L., GOMEZ-HERRERA, E., MUELLER-LANGER, F. The Digital Transformation of News Media And The Rise of Disinformation and Fake News. **JRC Digital Economy Working Paper** 2018-02 – Europe Comission.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MATA, M. L; da; GERLIN, M. N. M. Programa para a formação em competência em informação visando uma educação que auxilie no combate à desinformação: enfoque nos critérios de avaliação da informação e de fake news. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 20., 2019, Florianópolis. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: UFSC, 2019.

Disponível em: <<https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1143/501>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

MEJOVA, Y. and KALIMERI, K. (2020). **Advertisers jump on coronavirus bandwagon: Politics, news, and business**. ArXiv, abs/2003.00923.

MELO, D. **Para especialistas, difusão de fake news está ligada à crise do jornalismo**. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/para-especialistas-difusao-de-fake-news-esta-ligada-crise-do-jornalismo>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

- MEYER-PFLUG, S. R. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: RT, 2009.
- MINEIRO, E. **O discurso de ódio tem consequências**. Rede Nacional de Combate a Desinformação. Disponível em: <<https://rncd.org/o-discurso-de-odio-tem-consequencias/>>. Acesso em: 19 fev. 2023.
- MORAES, D. de et al. (org.). **Mídia, poder e contrapoder**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MOUNK, Y. **O povo contra a democracia: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2019 [tradução nossa].
- MOURA, M. A. **O Discurso do Ódio em Redes Sociais**. São Paulo: Lura Editorial, 2016.
- MOURA, M; COBERLLINI, J. **A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.
- MOURA, R. L. **O jornalismo nas narrativas das crônicas de Rachel de Queiroz e Maria Judite de Carvalho**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS, Porto Alegre, 2018.
- MOURÃO, R. R.; Robertson, C. T. Fake *News* as discursive integration: an analysis of sites that publish false, misleading, hyperpartisan and sensational information. **Journalism Studies**, v. 20, n. 14, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1461670X.2019.1566871>. Acesso em: 05 mai. 2022.
- MULLER, A. **Política do ódio no Brasil**. Viseu, 2019.
- MURARO, R. M. Introdução. In: KRAEMER, Heinrich; SPRENGE, James. **O martelo das feiticeiras**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.
- MUSTAFARAJ, E. and METAXAS, P. T. (2017). **The fake news spreading plague: was it preventable?** In Web Science Con, pages 236–239.
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. In: **Psicol. Soc.** v.18, n.1. Porto Alegre. jan/abr. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- OXFORD Living Dictionaries. **Word of the Year 2016 is...**, Word of the year, 2016. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- PAULY, M. D. **O Discurso do Ódio: a cultura do medo e a influência midiática sobre a (in)efetividade dos direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021. 168 p.
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2007.

PINHEIRO, M. M. K.; BRITO, V. de P. Em busca do significado da desinformação. *DataGramZero Revista de Informação*, v. 15, n. 6, p. 1–10, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/51758>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PORTUGUESA, D. *infopédia da L. Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. 2018. Online. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>.

POSSETI, J; SHABBIR, N; MAYNARD, D; BONTCHEVA, K; ABOULEZ, N. The Chilling: Global trends in online violence against women journalists. **Research discussion paper**. Unesco, 2021. Disponível em: <

PRIOR, H. Mentira e política na era da pós-verdade: fake news, desinformação e factos alternativos. In: **Comunicação digital: Media, práticas e consumos**. Lisboa: NIP-C@M & UAL. LOPES, Paula; REIS, Bruno (Coords.). pp. 75-97. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11144/3976>>. Acesso em 06 mai. 2022.

RAMOS, D. O. Origens da misoginia online e violência digital contra jornalistas mulheres. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, XVIII, 2020, **Anais**. Evento Online, 2020, p. 1-14.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

RÊGO, A. R.; BARBOSA, M. Tempo, memória e história da comunicação. Um passeio teórico em torno de Paul Ricoeur. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 18, n. 32, 2019.

RÊGO, A. R.; BARBOSA, M. **A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

RÊGO, A. R. A construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação. **Reciis - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1 p. 221-232, jan./mar. 2021.

RÊGO, A. R. **Quando desinformação, construção da ignorância, violência simbólica, discurso de ódio e machismo andam juntos o resultado é fatal: morte, luto e dor!** Rede Nacional de Combate a Informação, 2022. Disponível em: <<https://rncd.org/quando-desinformacao-construcao-da-ignorancia-violencia-simbolica-discurso-de-odio-e-machismo-andam-juntos-o-resultado-e-fatal-morte-luto-e-dor/>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

REUTERS INSTITUTE (2019). Urban Brazil. **Digital News Report 2019**. Recuperado em 20 de maio de 2020 de: <<http://www.digitalnewsreport.org/survey/2019/brazil-2019/>>.

RICOEUR, P. **Do texto à acção**. Lisboa: Rés, 1989.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. (Tomo 1). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. (Tomo 2). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. (Tomo 3). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010c.

RICOEUR, P. **Entre Tempo e Narrativa: Concordância/Discordância**. Tradução: João Batista Botton. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 125, p. 299-310, 2012.

RICOEUR, P. **O si-mesmo como Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

RIOS, R. R. **Direito da antidiscriminação: discriminação direta, discriminação indireta e ações afirmativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

ROCHA, J. C. de C. **Guerra Cultural e Retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiás: Caminhos, 2021. 456 p.

ROCHA, L.V. **As narrativas sobre as queimadas na Amazônia a partir do conceito de Desinformação**. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/348018049\\_as\\_narrativas\\_sobre\\_as\\_queimadas\\_na\\_amazonia\\_a\\_partir\\_do\\_conceito\\_de\\_desinformacao](https://www.researchgate.net/publication/348018049_as_narrativas_sobre_as_queimadas_na_amazonia_a_partir_do_conceito_de_desinformacao)>. Acesso em: 10 fev. 2022.

RODRIGUES, T. C. M.; BONONE, L. M; MIELLI, R. Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular *fake News*? **Confluências**, v. 22, n. 3, p. 30-52, 2020.

ROSENFELD, M. Hate speech in constitutional jurisprudence: a comparative analysis. **Law Research Paper**, New York, n. 41, abr. 2001. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=265939](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=265939)>. Acesso em: 05 ago. 2022.

RUEDIGER, M. A. **Robôs, redes sociais e política no Brasil [recurso eletrônico]: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018**. Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2017.

RUEDIGER, M. A. O que o TSE fez e não fez no combate as notícias falsas. **Nexo Jornal**. 15 out. 2018. [Entrevista concedida a Lilian Venturini]. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/10/15/O-que-o-TSE-fez-e-oque-n%C3%A3o-fez-no-combate-a-not%C3%ADcias-falsas>>.

SACRAMENTO, I. A saúde numa sociedade de verdades. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação, Inovação e Saúde**, v. 12, n. 1, p. 4–8, 2018. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1514/2201>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, A. (2019). **O impacto do big data e dos algoritmos nas campanhas eleitorais**. *ITS Rio – Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/03/Andreia-Santos-V-revisado.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SANTOS, M. dos.; TEMER, A. C. R. P. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. **C&S – São Bernardo do Campo**, v.38, n.3, p.35-58, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/6932>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SARMENTO, D. **A liberdade de expressão e o problema do *hate speech***. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12839939/a-liberdade-expressao-eo-problema-do-hate-daniel-sarmento>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

SCHÄFER, G.; LEIVAS, P. G. C.; SANTOS, R. H. dos. Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. **Revista de informação legislativa: RIL**, v. 52, n. 207, p. 143-158, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/207/ril.v52.n207.p143>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

SCHLEIERMACHER, F. **Hermenêutica - Arte e técnica da interpretação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1985. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SERRA, A. M. **Fake News: uma discussão sobre o fenômeno e suas consequências**. Monografia (Ciência da Computação) – UFMA. São Luís – MA, 2018.

SILVA, S. G. da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/rzhdT5gCxpg8sfQm4kzWZCw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

[Shu et al. 2017] SHU, K., Sliva, A., WANG, S., TANG, J., and LIU, H. (2017). Fake news detection on social media: A data mining perspective. **SIGKDD Explor. News1.**, 19(1):22–36.

SILVA, E. F. P. **Jornalismo e desinformação: os desafios da imprensa frente à disseminação de informações falsas nas redes sociais digitais**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2020.

SOARES, V. Políticas Públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lucia (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SODRÉ, M. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SPINELLI, E. M.; SANTOS, J. A. Jornalismo na era da pós-verdade: *fact-checking* como ferramenta de combate às *fake News*. **Revista Observatório**, v. 4, n. 3, maio. 2018.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: A política do " nós" e " eles"**. L&PM Pocket, 2018.

STEARNS, P. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

TARDÁGUILA, C. As eleições estão logo ali. Os checadores? Bem aqui. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, ano 7, n. 22, jul-dez. 2018, p. 48-50. Disponível em: <<http://arquivo.espm.br/revista/jornalismo/2018-jul-dez/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

TEIXEIRA, A. **Fake News contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica – Dimensões Políticas na Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

TEIXEIRA, J. F.; MARTINS, A. V. *Fact-checking* no combate às *fake News* sobre a COVID-19: um estudo exploratório das agências digitais de checagem de fatos contra a desinformação da pandemia. **Comunicação & Inovação**. São Caetano do Sul, SP. V. 21, n. 47, p. 63-81, 2020.

UNESCO. **Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI): disposição e competências do país**. Cetic.br. 2016.

UNO. A era da pós-verdade: realidade versus percepção. In: **Desenvolvendo Ideias**, 2017. Disponível em: <[https://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO\\_27\\_BR\\_baja.pdf](https://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf)>. Acesso em: 07 mai. 2022.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, L. D.; GRIEP, R. H. A sociedade de risco mediatizada, o movimento antivacinação e o risco do autismo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 2, p. 607–616, 2015.

VEGA MONTIEL, A. Violência contra mujeres periodistas. **Interdisciplina**: v. 7, n. 17, p. 57-67, 2019.

VIEIRA, L. M. **Antivacinação, Redes Sociais e Desinformação: uma análise em um grupo do Facebook através da mineração de dados**. Dissertação (Mestrado em Comunicação – Comunicação, Cultura e Cidadania) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020.

WAISBORD, S. Mob censorship: online harassment of US journalists in times of digital hate and populism. **Digital Journalism**, v. 8, n. 8, 2020, p. 1030-1046.

WALDMAN, E. A.; LUHM, K. R.; MONTEIRO, S. A. M. G.; FREITAS, F. R. M. Vigilância de eventos adversos pós-vacinação e segurança de programas de imunização. **Revista Saúde Pública**, v. 45, n. 1, p. 173–184, 2011.

WARDLE, C. *Fake news*. It's complicated. First Draft. Shorenstein Center on Media, Politics and Public Policy. **Harvard University**. 2017. Disponível em: : <<https://firstdraftnews.com/fake-newscomplicated/>>. 16 nov. 2022.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe report DGI**. 2017. Disponível em: <<https://shorensteincenter.org/wpcontent/uploads/2017/10/PREMS-162317-GBR-2018-Reportde%CC%81sinformation.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

WANG, W. Y. (2017). “liar, liar pants on fire”: A new benchmark dataset for fake *news* detection. In: **Proceedings of the 55th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics**, pages 422–426, Vancouver, Canada. Association for Computational Linguistics.